



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GERSON LINARES MACARI



**PROTESTANTES *VERSUS* ESCRAVIDÃO:
NOVAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS DO
ABOLICIONISMO NA ESCOLA**

Maringá/PR
2020



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GERSON LINARES MACARI



**PROTESTANTES *VERSUS* ESCRAVIDÃO:
NOVAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS DO
ABOLICIONISMO NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves – IFCS/UFRJ/UEM

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Marcia Elisa Teté Ramos

MARINGÁ, PR

2020



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M115p

Macari, Gerson Linares

Protestantes versus escravidão : novas possibilidades de abordagem do abolicionismo na escola / Gerson Linares Macari. -- Maringá, PR, 2020.
145 f.: il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves.

Coorientadora: Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Abolicionismo. 2. Protestantismo. 3. Escravidão. 4. Livro didático - Ensino de história. 5. Historiografia. I. Gonçalves, José Henrique Rollo, orient. II. Ramos, Márcia Elisa Teté, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDD 23.ed. 981.04



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Universidade Estadual de Maringá – UEM
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCH
Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA



ATA DO EXAME DE DEFESA DO(A) PÓS-GRADUANDO(A) GERSON LINARES MACARI REALIZADO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos onze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, às catorze horas, de forma remota conforme às instruções de isolamento social devido ao COVID19, realizou-se pelo *Google Meets* a apresentação do trabalho *COMO A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO SOCIAL PROTESTANTE, EM ESPECIAL, NA SUA CRÍTICA A ESCRAVIDÃO DENTRO DO PROCESSO ABOLICIONISTA BRASILEIRO DO SÉCULO XIX, PODE SER EXPLORADO NO ENSINO DE HISTÓRIA* de autoria do(a) pós-graduando(a) GERSON LINARES MACARI do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr. José Henrique Rollo Gonçalves (orientador- UEM/ProfHistória), Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva (membro convidado – UniFCV), Dra. Márcia Elisa Teté Ramos (ProfHistória UEM). Concluídos os trabalhos de apresentação e de arguição, o(a) candidato(a) foi APROVADO pela Banca Examinadora. E para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada, excepcionalmente, apenas pela coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTORIA. A titulação será homologada mediante entrega do trabalho final e de documentação exigida após 60 (sessenta) dias após à defesa.

Observações:

O título foi modificado para *Protestantes versus Escravidão: novas possibilidades de abordagens do abolicionismo na escola*

Profª Drª MÁRCIA ELISA TETÉ RAMOS

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Mestrado Profissional de História
Prof. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos
Coordenadora



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GERSON LINARES MACARI

PROTESTANTES *VERSUS* ESCRAVIDÃO: NOVAS POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS DO ABOLICIONISMO NA ESCOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História do Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História pela comissão examinadora composta pelos membros:

Aprovado em: 11 de junho de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dra Márcia Elisa Teté Ramos
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Coordenadora/Examinadora

Prof. Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva
Centro Universitário Cidade Verde (UniFCV)
Examinador

Prof.^o Dr.^o José Henrique Rollo Gonçalves
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Orientador



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Dedico este trabalho a todos que contribuíram à sua realização de maneira direta e indireta; e para aqueles que um dia o utilizarão para aprofundar seus conhecimentos.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que contribuíram para que esta importante realização se concretizasse. Gostaria primeiramente com muito amor, agradecer à minha esposa **Patrícia** e meus filhos, **Lucas** e **Vinicius**, que compreenderam o tempo e esforço que deveria dedicar às pesquisas, que também se sacrificaram comigo, permanecendo ao meu lado dedicando muito amor e carinho. Estendo meu agradecimento aos demais familiares, principalmente à minha mãe **Estel Linares Macari**, e meus **irmãos** que acreditaram e me incentivaram neste trabalho. Aos muitos amigos e colegas de trabalho, professores, coordenadores e diretores que viabilizaram as condições necessárias para me aplicar nos estudos. E aqui destaco a **Prof.^a Ma. Priscila Colombelli**, companheira em sala de aula nesta caminhada que, em muitos momentos, me ajudou e me animou com seus comentários e conselhos pertinentes.

De modo absolutamente especial minha **gratidão a Deus**, o qual nunca tive dúvidas de ter ouvido e atendido minhas muitas orações, me inspirando e me dando o essencial para esta realização.

Aos professores da Universidade Estadual de Maringá, que contribuíram compartilhando conhecimento com dedicação na minha graduação. Sou muito grato ao corpo docente do ProfHistória: **Prof. Dr. Ailton José Morelli**, **Prof.^a Dr.^a Solange Ramos de Andrade**, **Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Rodrigues**, e a minha professora e coordenador do curso **Prof.^a Dr.^a Márcia Elisa Teté Ramos**. Também ao **Prof. Dr. Saulo Henrique Justiniano Silva** (UniFCV), membro convidado que gentilmente aceitou participar da comissão examinadora. Pessoas admiráveis, os quais têm meu mais profundo respeito.

E finalmente, com um carinho muito especial quero agradecer ao meu querido coordenador do mestrado, **Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves**. Sem sombra de dúvida, me inspirou diuturnamente, não apenas com suas aulas, as quais já me encantava na graduação ao contemplar tanto conhecimento demonstrado e compartilhado, mas principalmente, pela pessoa excepcional que tive a oportunidade de conhecer sendo seu mestrando. Seus ensinamentos como professor e pessoa eu levarei por toda a vida, com admiração e o mais profundo respeito por onde quer que eu ande. Não há como descrever minha gratidão a esse fenomenal professor que tanto me inspira.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



*“O homem não é nada além daquilo que a
educação faz dele”.*

Immanuel Kant



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História

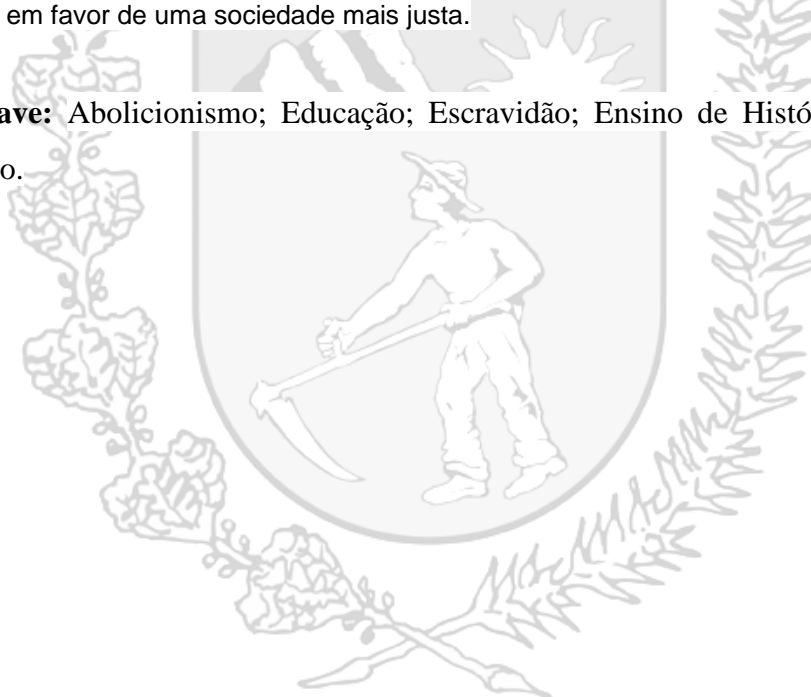


PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

RESUMO

A pesquisa investiga documentos, referências bibliográficas, literaturas e periódicos referentes a personagens e lideranças protestantes que protagonizaram ações relevantes no combate às injustiças sociais, valorizando a liberdade de expressão, com ênfase na ampliação do discurso abolicionista, também no Brasil no século XIX. Resgata diversos desdobramentos históricos em período distintos, viabilizando novas abordagens do abolicionismo na escola, contrariando discursos que reduzem a crítica e atuação social protestante a um simples viés de neutralidade. Destaca a presença e atuação protestante em diversas sociedades em favor dos direitos civis, pontuando a necessidade de aprofundamento nas pesquisas históricas quanto a este tema. Expõe o quanto tem sido desvalorizado a apresentação de conteúdos históricos envolvendo atores deste seguimento, não abordando adequadamente suas ações nos livros didáticos na disciplina de História. Contextualiza a trajetória deste instrumento didático em sua utilização em massa no setor público e privado da educação brasileira. Propõe, a partir de seus resultados, a elaboração de um produto paradidático com potencial de exploração em sala de aula no Ensino de História, atuando como material de apoio ao livro didático, contribuindo na construção crítica do conhecimento, em favor de uma sociedade mais justa.

Palavras-Chave: Abolicionismo; Educação; Escravidão; Ensino de História; Livro Didático; Protestantismo.





Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História

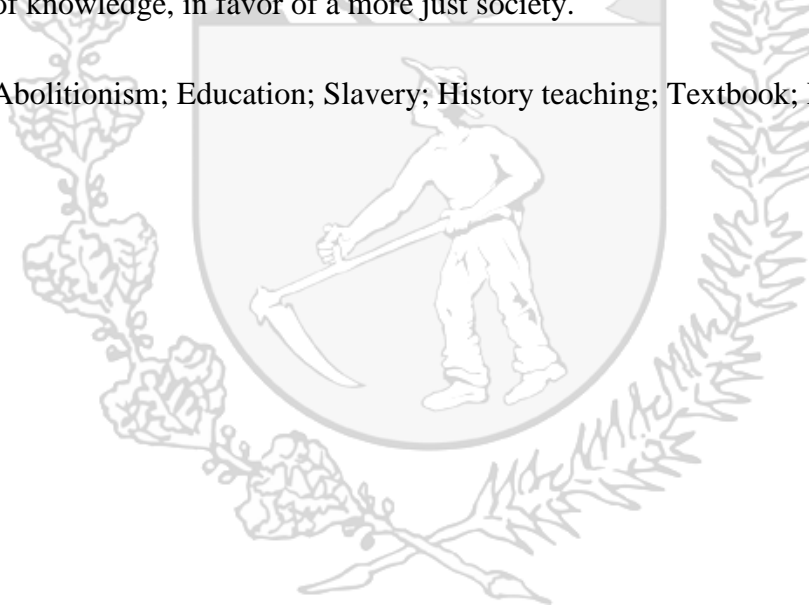


PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ABSTRACT

The research investigates documents, bibliographical references, literatures and periodicals referring to Protestant characters and leaders who played a relevant role in combating social injustices, valuing freedom of expression, with an emphasis on expanding the abolitionist discourse, also in Brazil in the 19th century. It rescues several historical developments in different periods, enabling new approaches to abolitionism at school, contradicting discourses that reduce criticism and Protestant social action to a simple bias of neutrality. It highlights the presence and the Protestant action in different societies in favor of civil rights, emphasizing the need for deepening historical research on this topic. It exposes how much the presentation of historical content involving actors in this segment has been devalued, not properly addressing their actions in textbooks in the discipline of History. Contextualizes the trajectory of this didactic instrument in its mass use in the public and private sector of Brazilian education. It proposes, from its results, the elaboration of a paradidactic product with the potential to be explored in the classroom in History Teaching, acting as support material for the textbook, contributing to the critical construction of knowledge, in favor of a more just society.

Key words: Abolitionism; Education; Slavery; History teaching; Textbook; Protestantism.





Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Chronicle of the Black Death sobre o impacto que a Peste Bubónica teve sob a população e sociedade da cidade de Rochester, Inglaterra.....	68
Figura 2 - Rosa Parks sentado em um ônibus em Montgomery, Alabama, 1956.....	72
Figura 3 - Fotografia de Rosa Parks com o Dr. Martin Luther King Jr.....	77
Figura 4 - Martin Luther King discursa sobre os direitos civis.....	80
Figura 5 - 1884 - O edifício principal do Colégio de meninas é inaugurado.....	102
Figura 6: -Fachada da entrada principal da Universidade Metodista de Piracicaba.....	103
Figura 7 - Arte elaborada no vitral da Biblioteca a Universidade Metodista de Piracicaba.....	103
Figura 8 - Publicação do Jornal Imprensa Evangélica – “O Abolicionismo”.....	112



SUMÁRIO

OBJETIVO GERAL	13
JUSTIFICATIVA	13
METODOLOGIA	22
ESTADO DA ARTE	26
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
INTRODUÇÃO	30
1. HARMONIA DAS IDEIAS PROTESTANTES COM O ABOLICIONISMO	41
1.1 A relação do protestantismo com o abolicionismo no Brasil	43
1.2 Por um discurso abolicionista mais humanitário	47
1.3 Transcrições de alguns textos de livros didáticos sobre o movimento abolicionista	52
1.4 Considerações sobre a análise dos livros didáticos elencados	44
2. IMPORTANTES PROTAGONISMOS PROTESTANTES NA HISTÓRIA	60
2.1 John Wycliffe, o grande precursor do pensamento Protestante	62
2.1.1 Cristianismo: da perseguição à supremacia papal	63
2.1.2 Wycliffe <i>versus</i> a Igreja: em prol das causas sociais.....	66
2.2 Jan Hus, Hussitas e Lolardos, a conexão entre Wycliffe e o Movimento Protestante	71
2.3 A metodista Rosa Parks e o movimento social pelos direitos civis nos EUA	73
2.3.1 Martin Luther King Júnior: de centro comunitário para centro de movimento social	77
3. A PRESENÇA PROTESTANTE NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL	86
3.1 Por que uso do termo “protestante”?	86
3.2 Expansão mundial do protestantismo: sua trajetória e chegada ao Brasil	88
3.2.1 O protestantismo em novas terras: inserção protestante no Brasil no século XIX	90
3.3 O trabalho metodista e sua influência na sociedade brasileira do século XIX	93
3.4 James Cooley Fletcher: sementes protestantes no Brasil e o abolicionismo	96
3.5 Robert Reid Kalley: O protestantismo “Congregacional” em defesa da liberdade	99
4. PROTESTANTES EM HARMONIA COM IDEIAS ABOLICIONISMO	102
4.1 Retomando alguns abolicionistas protestantes já citados no Brasil	102

4.2 Reverendo Ashbel G. Simonton: do Sul estadunidense ao Brasil (1833-1867)	106
4.2.1 O diário de Ashbel G. Simonton e a escravidão	107
4.2.2 O Jornal Imprensa Evangélica: imprensa protestante apoiando o abolicionismo	110
4.3 A alfabetização de negros pelos protestantes batistas na Bahia	114
4.3.1 William Buck Bagby: das experiências advindas dos Estados Unidos ao Brasil.....	117
4.3.2 A educação estadunidense e sua relação com as bases do protestantismo	118
4.4 Considerações finais	119
5. O PRODUTO PARADIDÁTICO RESULTADO DA PESQUISA	120
Referências	121

OBJETIVO GERAL

Relacionar por meio da historiografia, pensamentos e ações sociais de adeptos ao protestantismo que foram relevantes no combate às injustiças sociais, avaliando seu engajamento social e suas contribuições junto ao debate do movimento abolicionista brasileiro, em prol fim da escravidão no Brasil no século XIX.

JUSTIFICATIVA

É notável, respeitando suas respectivas realidades, que para muitos brasileiros os conteúdos apresentados nos livros didáticos são considerados a “verdade”, isso, mesmo existindo muitas outras opções de leituras capazes de propiciar uma análise mais profícua dos fatos. Temos que levar em conta também a questão econômica, já que bons escritos para leituras e análises muitas vezes não são acessíveis financeiramente por grande parte da população brasileira.

Neste sentido, vale salientar que a limitação a uma leitura histórica mais específica, pode ser prejudicada até mesmo por questões culturais, mero comodismo, preconceito seletivo ou simplesmente, limitação quanto ao acesso às mesmas, quer seja geograficamente ou virtualmente, fazendo com que o livro didático passe a ter uma relação mais direta com a sociedade.

Muitas vezes, somente a partir deste instrumento didático, as evidências históricas são transmitidas ao grande público, visto que essa dinâmica didática, faz parte do processo educacional brasileiro desde os primeiros momentos em que o indivíduo se torna integrante de uma instituição educacional, quer seja pública ou privada no Brasil.

Não há como negar a influência do livro didático nos planejamentos de aulas, na definição dos conteúdos, considerando até mesmo a sequência destes, dentro das propostas de ensino. Para Alice Cassimiro Lopes (2007, p.208), a definição de livro didático é a “de ser uma versão “didatizada” do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores”, ou seja, uma visão de mundo, mesmo que reduzida, porém, no contexto de uma proposta didática.

O livro didático tem sua trajetória desde o século XIX, ainda no período imperial. De forma bastante sucinta, é possível ter um panorama sobre a sua institucionalização formal no Brasil desde então. Basicamente, a partir da citação de alguns autores, mencionados adiante, é

possível destacar pelo menos três fases pelas quais o livro didático passa a ser inserido em documentos oficiais a nível de Estado. Esse processo o consolida como protagonista no ensino brasileiro em praticamente todas as faixas etárias, principalmente do Ensino Básico ao Ensino Médio, podendo até mesmo ser uma opção de utilização no Ensino Superior.

A primeira fase pode ser apontada a partir de uma parte do texto do Relatório de Ensino, escrito por Gonçalves Dias em 1852, que avaliava os resultados da obrigatoriedade de ensino que ocorria na província do Grão-Pará durante o segundo Reinado Brasileiro. Determinações da Lei provincial nº 203 de 1851 no Pará e da Lei Régia nº 1331 de 1854, criada na Corte do Rio de Janeiro, conhecida como a “Reforma Couto Ferraz”, estabeleciam o ensino primário obrigatório em determinadas faixa-etárias, exclusivamente para meninos livres.

Gonçalves Dias, segundo José Ricardo Almeida, foi encarregado pelo Governo Geral de visitar algumas províncias do norte do Brasil, tendo a incumbência de

examinar com o maior cuidado todos os Liceus, Colégios, Escolas, e quaisquer outros estabelecimentos destinados ao ensino de educação da mocidade, ou sejam públicos ou particulares, com exceção somente da Academia Jurídica de Olinda e da Escola de Medicina da Bahia; verificando o número de alunos de cada um, e o seu estado de adiantamento, a nacionalidade dos Diretores, à época da fundação, as matérias que se ensinam, o método de ensino, os compêndios de que se usa, a moralidade que se observa, e todas as mais circunstâncias, que sirvam a habilitar o Governo para julgar do estado de tais estabelecimentos e dar com a solicitude que tão importante objeto reclama, todas as providências, que tendam a remover os abusos, e a promover o melhoramento e progresso do ensino e educação da mocidade, devendo para isso propor todas aquelas medidas, que lhe pareçam necessárias (ALMEIDA, 1989, p.337).

A necessidade deste relatório, se deu por constatar problemas com a capacidade de inspeção do ensino na época, que encontrava dificuldades no acompanhamento da realização das determinações. O decréscimo de matriculados na instrução primária a cada ano era a realidade do momento, era preciso avaliar de como estava ocorrendo o cumprimento da lei referente a obrigatoriedade do ensino básico na região do Grão-Pará. No que se refere ao compêndio utilizado para o ensino. Nas palavras de Ana Carolina Lebre, Gonçalves Dias especifica em seu relatório:

Sei que em matéria de instrução popular nada se pode fazer de salto; mas o tempo é um reformador demasiadamente lento, e cego o homem que não modifica as circunstâncias, como lhe vão sendo necessárias. [...] Um dos defeitos, é a falta de compêndios: no interior por que os não há, nas capitais por que não há escolha, ou foi malfeita; porque a escola não é suprida, e os

pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres, os admitidos pelas autoridades (LEBRE, 2014, p.1).

Nota-se claramente que Gonçalves Dias já em 1852, no período do Segundo Império, identificava um grande problema do ensino no Brasil, em suas palavras a falta de compêndios, ou seja, resumos dos conhecimentos relativos a uma dada área do saber, podendo ser em forma de livros que pudessem suprir a necessidade didática do ensino brasileiro daquele período.

Também é perceptível que os primeiros livros não tinham como prioridade os alunos, visto que, aparentemente, nas palavras de Dias (1852), no interior não se tinha acesso aos livros, e nas cidades. Ele chama a atenção quanto aos pais relutavam em investir nos livros que fossem exigidos pela instituição de ensino, no entanto, eram utilizados a princípio pelo professor, até mesmo como ferramenta necessária para suprir uma possível falta de formação adequada.

Lopes (2007), reconhece que existe certa dependência do professor em relação ao livro didático, pressupõe-se que os livros didáticos têm papel fundamental na qualidade da educação. Há um reconhecimento por parte da autora que, para os professores que tiveram uma formação deficitária, um livro didático qualificado dentro dos padrões exigidos para sua escolha, contribui na qualificação das atividades desenvolvidas em sala de aula por parte do professor. Na verdade, essa compensação de formação também se faz presente nos dias atuais.

O livro didático está inserido na construção do espaço escolar brasileiro, como um instrumento que faz parte do cotidiano escolar, permeando praticamente toda vida acadêmica dos estudantes, até que tenham acesso aos cursos superiores. Sua trajetória reconhecida construiu da sua história. Pensar em escola, é associar quase que automaticamente a ideia da presença do livro didático em sala de aula, utilizado por alunos e professores dentro das suas respectivas necessidades.

A segunda fase mostra que, este instrumento didático somente passou a ser preocupação em nível de Estado por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, assinado pelo então presidente da República Getúlio Vargas. Durante o Estado Novo foi criada a **Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)**, estabelecendo as condições de produção, importação e utilização deste, normatizando-o em todo país.

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.
Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.
§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares
§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3º A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (BRASIL, 1938).

O cenário nacional estava imbuído na questão da ditadura Vargasista naquele período, ficando evidente que, o objetivo do controle dos conteúdos apresentados nos livros didáticos, tinha a ver com a proposta educacional elaborada pelo Estado naquele momento. Tânia Regina de Luca (2009), enfatiza que,

a criação da comissão não foi um ato isolado, antes se articulava a um conjunto de mudanças no campo educacional, iniciadas já em 1931 com a chamada Reforma Francisco Campos, que estabeleceu novas bases para o sistema de ensino do país como um todo, e que teve continuidade com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942 (LUCA, 2009, p 167-168).

Na prática, essa comissão era uma instituição que limitava e regulava os conteúdos aferidos nos livros didáticos que, na visão de Júlia Silveira Matos (2012), “especificamente os de História, e dessa forma contribuiu para uma profunda mudança no mercado editorial brasileiro de livros didáticos”, e continua:

a comissão “[...] limitava o universo de opções, na medida em que a seleção deveria ser feita a partir da lista oficial, sob a responsabilidade de especialistas nomeados para a tarefa pelo presidente da República” (LUCA, 2009: 167). Essa lista oficial continha as indicações dos livros aprovados para utilização nas escolas públicas e, conseqüentemente, que não apresentassem qualquer crítica ao regime político vigente no país. Ainda de acordo com a autora, a Comissão Nacional do Livro Didático tinha a preocupação de “[...] centralizar as decisões, conduzir uma política unificada para todo o país e intervir na produção, com a delimitação de diretrizes gerais que puniam qualquer crítica ao regime político em vigor e ao chefe da nação [...]” (LUCA, 2009:167). Esse último aspecto da comissão, evidenciado pela autora, revela a face da censura aos conteúdos apresentados nos manuais escolares avaliados, exercida pela comissão, como também os instrumentos utilizados ainda no governo Vargas que paulatinamente serviram para uniformizar a produção dos livros didáticos e, ainda mais, ofereceram as diretrizes para a constituição de um padrão para a apresentação dos manuais escolares (MATOS, 2012, p.54-55).

No contexto institucional deste período, o livro didático embora servisse de certa forma, como ferramenta político, no entanto, sua utilização consolidava-se cada vez mais em sala de aula, muitas vezes, até mesmo a serviço dos interesses estatais. Destaca-se assim sua importância, dentro da perspectiva de ensino no Brasil, fazendo com que o livro em voga, se

tornasse uma referência que, muitas vezes, até mesmo inconscientemente, aceita pela maioria esmagadora, não só dos estudantes, mas também de todos que participam dos desdobramentos do processo de ensino no Brasil. Na perspectiva de Ana Carolina Lebre (2014),

pode-se dizer que o papel que esses livros adquiriram ao longo da institucionalização do ensino, reflete não só as transformações na política educacional, promovidas pelo Estado e impulsionadas pelas intenções políticas e ideológicas, como também a forma com que os alunos e os professores lidaram com essa ferramenta. Se, como afirma José Ricardo Oriá Fernandes, “a história do livro didático no Brasil está intimamente ligada à própria formação do Estado Nacional” (LEBRE, 2014, p.1).

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), mesmo com tantos pontos questionáveis para muitos, no contexto do ensino brasileiro, contudo, atendeu aos objetivos da política educacional daquele governo.

Continuando nossa reflexão sobre a importância atribuída ao livro didático no ensino e sua institucionalização formal no Brasil, chegamos a terceira fase a ser analisado, o **Programa Nacional do Livro Didático** (PNLD), criado em 1985.

Praticamente no mundo todo, o direito de acesso da população ao ensino básico é garantido. No território brasileiro, o artigo 205 da Constituição Federal (1988), garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A ação não fica limitada apenas ao acesso à educação, o Estado deve fornecer as condições mínimas que possam garantir uma educação considerada de qualidade. A Constituição de 1988, em seu artigo 208 estabelece que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

Neste formato, o Estado garante o ensino fundamental gratuito e obrigatório, atendendo o estudante através de programas suplementares, neste cenário, o livro didático consolida-se como importante e indispensável ferramenta para os estudantes. Temos que lembrar daqueles não têm acesso a outras fontes de conhecimento, neste sentido, fica claro que o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) apoiava a política educacional estabelecida pelo Estado.

É preciso levar em consideração que, segundo Matos (2012), “entre o fim da CNLD e a implementação do PNLD, tivemos um período demarcado pelas políticas educacionais do Governo Militar”. Os conteúdos sofriam influências atendendo as demandas governamentais.

Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil (MIRANDA E LUCA, 2004, p. 125).

Todo esse processo permitiu que o livro didático na educação brasileira, fosse tendo sua utilização massificada. Enquanto a Comissão Nacional do Livro Didático foi uma espécie de instrumento de veiculação da ideologia do Estado Novo, o Plano Nacional do Livro Didático

é um instrumento de avaliação voltado a garantir a qualidade do ensino nos governos pós-ditadura militar, ou seja, democráticos. Essa diferença contextual pode enganar o olhar do analista que considerar o objetivo da criação e manutenção dos dois órgãos, no entanto nossa análise se centra no papel desenvolvido por eles. Apesar de objetivos diferentes, é preciso perceber que, ao ditar diretrizes de avaliação, tanto a CNLD quanto o PNLD contribuíram e contribuem para a uniformização das formas de apresentação dos conteúdos nos livros didáticos (MATOS, 2012, p.65).

Com o fim dos governos autoritários militares no Brasil, a criação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, tinha como objetivo orientar a produção de livros livres de ideologia dos governos até então ditatoriais, tendo em vista que ainda se tratava de um período de redemocratização. Sônia Regina Miranda e Tânia Regina Luca (2004) afirmam que,

A partir da década de 1980, na conjuntura da reconstrução democrática, algumas tímidas ações no âmbito da Fundação de Assistência ao Estudante tangenciaram a discussão acerca dos problemas presentes nos livros didáticos distribuídos no território nacional. Esse movimento coincidiu com importantes debates a respeito dos programas oficiais de História, levados a efeito, sobretudo – mas não exclusivamente – nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Marco na política em relação aos materiais didáticos foi a criação, em 1985, do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 125).

Desde então, o Plano Nacional do Livro Didático desempenha seu papel passando por diversas adequações e aprimoramentos. É interessante àqueles que ensinam conhecer sobre todos os seus desdobramentos. Segundo Matos (2012),

Os editais do PNLD possuem duas fases principais: a primeira é marcada pela candidatura dos livros para avaliação e posterior liberação da listagem dos indicados; a segunda é a fase em que os professores a partir dessa listagem escolhem quais livros utilizarão em suas salas de aula. A estrutura do Programa é complexa e, portanto, pouco ágil, entretanto tem se mostrado eficaz (MATOS, 2012, p.68).

Isso demonstra que a qualidade do livro didático no Brasil é uma preocupação real, embora isso não seja um pensamento unânime, já que, apesar de contribuir para uma aprimoramento e padronização, demonstrando que existem políticas públicas buscando assegurar a qualidade do ensino nas escolas públicas. Por outro lado, não podemos nos esquecer que da possibilidade de cerceamento por parte do governo, de conteúdos que possam ser considerados “inadequados” para o contexto do ensino.

Para Matos (2012, p.72 – grifo meu) “o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) acabou por contribuir para um processo de acomodação, no qual o livro deixou de ser apenas um recurso didático, para se tornar **O RECURSO DIDÁTICO**”. Reitera afirmando que, “em praticamente todos os níveis de ensino não se cogita mais a menor possibilidade da exclusão do livro didático das salas de aula”, confirmando a consolidação do pensamento que se tem sobre esse instrumento didático.

Não estamos aqui dizendo que isso é ruim ou bom, mas que é uma realidade que deve ser analisada, pois os docentes precisam ter consciência dos processos de produção dos manuais que utilizam como suportes didáticos em suas aulas. Pensar o livro didático e sua produção é ampliar as margens de reflexão sobre métodos e formas nas quais o ensino – em nosso caso, de História – vem sendo efetivado no Brasil, e assim, construir espaço para um ensino independente, consciente e crítico (MATOS, 2012, p.73).

O livro didático estabelecido em Lei Federal, ganha mais corpo à sua importância na vida do estudante brasileiro que, embora não seja apenas a única ferramenta didática possível. As aulas também podem ser incrementadas com os mais diversos recursos e materiais de apoio, e ainda, na forma de aplicação de aula. Vale salientar que, o livro ocupa um espaço de grande relevância na educação brasileira, sendo ele uma espécie de “autoridade”, isso em termos de apresentação dos conteúdos propostos em sala de aula.

Eu poderia aprofundar em muito este tema, porém, não é o foco principal da nossa reflexão. Fica assim justificado o quanto esse elemento utilizado em larga escala no Brasil, tomou um lugar de suma importância no ensino brasileiro por meio da sua trajetória.

Neste contexto vislumbro a necessidade de ampliação constante dos conteúdos, além da elaboração de materiais de apoio que possam auxiliar e incrementar o planejamento docente para a exposição de uma aula cada vez mais aprimorada em termos de informações. A finalidade é ter um ensino, nas palavras de Matos (2012), “independente, consciente e crítico”.

Saliento assim a importância de entender que, por exercer grande influência no campo educacional, os livros didáticos devem cada vez mais prover uma gama de informações melhor elaboradas, capaz de ampliar o senso crítico do estudante.

Quando analisamos os livros didáticos em geral, muitos integrantes de diversos grupos e suas ações sociais não são evidenciados, mesmo diante da necessidade de entendimento dos fatos ocorridos em relação a muitos atores e suas ações junto à sociedade. Embora os resultados de suas ações sejam refletidos no contexto hodierno, percebo a necessidade que seus pensamentos e atitudes fossem melhor apresentadas didaticamente.

Essa situação vigente a tanto tempo no Brasil, possibilita o comprometimento das condições de aprendizado, não só da geração atual, mas também das futuras. Isso pode ser refletido inadequadamente no processo de compreensão do potencial de contribuição dessas ações, quer sejam realizadas em grupo ou individuais, em prol de uma sociedade que, respeitando suas respectivas peculiaridades, agregaram e ainda agregam contribuições à sociedade dentro do seu campo de atuação no tempo e espaço os quais estão inseridos.

Essa situação torna muitos grupos de certa forma excluídos, como se não representassem parcelas significativas da sociedade em que atuaram e ainda atuam. Mesmo que dentro do seu círculo social ou em um plano mais elevado, isto é, na própria sociedade em sua maior abrangência. É preciso levar em consideração que suas ações exerceram e continuam exercendo influências e atuações relevantes dentro do campo social, e ainda, que contribuíram e continuam contribuindo para a construção da descrição dos acontecimentos humanos. Podemos entender como sendo a arte de “escrever” a história, compondo o que chamamos de historiografia, algo que deve ser uma realidade no pensamento dos estudantes das disciplinas na área de humanas.

A partir desta premissa, me debruço nesta pesquisa quanto ao movimento e ações de protestantes no século XIX, sem o propósito de destacar exclusividade ou protagonismo de atuação, mas no seu engajamento e contribuições com os pensamentos dos movimentos abolicionistas já existentes. Sabemos que os pensamentos abolicionistas eram heterogênicos, contudo, visavam, em sentido geral, o mesmo propósito: o combate à perpetuação da escravidão no Brasil e o fim de tal prática absurda, que provocava profundas feridas na dignidade humana dos indivíduos e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

É plausível observar que as ações de muitos protestantes no Brasil do século XIX, pudessem ser obscurecidas por diversos fatores, até por conta de estarem se estabelecendo gradativamente em uma país com forte ação dos detentores do monopólio religioso oficializado pelo Estado. Também não devemos considerar as elites políticas de então, sendo a prioridade dos mesmos, defender os seus círculos de poder economicamente dominante, em detrimento dos dominados, no caso, a população africana escravizada e seus descendentes no Brasil.

Poderia trabalhar com outros movimentos sociais, porém, o recorte que faço, possibilita trabalhar novas possibilidades de abordagens do abolicionismo, envolvendo protestantes no contexto da abolição. Não é por acaso, pois de fato, não há menção nos livros didáticos a participação ou contribuição efetiva de protestantes no processo abolicionista. Na condição de professor de História, entendo que não devo ficar em silêncio ou omitir ações humanitárias relevantes praticadas por qualquer indivíduo que se manifesta em favor da justiça social.

É tão decorrente este silêncio historiográfico, dando a impressão que, os protestantes para viverem em sociedade, têm que aparentar estarem alheios às suas convicções religiosas, e possivelmente não sejam mencionados pelo fato de serem integrantes de grupos com ideologias diferentes, contrapondo, muitas vezes, o contexto majoritário social ou ideológico dos demais. Na minha perspectiva, isso tende a alimentar o preconceito e a indiferença quanto a dinâmica, diversidade e a pluralidade cultural, social, política e religiosa, fortalecendo a intolerância às diferenças. É necessário quebrar estereótipos e romper intolerâncias recíprocas, recorrentes até mesmo em sala de aula, e buscar promover, a médio e longo prazo, a empatia e o altruísmo diante de realidades tão diversas, independentes dos campos e grupos que pertençam.

É preciso levar em consideração que, mesmo tendo sua trajetória marcada pela busca da melhoria dos conteúdos propostos, no entanto, o livro didático também tem suas limitações impostas por diversos fatores já mencionados. Enxergo assim, a necessidade de um aditivo que possa complementar a proposta do mesmo.

Justifica-se assim, ao final desta pesquisa, a oportunidade de desenvolver um produto paradidático textual, que possa ser utilizado como instrumento de auxílio que, somadas ao texto do livro didático, contribuam em sala de aula na construção do conhecimento histórico a partir uma visão crítica mais abrangente. Esta visão deve ser capaz de auxiliar o estudante na interpretação da sua própria realidade, direcionando suas perspectivas ao rompimento de entraves sociais como a ignorância e o preconceito, elementos extremamente nocivos à construção do conhecimento humano. Somente a independência e liberdade de pensamento e expressão serão capazes de aguçar o senso crítico dos indivíduos.

Apresentarei ocorrências que mostram a atuação e engajamento de diversos protestantes juntamente com outros atores sociais no debate e na luta em favor da liberdade, demonstrando que, apesar das diferenças quanto a religiosidade, comportamentos, crenças e culturas, ainda assim, por meio de suas ações e manifestações. Estes anseios sociais foram estabelecidos e manifestados na Revolução Francesa por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), bem como em nossa contemporaneidade, satisfazendo aos propósitos salientados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que, em defesa da dignidade humana podemos destacar dentre muitos artigos:

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em direitos e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação a outros com espírito de fraternidade. Artigo 2. 1. Todo o ser humano tem capacidade para desfrutar de direitos e liberdades definidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (UNESCO, 1998, p.2-3).

Contemplando questões relevantes no combate a escravidão humana e ao racismo, dando ênfase ao direito universal à liberdade democrática de pensamentos, bem como suas mais diversas expressões, independentes do campo social, político, econômico ou cultural a qual o indivíduo tenha consciência de pertencimento.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa se debruça na investigação que diz respeito à contribuição e engajamento de indivíduos adeptos ao protestantismo, abrangendo vários períodos históricos, em especial, o século XIX, engrossando o discurso abolicionista.

Por meio desta análise bibliográfica envolvendo: literaturas, artigos e periódicos, dentre outros, demonstrar que a apresentação deste tema nos livros didáticos da disciplina de História no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, tanto no setor público quanto no privado no sistema educacional brasileiro é ínfimo

Também vislumbrando textos de leis e decretos relativos ao tema, com o propósito de legitimar a reflexão, ressalto não haver a pretensão de oferecer simplesmente uma argumentação de conhecimento a ser estocado, entendendo que, conforme mencionado por Aryana Lima Costa e Margarida Maria Dias de Oliveira,

a História deve prover o conhecimento necessário para que os alunos saiam do senso-comum e utilizem-na de maneira que atue em suas experiências subjetivas, em seu conhecimento prévio, adquirido através do “mundo”, de maneira significativa, que lhes dê condições de orientação no tempo (COSTA; OLIVEIRA, 2007, p.157).

Neste sentido, a reflexão não deve se ater apenas aos fatos ocorridos, mas também levar o estudante a entender as possibilidades de recorrências de ações análogas às anteriores, que ferem a dignidade de indivíduos também em nossos dias, para isso é necessário um “conhecimento pessoal incorporado na experiência dos alunos, envolvendo factos, crenças, emoções, perspectivas, intuições e habilidades” (RAMOS, 2014, p.18). É desafiador, mas com certeza vale a pena trilhar neste caminho.

A diversidade de realidades vividas no cotidiano de cada indivíduo atualmente, pode oferecer contemplanções remanescentes de elementos que, muitas vezes, não passaram por uma ruptura plena e necessária, configurando assim, heranças de práticas e ideologias distorcidas sobre temas análogos às questões ocorridas em tempos anteriores, por exemplo, a política escravagista colonial, potencializando preconceitos, racismo e intolerâncias às diferenças.

Trabalharei com a exposição de diversos pensamentos e ações de indivíduos, grupos e lideranças protestantes no contexto do abolicionismo, com a pretensão de desenvolver uma análise que possa auxiliar no conhecimento e entendimento das ações desdobradas por estes integrantes. Não apontarei só a sociedade brasileira, mas também de outras conjunturas sociais, desmistificando quaisquer ideias de neutralidade ou omissão quanto à causa, mostrando um posicionamento e engajamento no combate às injustiças sociais tais como a escravidão.

É de suma importância que tal ponto de vista fique saliente, pois, embora tenha havido rupturas quanto a prática escravagista, no entanto em tempos anteriores, havia a possibilidade absurda, considerando nossa perspectiva atual, de muitos acreditarem ser uma prática “natural”, principalmente diante dos interesses econômicos daqueles que faziam parte da elite dominante dos séculos XV ao XIX.

Destacar que existiam muitos inseridos na sociedade do século XIX que não aceitaram tal “naturalidade” hedionda, permeará toda a pesquisa, demonstrando suas contribuições no discurso abolicionista, ou seja, aqueles que reagem a tal comportamento cruel e ofensor, oferecendo resistências que muitas vezes lhes custavam a própria vida. O maior exemplo disso são os próprios escravos, que nunca foram passivos a tais circunstâncias, muito pelo contrário, reagem de diversas formas, demonstrando toda rechaça a tal pensamento e prática desumana.

A formação de movimentos plurais abolicionistas contribuiu muito para que o sonho abolicionista ocorresse, no entanto, muitas permanências infelizmente ainda vigoraram no comportamento e atitude daqueles que não entenderam ainda o real significado do conceito de liberdade, igualdade e fraternidade.

Mediante esta metodologia a partir da investigação bibliográfica, possibilita-se refletir com o apontamento de diversos autores sobre o tema, evidenciando que muitas supostas “rupturas” ainda conseguem perdurar transvestidas em outros formatos, no entanto, conservando sua essência análoga à crueldade e obscuridade do passado.

Destacarei ações protestantes, contudo, jamais com o intuito de elevá-las acima de quaisquer outras ações de movimentos sociais envolvidos na causa, mas mostrar que grande parte dos adeptos ao protestantismo também tiveram participações relevantes nas questões sociais juntamente com os demais atores.

Acredito que oferecendo novas abordagens quanto ao tema do abolicionismo no ensino de História em sala de aula, desperte o desejo dos estudantes em não considerar, sob hipótese alguma, “normal” certas práticas como a escravidão, ou simplesmente, ceder ao comodismo, tirando do foco a empatia.

Respalhada por esta metodologia, pretendo mostrar que, dentre muitas contribuições em prol do abolicionismo, havia também por parte de muitos protestantes, uma preocupação real quanto à questão, e não apenas isto, mas seus posicionamentos em favor da causa, sem o comodismo das possíveis benesses que poderiam advir da indiferença aos fatos correntes naquele período. Em nosso caso, a pesquisa discorrerá dentro de um recorte sobre a escravidão e os envolvidos no propósito abolicionista que resultou na abolição definitiva de tal prática, em especial no Brasil.

Apresentar aos alunos a historiografia abolicionista com participação ativa de muitos protestantes dentro do campo da ciência e conhecimento humano e não de mera especulação é o alvo da pesquisa, promovendo assim, o aprofundamento do conhecimento a partir da apresentação de fatos legitimados por pensadores, que se preocuparam com a temática buscando fazer com que o aluno entenda que não é uma reflexão isolada, mas legitimada pela ação de outros autores sobre o tema.

Jörn Rüsen, um dos idealizadores do entendimento da História a partir da perspectiva científica, defendia a promoção do aprofundamento do conhecimento histórico acadêmico, tendo como ponto de partida o pensar a vida do indivíduo historicamente, entendendo a história produzida em seu cotidiano, comparando sempre com o conhecimento que temos de nós

mesmos. A defesa da ideia de função da História e sua importância no seu desenvolvimento humano, relacionando-se com a própria a vivência do indivíduo. Dizia ele:

A questão que nos interessa aqui pode ser explicitada mediante a seguinte consideração: o pensamento é um processo genérico e habitual da vida humana. A ciência é um modo particular de realizar esse processo. O homem não pensa porque a ciência existe, mas ele faz ciência porque pensa. Se puder estabelecer que esse modo particular, científico, do pensamento humano está enraizado no pensamento humano em geral, ter-se-á um ponto de partida para responder à pergunta: por que o pensamento se dá e se deve dar no modo científico? (RÜSEN, 2001, p. 54-55).

Entender o significado de pensar historicamente é o trabalho do autor e neste sentido, a pesquisa trabalhará metodologicamente tendo a História na perspectiva de ciência, no entanto, diante do entendimento que cada um tem da sua própria história no seu próprio cotidiano, visto que, segundo o Rüsen (2001), a forma das pessoas pensarem direcionam suas ações.

Diante disso, vejo como relevante a produção de um material paradigmático, capaz de mostrar aos estudantes que, quanto melhor e de forma mais profunda refletirem sobre determinada temática, melhor será a construção de seu conhecimento historiográfico, e por sua vez, entendendo as ações práticas propostas na conjuntura da realidade em que vivem, fazendo com que tenham atitudes salutares diante dos enfrentamentos e embates sociais que se apresentam em suas realidades. Dentro de uma referência teórico-metodológica, o trabalho busca apoio nos conceitos teóricos na sociologia a partir de Pierre Bourdieu (1930-2002) com o objetivo de entender e explicar o tipo de relacionamento estabelecido entre protestantes e a sociedade escravocrata do século XIX, com a intenção de avaliar a chegada e o desenvolvimento do movimento protestante no Brasil sob as perspectivas já mencionadas.

De Bourdieu, destaco a abordagem dos conceitos de “campo” e “poder simbólico”, tendo em vista que o protestantismo é de cunho religioso, faz-se necessário entender como ele consegue se relacionar com outros movimentos em prol das causas sociais, embora os propósitos sejam os mesmos, a forma e a busca pelos resultados podem partir de ideias e pensamentos plurais, valorizando sua diversidade.

O conceito de “ilusão naturalista” desenvolvido por Bourdieu, faz com que a incorporação e a interiorização de uma identidade simbólica construída em dada dimensão social, acabe por sofrer perdas, fazendo com que, o que é apenas simbólico acabe sendo interpretados por muitos como “normal” e ainda, “natural” da existência humana, o que é inaceitável quando a reflexão trabalha o combate a tudo o que fere a dignidade humana.

Diante dos diversos apontamentos aqui expostos, a fim de demonstrar a metodologia aplicada, pauto assim as intenções pelas quais investigarei o tema proposto, possibilitando novas abordagens quanto ao abolicionismo na escola. Ao final, elaborarei um produto paradigmático coerente com o claro objetivo de trazer à tona questões, muitas vezes “ocultas” circunstancialmente, nos meios didáticos utilizados no sistema educacional em vigor no Brasil.

Sobre a temática mencionada, quero demonstrar que os livros didáticos deixam grandes lacunas historiográficas, criando assim a necessidade um material paradigmático que possa complementar e auxiliar na contemplação da análise do envolvimento de protestantes, por meio de suas ações em prol da sociedade, e seu relacionamento com as grandes questões sociais, dando corpo ao discurso abolicionista também abordado no Brasil no século XIX.

ESTADO DA ARTE

Alguns autores que trabalharam a questão do protestantismo e a escravidão:

- Cristina Kelly da Silva Pereira, 2010. **Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais.**
 - O artigo analisa os discursos e as práticas pentecostais e protestantes no que se refere à temática da negritude. Busca mostrar o quanto as comunidades evangélicas estão impregnadas de uma complexidade de conflitos provenientes dos diferentes referenciais de identidades, construídos pelos sujeitos em suas relações sociais e no processo cultural.
- Douglas Nassif Cardoso, 2009 - **Protestantismo & abolição no Segundo Império: a pastoral da liberdade.**
 - O ensaio procura apresentar a postura abolicionista defendida pela primeira igreja do protestantismo de missão estabelecida no Brasil – Igreja Evangélica Fluminense – distante do senso comum que reduz diferentes posições protestantes, quanto ao abolicionismo, à aparente “neutralidade” ou “pró-escravatura”.

- Hélio de Oliveira Silva, 2010 - **A igreja Presbiteriana do Brasil e a escravidão (1859-1888) - Breve análise documental.**
 - Apresenta ações positivas dentro da Igreja Presbiteriana do Brasil frente ao movimento abolicionista brasileiro; rebatendo acusações de escritores contemporâneos de que o protestantismo de missão foi apático à escravidão.

- José Carlos Barbosa, 2002 - **Negro não entra na Igreja espia da banda de fora: protestantismo e escravidão no Brasil Império.**
 - Defende que, mesmo com o crescimento do movimento abolicionista em 1880, com grande adesão popular, o propósito principal dos missionários era implantar o protestantismo no Brasil, demonstrando como a Igreja Católica representava o atraso. Segundo Barbosa, os missionários tinham uma visão reformista, conservadora e moralista. “Nega-se totalmente ao negro a condição de sujeito da história, mas apenas um objeto a ser resgatado.

- Juliano Custódio Sobrinho, 2019 - **A escravidão está condenada pela religião: católicos e presbiterianos no contexto da abolição (Minas Gerais, 1886-1888).**
 - O artigo faz uma análise, partindo da problematização sobre o discurso religioso e os ideais abolicionistas, da presença de católicos e presbiterianos em Minas Gerais, entre 1886 a 1888, mostrando a participação do clero católico e de presbiterianos numa trama de disputas políticas, interesses pessoais e ideias abolicionistas, que minaram os pilares da escravidão.

- Luiz Cândido Martins, 2008 – **A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX, frente aos temas da educação e escravidão.**
 - A pesquisa estudou a relação entre o presbiterianismo, enquanto corrente protestante que se instalou no Brasil no século XIX, e os temas da educação e da escravidão. Com base em Bourdieu, analisa o confronto entre os campos

simbólicos, apresentando na discussão os papéis da Igreja Católica, da maçonaria, do Império e do partido republicano dentro do contexto temático.

- Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros - **A questão escravista e o presbiterianismo no Brasil Império.**
 - A pesquisa analisa as relações entre o discurso e a prática da missão presbiteriana no Brasil, no seu processo de nacionalização, e o projeto de nação brasileira entre o fim do Império e início da República, bem como o vínculo dos principais discursos presbiterianos com relação à escravidão e o movimento abolicionista.

- Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros - **A liberdade é uma bênção: O presbiterianismo e o abolicionismo no segundo reinado brasileiro.**
 - A pesquisa analisa as relações entre o discurso e a prática da missão presbiteriana e o discurso político no período final do Império e inicial da República brasileira. Nosso foco neste momento é a questão abolicionista.

- Wellington Douglas de Oliveira, 2009 - **Vertente abolicionista no século XIX: Protestantes, sociedade abolicionista intelectual.**
 - O trabalho visa um grau de especificidade que pressupõe uma teia de relacionamentos entre o campo protestante presbiteriano e outros ramos protestantes. Aborda a concorrência presbiteriana com a hegemonia Católica, no contexto do protestantismo de missão “abolicionista” e de imigração.

O diferencial de minha proposta sobre o tema, é a utilização dos seus resultados na elaboração de um produto paradigmático. Este produto deve ser usado como material de apoio ao texto do livro didático, contribuindo no ensino de História em sala de aula. A partir dessa premissa, estimular novas possibilidades de abordagens do abolicionismo na escola, com base numa visão crítica, podendo auxiliar o estudante na interpretação da realidade emergente vivenciada em seu cotidiano, buscando conscientizá-lo da necessidade da superação de determinados entraves sociais, tais como a intolerância, o racismo e o preconceito.

Dado o elevado grau de nocividade à dignidade humana, estas posturas devem ser rompidas com a máxima urgência. Somente o envolvimento responsável de indivíduos ou grupos sociais, com suas respectivas religiosidades, comportamentos, crenças, culturas e ações plurais, imbuídos nos elementos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) quanto à liberdade de expressão, possibilitará a construção do conhecimento histórico, sendo este capaz de influenciar o debate e a resistência àquilo que deve ser rechaçado o quanto antes pela sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fazer uma análise de como os livros didáticos, utilizados nos últimos vinte anos no Brasil, tanto em escolas públicas quanto privadas, apresentam seus conteúdos na disciplina de História focados mais nas ocorrências dos fatos em si, muitas vezes desvinculados ou desprovidos de informações imprescindíveis quanto aos agentes sociais envolvidos. Mesmo oferecendo grande potencial de contribuição social por meio de seus pensamentos e ações reconhecidas na História, como é o caso de muitos indivíduos ou grupos protestantes no século XIX no Brasil alinhados com o discurso do movimento abolicionista em sua pluralidade.
- Evidenciar as dificuldades enfrentadas durante o estabelecimento do protestantismo no Brasil no século XIX que, embora o momento parecesse favorável, houveram muitas resistências, enfrentamentos e adversidades enfrentadas diante das hegemonias políticas, sociais e religiosas que formavam a elite dominante do país. A necessidade da sujeição às leis do período, limitava significativamente a sua livre expressão, equiparada ao seguimento religioso oficial do país, gerando desafios diários aos missionários que envolviam graves consequências para o desenvolvimento de seus projetos.
- Apresentar fatos históricos com ações práticas capazes de evidenciar participações sociais relevantes de personagens ligados ao protestantismo, que ajudaram a dar volume no debate abolicionista, como elementos colaborativos na construção histórica do Brasil.
- Utilizar os resultados da pesquisa na elaboração de um produto paradidático, tendo este, o formato de um complemento de apoio textual quanto a temática, podendo ser utilizado em

sala de aula em conjunto com o livro didático. Esta ferramenta didática oferecerá propostas que possam contribuir para enriquecimento acadêmico do ensino de História, estimulando o desenvolvimento de novas perspectivas quanto ao abolicionismo, enriquecendo a compreensão do conceito de diversidade em prol de importantes causas sociais que envolvam o respeito quanto às pluralidades de expressão e de pensamentos, no contexto da construção do conhecimento histórico a partir da sala de aula.

INTRODUÇÃO

Sobre de historiografia, entendemos como a ação de escrever a História como arte, na busca de relatar o fato o mais próximo possível da realidade de sua ocorrência, tendo como base, vestígios considerados fontes confiáveis que possam legitimar o ocorrido, e ainda, considerar a questão da perspectiva de quem escreve.

É evidente que é um grande desafio, isso porque, nem sempre ocorrências que envolvem transformações sociais são compostas por elementos partindo apenas de convergências entre as partes. Geralmente, existem muitas divergências envolvidas na sua construção dialética, formada por contraposições e contradições de ideias que levam a outras ideias, contudo, novas sínteses são construídas no elemento histórico.

As transformações são oriundas de muitas situações que formam o cenário para que as mesmas aconteçam, neste sentido, dentro do contexto do materialismo histórico, por exemplo, seu ponto de partida geralmente advém de questões contraditórias entre forças produtivas e o meio de produção. Vale salientar, que Karl Marx (1818-1883), produziu seu pensamento na fase do capitalismo industrial, analisando como resultado da fase que o antecedeu, ou seja, a do capitalismo comercial da Idade Moderna, com o período de acumulação primitiva do capital, onde ele afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta, liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2013, p.836).

É a partir da Inglaterra, berço da revolução capitalista, que a análise tem maior ênfase, mostrando que o desenvolvimento capitalista, fez com que a ordem anterior fosse suplantada. Não se pode negar que a nova dinâmica propiciou a expulsão dos camponeses das suas terras, que por sua vez, estabeleceu novas configurações para o trabalho, lembrando que o período a que nos referimos, ainda estava na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

O discurso abolicionista nas Américas ocorria de forma concomitante aos pensamentos desenvolvidos por Karl Marx e Friedrich Engels, ambos ocorriam no século XIX. Partindo

dessa premissa, é razoável entender algumas relações que nos auxiliam no entendimento do estabelecimento da mão de obra escrava nas colônias europeias nas Américas, a partir da ideia de modo de produção.

Para Evandro André de Souza e Jó Klanovicz,

a história era a história das lutas de classe, e era determinada especialmente por processos de produção, reprodução e circulação de mercadorias e de pessoas, ou seja, pela economia. Não é à toa que, para elaborar a racionalização em torno de uma história movida pela economia, Marx e Engels passaram a interpretar o desenvolvimento das sociedades a partir do seu encaixe a modos de produção. A existência dos modos de produção asiático, escravista, feudal, capitalista, socialista e comunista. Seriam esses modos de produção os responsáveis pela formulação de diferentes explicações e entendimentos de mundo, uma vez que, para o materialismo, as forças produtivas tinham influência direta sobre o cotidiano das pessoas (SOUZA; KLANOVICZ, 2015, p.85).

Mais de 300 anos de exploração das riquezas da América, África e Ásia, as burguesias europeias estenderam essa exploração de forma global. Essa era a condição de acumulação de capital na Europa propiciando o desenvolvimento das forças produtivas revolucionando a produção manufatureira para a produção industrial, no contexto europeu em que Marx vivia.

Marx ao discutir capitalismo e escravidão, não via a escravização dos africanos pelos europeus no século XVI na mesma perspectiva com que via a escravidão romana ou árabe, era novidade, até mesmo pelo contexto inserido. Para Marx, o capitalismo era um sistema baseado na exploração de muitos por poucos, e insere a escravidão no contexto de como o modo capitalista surgiu.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 821).

Afirmando assim, a extensão na qual a escravidão era central para a economia mundial inserida no sistema capitalista. Constatou Marx:

a escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão não teríamos o algodão; sem algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta

importância. Sem a escravidão, a América do Norte, o mais progressista dos países, transformar-se-ia num país patriarcal. Tire-se a América do Norte do mapa do mundo e ter-se-á a anarquia, a completa decadência do comércio e da civilização modernos. Suprima-se a escravidão e ter-se-á apagado a América do Norte do mapa das nações. A escravidão, por ser uma categoria econômica, sempre existiu nas instituições dos povos. Os povos modernos conseguiram apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no Novo Mundo” (MARX.1985, p. 108).

Esta constatação não se trata de um elogio ao sistema capitalista, ao contrário, simplesmente deixa claro que a escravidão, segundo o filósofo, sendo cruel e nada humanitário, no entanto, era um dos mais importantes mecanismos em massa utilizados para propiciar o desenvolvimento por meio do sistema capitalista.

Marx não apenas se opunha pessoalmente à escravidão e se organizava ativamente contra ela, mas também teorizava que a escravidão e a resultante discriminação de raça que deriva dela não eram problemas só para os próprios escravos, mas para os trabalhadores brancos que estavam sob constante ameaça de perder emprego para o trabalho escravo (TAYLOR, 2018, p.183-184).

Nas palavras de Keeanga Yamahtta Taylor (2018), a rechaça de Marx ao sistema escravocrata por sua compatibilidade ao sistema capitalista é evidente, e ainda, Souza e Klanovicz aponta que para Marx,

o ponto chave das desigualdades econômicas era a sociedade industrial moderna, juntamente com a sua ideologia consumista e alienante, que impunha contradições insuperáveis para o próprio desenvolvimento do capital. A construção de hábitos de consumo, as relativas melhorias da condição de vida de muitas classes a partir da urbanização (embora extremamente desigual), e o processo de expulsão da população de sua condição anterior de servidão (característica da Idade Média), imprimiram um papel importante na construção da burguesia como força revolucionária. Contudo, a capacidade revolucionária burguesa teria freado e tomado um rumo conservador a partir do momento em que se deixou levar pelos benefícios meramente econômicos desse impulso de mudança (SOUZA; KLANOVICZ, 2015, p.87).

Esse pensamento corrobora com a ideia de Marilena Chauí que afirma que “a sociedade se constitui a partir de condições materiais de produção e da divisão social do trabalho” (CHAUÍ, 2003, p.386), o que dá todo sentido para entender a sociedade do século XIX, visto que grande parte dela já se debruçava a questionar todo o sistema escravocrata quanto a prática da escravização humana exercida pela outra ala social.

O materialismo histórico apresentado por Marx e Engels, segundo Souza e Klanovicz (2015) “foi revolucionário para o século XIX, desconstruindo a ideia de que as ocorrências históricas se desdobravam “naturalmente”, pensamento este contrariado por Marx que defendia a relação dos fatos históricos de forma direta às forças produtivas, movendo a história humana.

Então, é razoável avaliar a questão da escravidão no Brasil do século XIX, entendendo que as forças produtivas a partir do modo escravista influenciavam os desdobramentos sociais do período, visto que a escravidão colonial foi interpretada como elemento necessário para o progresso do modo de produção capitalista.

Neste sentido, o professor Clóvis de Barros Filho, ao comentar sobre o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), aponta que ele

passa a sua vida mostrando que muitas coisas na sociedade que nós consideramos coisa de natureza, são, na verdade, coisas de sociedade. Se você preferir, manifestações humanas que nós consideramos como naturais, na verdade são socialmente adquiridas. Ou, pra falar como Bourdieu, “socialmente construídas”. [...] identifica uma série de situações e comportamentos que no senso comum costumam ser imputados a uma natureza qualquer, e que na verdade são o resultado de um processo complexo de socialização, de vida em sociedade (FILHO, B. 2015, p.11).

Sem uma aplicação do raciocínio lógico, naturaliza-se uma ação humana e suas consequências, ignorando, segundo Filho, C. (2015), o quanto nossas manifestações resultam de um trabalho propriamente social, nos condicionando a um certo posicionamento na sociedade, que na verdade não tem nada de natural, mas,

de uma explicação propriamente sociológica de uma manifestação que não é natural, mas que é um fato social. Socialmente explicável, porque um fato social, desde Durkheim, é isso: uma ocorrência que só é explicável socialmente (FILHO, C. 2015, p.11-12).

Situações e comportamentos supostamente considerados “naturais”, mas na verdade, nas palavras de Clóvis de Barros Filho (2015), são construções sociais geradas ao longo de muito tempo, processos, que denunciam a intervenção da sociedade sobre o indivíduo, mostrando em que medida as relações sociais explicam os comportamentos humanos aparentemente naturais, óbvios e evidentes, mas que não passam daquilo que Bourdieu considerou como “ilusão naturalista”, ou seja, uma perspectiva a partir de construção social que, ao final, simplesmente que dar o sentido de que “não tem outro jeito de ser”.

Felizmente, é perceptível a inverdade desta perspectiva quanto ao sistema escravocrata que, desde os tempos mais remotos, sempre foi rechaçado e resistido principalmente pelos próprios escravizados. Só este argumento já demonstra claramente que a escravização humana, por ferir a própria dignidade humana, não tem nada de natural, mas sim, tem a ver com o resultado de uma complexa construção cultural a partir de julgamentos unilaterais da sociedade.

Fazendo o uso análogo dos pensamentos de Pierre Bourdieu (2007) quanto à crítica social do julgamento, o sociólogo busca estabelecer desde cedo que:

Ao comparar as práticas de agentes que possuem as mesmas propriedades e ocupam a mesma posição social em determinado momento, mas separados por sua origem, a análise estatística realiza uma operação análoga à percepção comum que, em um grupo, identifica os novos-ricos ou os desclassificados, apoiando-se nos indícios sutis das maneiras de ser ou da postura em que se denuncia o efeito de condições de existência diferentes das condições presentes ou, o que vem a dar no mesmo, uma trajetória social diferente da trajetória modal no grupo considerado (BOURDIEU, 2007, p.103-104).

A existência do julgamento de que uma prática seja “natural” quanto ao destino de determinadas classes sociais, nada mais é do que a perspectiva dos dominantes para manutenção sua hegemonia sobre os dominados. Naturaliza-se até biologicamente a ideia de que alguns nasceram com aptidão para escravidão, e outros, para outras tendências, afinal, para muitos pelo fato de ser uma prática comum há milênios, então justifica-se a perpetuação de tal prática. A absurda ideia do malnascido.

Emiliano Ribeiro Alves (2007), salienta que

são correlações que se iniciam com a transmissão do capital cultural inculcado na escola e aquele herdado pela família, efetuadas de maneira precoce ou através do aprendizado tardio. Pelas ações de imposições positivas de valores – exercidas pela instituição escolar, objetivadas pelo diploma, lembre-se, nas *Grandes Écoles* –, garantem aos agentes a aptidão para adotar a disposição estética associada a uma origem social. Dito de outro modo, as práticas culturais incentivadas por essas duas instâncias, distinguem aquilo que será reconhecido como gosto legítimo burguês, de classe média ou popular. Assim, é suficientemente importante esclarecer que um gosto da mais alta cultura burguesa em matéria de música é mais frequentemente associado às classes dominantes do que às classes populares e vice-versa (ALVES, 2007).

Se Marx e Engels, por meio do materialismo histórico revolucionou o pensamento no século XIX, mostrando que os fatos históricos não aconteciam naturalmente, mas como

resultado de um contexto social, econômico e político, por sua vez, Pierre Bourdieu revigorou este pensamento no século XX.

O não permitir que se fique na ilusão naturalista dos fatos, consiste em aceitar que há uma intervenção da sociedade sobre o indivíduo. Intervenção esta, que se explica por meio dos desdobramentos sociais. Neste sentido, de forma análoga a tais pensamentos, pontuando o caso da escravidão colonial praticada nas Américas no século XIX, entende-se que ela existiu porque a parte interessada da sociedade neste propósito a construiu.

Embora seja um trabalho delicado de identificação das relações sociais e dos processos de dominação e suas consequências, comumente apresentadas como óbvias ou até mesmo naturais, faz-se necessário o processo de uma forte ruptura com elementos nocivos à sociedade, para que novos rumos sejam tomados.

O desrespeito à dignidade de seus semelhantes, expressada pela prática da escravização humana, não pode ser tratado como algo supostamente “natural”. Sabemos que sempre haverá iniciativas interessadas em ocultar os processos de dominação ou “maquiando” situações diferentemente de como elas realmente são. Desta forma, muitos discursos tentavam justificar até mesmo o que hoje consideramos como injustificável, a absurda prática da escravização humana no continente americano, muitas vezes oriundas até mesmo dentro do campo religioso de ordem cristã, seja católica ou protestante, já que em suas extensas fileiras existiam aqueles que, buscando proteger seus interesses egoístas, seja econômicos, políticos, sociais ou culturais, defendiam o sistema escravocrata perdurante ainda no século XIX.

Obviamente, também existiam aqueles que eram simplesmente omissos, até mesmo por ficarem “escondidos” atrás de uma postura de neutralidade, contribuindo muito para a permanência desse sistema perverso e extremamente cruel, visto que não se engajavam na causa abolicionista, engajamento necessário e salutar defendido por muitos sinceros adeptos do cristianismo das mais diversas vertentes.

O maior contrassenso cometido por aqueles que não presavam pela defesa da dignidade humana, ao não se levantarem contra as práticas de escravização de seus semelhantes, destaco aqui o contexto da escravidão colonial dos povos africanos, é o fato de, descaradamente, como cristão cristãos negarem a natureza do cristianismo e seu maior princípio estabelecido pelo próprio Cristo, considerado, como o grande mestre e mentor daqueles que nele creem.

A pregação do respeito à dignidade humana, difundida de forma bastante incisiva pelos seus fiéis, desde a igreja cristã primitiva que, segundo os escritos bíblicos defendidos pelos cristãos, demonstrava comprometimento com seus ensinamentos atrelados ao amor ao próximo. Isso deveria ocorrer por meio da prática à tolerância às diversidades, respeito às diferenças

tradicionais e os costumes, a partir da compreensão do conceito de não julgar e à negação da suposta superioridade de algumas culturas sobre as outras. O registro do evangelista Lucas, narra a história ilustrativa do comportamento do “bom” samaritano, que, diferentemente de outros religiosos, socorreu o necessitado. A narração, segundo o autor, foi do próprio Cristo, que concluiu com uma frase icônica: “Vai e faz a mesma coisa” (BÍBLIA. Lucas 10:30-37, p.1079), demonstrando que nosso próximo pode ser qualquer pessoa que precise ser socorrida.

Isso não significa dizer que é preciso concordar com tudo e com todas as formas de pensamentos ou comportamentos, mas ser tolerante e respeitoso em amor com aqueles que optam pelas práticas diferentes ao contexto cristão. Discutir alternativas de ideias e perspectivas plurais, oportuniza o desenvolvimento do conhecimento e o crescimento humano. Sempre haverá concordâncias ou discordâncias que, para aqueles que respeitam a dignidade humana, contribuirão para a boa convivência e o bem-estar social.

Inúmeros registros bíblicos, considerados sagrados para os cristãos, deslegitimam qualquer ideia de escravização humana. Destaco aqui alguns exemplos: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não há outro mandamento maior do que este” (BÍBLIA, Marcos 12:31, p.1053), palavras que, na concepção do autor, foram ditas pelo próprio Cristo, que vai além ao expressar: “que vos ameis uns aos outros, como eu amei a vós” (Ibid. João 13:34, p.1125), fala esta que convida o interlocutor a ir além de si mesmo, superando até mesmo seus desejos egoístas, pois, muitos defendem a possibilidade de haver o risco de alguém não ter amor próprio e refletir isso ao próximo por meio de suas atitudes, então Jesus coloca suas ações de forma imperativa aos seus supostos seguidores.

Faço referência a diversos textos bíblicos, para demonstrar que, na perspectiva protestante defensores do abolicionismo, todos aqueles que persistiam nas práticas desumanas contra seu semelhante, desprezavam tais ensinamentos, mesmo se autoconsiderando cristãos.

Historicamente, o protestantismo parte do princípio luterano da *Sola Scriptura* que, de acordo com a Reforma Protestante, delega à Bíblia absoluta primazia ante a tradição legada pelo magistério da Igreja Cristã, quando os princípios doutrinários entre ambas forem conflitantes. Diante disso, lançar mão de práticas como a escravização humana, ainda que muitos adeptos de uma instituição religiosa que se considere protestante, comunguem desta ação, no entanto, estão contrariando profundamente os ensinamentos do próprio Cristo. Segundo a crença cristã, ele deixou a liberdade como um legado aos que protestam contra as injustiças cometidas pelo homem contra seu semelhante, ou seja, na sociedade.

É notório que os ensinamentos doutrinários dos apóstolos do século I, buscavam transmitir os pensamentos e os ensinamentos coerentes com o de seu mestre. Para isso, deveriam ser

reconhecidos por eles como equivalentes ao propósito humanitário, consolidando o cristianismo dentro de um patamar de práticas altruístas e empáticas. O objetivo era difundir ações cristãs que poderiam ser vistas como testemunhos de vidas comprometidas com o amor a Deus, na perspectiva cristã e o respeito ao próximo, diante disso, atingir o propósito do evangelismo que é a salvação.

Algumas referências textuais bíblicas que embasam o protestantismo

De acordo com o pensamento dos adeptos ao protestantismo que tem consciência da necessidade do respeito às liberdades, saliento a perspectiva do apóstolo Paulo de Tarso (século I), que defende a ideia de todo cristão sincero, ter Cristo como modelo de comportamento. Diz ele em seus escritos: “E andai em amor como Cristo, que também Cristo vos amou e se entregou a si mesmo por nós” (BÍBLIA. Efésios 5:2, p.1238). O alvo era deixar claro que, muito além do discurso, é preciso praticar boas obras por meio de suas vidas em favor do seu semelhante, ou seja, viver o que realmente professa crer e prega.

O evangelista João (século I), faz um apelo para que todos dessem ouvidos ao que o Mestre deixou como mandamento, dizendo: “E Dele temos este mandamento: que quem ama a Deus, ame de igual forma a seu irmão” (BÍBLIA. 1º João 4:21, p.1312). A reflexão remete a necessidade do amor que se dá ao seu semelhante, não ser diferente do oferecido a Deus.

Outro evangelista, Mateus (século I), harmoniza este princípio testemunhando em seus escritos as palavras que, segundo ele, foram ditas pelo próprio Cristo.

Não será assim entre vós; mas todo aquele que quiser, entre vós, fazer-se grande, que seja vosso serviçal e qualquer que, entre vós, quiser ser o primeiro, que seja vosso serviçal (BÍBLIA. Mateus 20:26-27, p.1020).

Para o autor citado acima, todos devem estar a serviço de todos, pois diante de Deus, ninguém deve considerar-se superior a seu irmão ao ponto não poder servi-lo reciprocamente.

As orientações bíblicas, aceitas e defendidas pelos protestantes adeptos aos ideais abolicionistas, demonstram que o princípio da escravidão não era visto com algo que fosse bom ao ser humano em nenhum sentido. Isso se dá porque a própria Bíblia, livro sagrado dos cristãos, demonstra claramente que não existe passividade diante da escravização humana, principalmente por aqueles que são vítimas diretas deste comportamento vil, o escravizado.

Mesmo se tratando de conceitos elaborados dentro do campo da religiosidade, considerados espirituais pelos cristãos, o objetivo em utilizar o termo escravidão na

apresentação de muitos textos, definitivamente não tem por intuito defende-la, mas rechaçá-la. O apóstolo Paulo de Tarso (século I), considerado pelos cristãos como um dos seus grandes pensadores, registrou: “porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos” (BÍBLIA. Romanos 8:15, p.1185). O texto contrasta a palavra escravidão como algo negativo, com o conceito de filhos, entendido como bênção para o cristão vida do próprio Deus, o qual acreditam, explicitando a necessidade de rechaça à ideologia escravagista em todos os seus parâmetros.

Na crença protestante, se é odioso no campo espiritual, segundo o pensamento cristão, como pode ser plausível no campo social? “Assim falai e assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade” (BÍBLIA. Tiago 2:12, p.1293). Na crença dos protestantes sinceros aos ensinamentos bíblicos, subjugar seu próprio irmão ou condicioná-lo a qualquer situação análoga a tal circunstância, visto que não é próprio do pensamento cristão, contraria e afronta importantes princípios defendidos pelos apóstolos. O registo do apóstolo Paulo (século 1): “não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (BÍBLIA. Gálatas, 3:28 p.1230). O compromisso com o respeito ao próximo, jamais fazendo acepção de pessoas, mostra-se coerente com os ensinamentos do próprio Cristo, ao dizer abertamente em uma reunião solene com determinados religiosos:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para pregar o evangelho aos pobres. Ele me enviou para proclamar a libertação dos aprisionados e a recuperação da vista aos cegos; para restituir a liberdade aos oprimidos (BÍBLIA. Lucas 4:18, p.1068).

Não tenho como premissa que a explanação de registros bíblicos exposta aqui, que defendem a luta contra o preconceito, o racismo, a intolerância ou qualquer ação que fira a dignidade de seu semelhante, seja interpretada como argumentos para advogar em causa própria. Quero somente criar o contexto pela qual, nos exemplos de ações práticas por parte de muitos adeptos ao protestantismo, defensores dos direitos humanos, que apresentarei por meio de seus pensamentos e ações nas próximas páginas, seja capaz demonstrar as bases da ideologia protestante em suas raízes, que defende o princípio da *“Sola Scriptura”*, respaldando-se na mesma, com o propósito de para engrossar o discurso em favor da liberdade e igualdade entre os seres humanos.

Poderia apontar centenas de outros registros bíblicos reafirmando o compromisso que o cristianismo sincero defende, a partir das orientações do próprio Cristo e os ensinamentos daqueles que dele aprendeu, firmado para com o seu semelhante, tendo como princípio, a

promoção da liberdade de expressão e a defesa dos direitos humanos. A própria diversidade de denominações protestantes ao redor do planeta, mostra a heterogeneidade de pensamentos, o que, democraticamente, é algo positivo.

Estes textos extraídos do livro, considerado sagrado pelo protestantismo e regra de fé que pautou a Reforma Protestante, sejam suficientes para entender que os ensinamentos quanto a liberdade, amor e respeito ao ser humano, são inerentes ao cristianismo. Mais uma vez, nas palavras do apóstolo Paulo apontando que todos aqueles que dizem proferir a fé cristã devem ter “a mente de Cristo” (BÍBLIA. 1º Coríntios 2:16, p.1197).

Para um protestante com base nos ideais de liberdade, a obrigação de reverter benefícios, participando dos processos sociais de forma prática e altruísta, não oprimindo, julgando ou subjugando seu semelhante, cumpre os ensinamentos de Cristo, que jamais agiria diferente disto, logo, a escravidão não se encaixa em tais ensinamentos.

Ainda que muitos no passado, não praticassem tais obras dentro deste patamar, embora estejam em suas fileiras, isso não anula os princípios do protestantismo, vigorando os mesmos até nossos dias, muitas vezes carecendo de novas reflexões para uma melhor desenvoltura e contribuição em prol da sociedade.

Cristina Kelly da Silva Pereira (2010), traz uma importante citação de Danilo Mondoni (2001) em sua obra, reforçando o argumento de que,

A igreja cristã, possuidora de um histórico de amor fraternal em sua raiz fundadora - inaugura, através de Cristo, um novo preceito, o amor ao próximo, uma vida de fraternidade e inclusão dos que, até então, eram excluídos pela sociedade (mulheres, prostitutas, doentes, etc.) (MONDONI, 2001 Apud PEREIRA, C. 2010, p.97).

Contudo, ressalta o papel das igrejas protestantes na sociedade contemporânea brasileira, quanto a questão afrodescendente, baseado nos princípios do cristianismo citado acima, constatando que,

deve contribuir para o desaparecimento de práticas preconceituosas. Apesar desse histórico, a igreja pouco tem agido em favor da afrobrasilidade. É neste sentido que acreditamos ser relevante repensar o papel da igreja evangélica na sociedade contemporânea, refletir sobre suas atitudes em relação aos problemas apresentados na atualidade, notar as contribuições dessa instituição à sociedade brasileira e, possivelmente, pensar em possibilidades de transformações futuras (PEREIRA, C. 2010, p.97).

Tal necessidade é fato, e insisto na observação de que apontarei diversas ações relacionadas a grupos e indivíduos adeptos do seguimento protestante dentro de um contexto, muitas vezes contraditório. Não trabalho com a ideia de um movimento uniforme ou homogêneo em prol do abolicionismo e dos direitos humanos, pois não condiz com a realidade apresentada. Estenderei as exemplificações, mostrando que, assim como em outros países, no Brasil não foi diferente, também haviam apoiadores dos pensamentos de liberdade de expressão e direitos humanos, alinhados ao sentimento humanitário. Neste sentido, incluo os abolicionistas protestantes, respeitando suas devidas pluralidades, que agiam na perspectiva de contribuir com o rompimento definitivo da nefasta prática escravagista.

É notório que o movimento abolicionista era plural, composto por grupos e indivíduos com grande diversidade de pensamentos, sendo muitos oriundos das mais diversas vertentes sociais e culturais, inclusive do protestantismo. Ainda que existissem aqueles que só tivessem o viés ideológico no sentido econômico, contudo, comungavam algumas ideias convergentes. Mesmo agregando os que só buscavam benefícios socioeconômicos, outros, mesmo neste contexto contraditório aos princípios cristãos, não ficaram neutros diante da situação, mas se dispuseram a apoiar, fazendo seu melhor dentro de suas possibilidades, diante da conjuntura vigente. Resistir a escravidão, independente do discurso que cada grupo ou indivíduo pudesse apresentar, era o objetivo daqueles que se declaravam abolicionistas.

As ideias poderiam não ser unânimes, mas deveriam convergir com a libertação definitiva daqueles que estavam na condição de escravos no século XIX. Ressalto que, embora alguns não tenham tal conhecimento, ou até mesmo ignorem o engajamento protestante na causa abolicionista, porém, os capítulos que seguem, buscarão trazer à luz do entendimento, que grande parte dos que professavam a fé cristã por meio protestante, não ficaram fora da discussão. Muitos posicionamentos contribuíram para o engrossamento do discurso abolicionista, no sentido de que também ganhasse cunho humanitário.

Capítulo 1

HARMONIA DAS IDEIAS PROTESTANTES COM O ABOLICIONISMO

Escravidar não é princípio de raiz protestante e muito menos cristã, no entanto, não se pode negar que houve muita tolerância, neutralidade e, até mesmo permissibilidade diante desta prática, muitas vezes estimulada devido às conjunturas no tempo histórico e no espaço social a qual estava inserida.

Hoje, mesmo os que não são adeptos ao protestantismo, mas que tem consciência da necessidade de defender os direitos humanos, entendem que nenhum ser humano nasceu para ser escravizado por seu semelhante, pois nunca houve nada de “natural” em uma prática tão nociva e com potencial de ferir a dignidade humana como já mencionamos.

Ao analisarmos a postura do próprio Martinho Lutero, um dos grandes líderes do Movimento Protestante do século XVI, junto a outros grandes reformadores, observa-se que ele era favorável às ideias de liberdade de pensamento e expressão. Ao defender o acesso à leitura bíblica a todos, também defendia o aprendizado da leitura e escrita para poder ter acesso aos escritos, considerados sagrados pelos cristãos, deixando evidente sua contrariedade ao que estava estabelecido até então. Ler a Bíblia, tornou-se elemento raiz do Movimento Protestante. E não apenas isso, mas também abriu precedentes para o questionamento de comportamentos, não só da igreja monopolizada de então, mas também, à outras questões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Contrariar tal monopólio doutrinário, já demonstrava um comportamento herético diante da instituição religiosa majoritária, portanto, abrir possibilidades de novos pensamentos estava intimamente relacionado ao incentivo às tolerâncias e às diferentes formas de pensar. Isto foi um dos pontos cruciais para a divisão do cristianismo entre católicos e os então nominados protestantes.

É óbvio que, nem todos os adeptos do protestantismo agiram de acordo com esse princípio, porém, não se pode negar que muitos o abraçaram, pois sempre houveram aqueles que eram fiéis às suas origens. Na historiografia da escravidão sabemos que sempre houveram resistências, uma vez que, as principais vítimas, os escravos, não eram passivas à essa prática estereotipada. No caso da escravidão colonial nas Américas, os africanos.

A partir de meados do século XIX, muitos protestantes sinceros, de raiz missionária, ainda adeptos à defesa da liberdade de pensamentos e expressão, já não admitiam a prática

escravagista. O próprio protestantismo europeu foi fruto da intolerância, do cerceamento, censura e preconceito do monopólio religioso medieval, e neste sentido, para os que defendiam a liberdade de expressão, também deveria haver um esforço para se fazer o melhor dentro do possível conjuntural do momento, capaz de viabilizar a ruptura da prática da escravização humana nas Américas, concretizada por meio da abolição.

Não podemos ignorar o controle religioso do catolicismo, detentor dos ensinamentos religiosos, ainda até o século XIX, associado ao apoio estatal, detalhe este que evidenciava um entrave para que, mudanças defendidas por muitos protestantes e consideradas necessárias, ocorressem. Segundo Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros (2017), ao se tratar do protestantismo no Brasil, aponta:

Os primeiros missionários presbiterianos eram contrários à escravidão, mas realmente não se envolveram inicialmente com o movimento. No entanto, deve-se atentar para o crescimento do movimento abolicionista e destacar o papel daqueles que endossaram e atuaram em favor da abolição. A prioridade realmente era a instalação do protestantismo no Brasil, desde 1859, e o envolvimento com o abolicionismo logo de início poderia comprometer todo o trabalho missionário de implantação e expansão do presbiterianismo frente a um catolicismo oficial e majoritário. (MEDEIROS, 2017, p.2).

Tratava-se de um processo, e não de um evento, pois era preciso estarem primeiro estabelecidos no país, e a partir desta premissa, se envolverem mais assiduamente nas causas sociais e políticas de então.

Hélio de Oliveira Silva (2010), denuncia a imposição irônica e absolutamente anacrônica de exigências com base em expectativas do presente, em missionários que chegaram ao Brasil no século XIX. Neste sentido, ele rebate a colocação, no que ele considerou uma sentença de Elias Boaventura na primeira orelha da capa do livro de José Carlos Barbosa (2002), alegando ironicamente que,

Extremamente corajosos e criativos, capazes de construir colégios, fundar jornais, desenvolver uma catequese agressivamente proselitista e estabelecer polêmicas intermináveis com os defensores da religião oficial, os protestantes que chegavam não se dispuseram a tocar na mais dolorosa questão daqueles tempos, justamente por estarem obcecados em torno da acirrada luta na busca de um espaço religioso na sociedade brasileira (BARBOSA, 2002 apud SILVA, 2010, p.44)

A ironia quanto a imagens e realidades do presente, à situação vivida pelos primeiros missionários protestantes, quase um século e meio atrás, ignora que “a presença numérica e social

protestante era praticamente irrisória frente à sociedade brasileira como um todo” (SILVA, 2010, p.44). É preciso ponderar que “a igreja era jovem, inexperiente e estrangeira em quase dois terços de seus obreiros e boa parte de seus membros” (SILVA, 2010, p.47), e ainda, nem todos dominavam o idioma local, portanto, a crítica de alguns quanto ao envolvimento tardio dos protestantes, em voga aqui os presbiterianos, é descabida, segundo o autor. Maior relevância deve ser empreendida na compreensão que os primeiros presbiterianos, como já citado, bem como outros grupos protestantes, eram contrários a escravidão, e se envolveram no momento mais propício possível, fortalecendo e engrossando o discurso abolicionista brasileiro.

1.1 A relação do protestantismo com o abolicionismo no Brasil

O sistema escravocrata tornou-se inviável para uns e inadmissível para outros. Dentre muitos defensores intelectuais de diversas vertentes do movimento abolicionista, muitos eram protestantes, missionários de várias denominações advindas do protestantismo estrangeiro, que admitiam ter que conviver com uma prática não condizente com a natureza cristã a qual estavam inseridos no Brasil. Vicente Lessa (2010), sobre a intelectualidade protestante na luta contra a escravidão, comenta:

Em 1886, a Igreja Presbiteriana, diante das inúmeras movimentações sociais que se apresentavam nas ruas e no Parlamento, resolveu condenar a escravidão em seu 22º Presbitério, realizado no Rio de Janeiro. Para isso, os missionários americanos e os presbíteros brasileiros tomaram como inspiração a Declaração da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, de 1818. Em consonância com as transformações que conclamavam pelo progresso e pelos ideais civilizatórios no país, os religiosos discutiram sobre os dilemas da instituição escravista e sua Igreja, **“desejando ardentemente que este país se liberte do grande mal da escravidão, vê com alegria a propaganda abolicionista se firmando no terreno seguro da consciência cristã”** (LESSA, 2010, p.165-168, grifo meu).

Havia o entendimento destas lideranças que a resistência a escravidão traria enfrentamentos na própria carne, uma vez que, como já dito, muitos membros de denominações protestantes ainda apoiavam o sistema escravocrata ou no mínimo, eram neutros quanto a uma posição concreta sobre a questão do abolicionista.

O sistema escravocrata no Brasil se inspirou na condição de exploração da mão de obra das populações africanas, e no domínio do mesmo, dentro de um pensamento absolutamente econômico. A princípio, mesmo com investimentos na compra de escravos e sua manutenção, ainda assim, seria muito lucrativo. O lucro era atrativo tanto para os grandes proprietários de

terras que formavam a base da elite dominante desde o período da colonização ao império, quanto para os negociantes de escravos. Inescrupulosamente tratavam o ser humano em tais condições como mercadorias que poderiam produzir grandes lucros, em função disso, muitos, ainda que orientados pelo discurso protestante em apoio ao abolicionismo, insistiam em achar “justificativas” para manter seus escravos. A tolerância para essa prática já tinha chegado ao seu limite por muitas lideranças protestantes. No caso dos presbiterianos, já eram experientes nesta pauta, por conta da situação já vivida anteriormente no início do século XIX nos EUA.

Por iniciativa de **Eduardo Carlos Pereira** - pastor e intelectual presbiteriano que havia movimentado aquela década final da escravidão com sua militância abolicionista, o concílio congratulou-se com a campanha pela abolição brasileira, e coube a ele proferir a Abertura Anual do Presbitério (LESSA, 2010, p.265, grifo meu).

Dentro desta perspectiva, era um atraso em todos os sentidos a persistência com a prática da escravidão, e, segundo Juliano Custódio Sobrinho (2019) no sentido espiritual, um pecado contra a divindade.

Eduardo Carlos afirmava que a escravidão atrasava o progresso brasileiro e constituía um “**crime**” **contra Deus**. Em um tom de pregação e de tentativa de convencimento de seus fiéis e leitores, ele lamentava o fato de que muitos cristãos se entregavam ao “sacrilégio” de defender a propriedade escrava, utilizando para isso a “palavra de Deus, de justiça e de amor” (PEREIRA, 1886, p.8 apud SOBRINHO, 2019, p.233, grifo meu).

O pastor Eduardo Carlos buscava convencer seus fiéis e leitores, apelando para a argumentação de ordem religiosa, demonstrando sua insatisfação como líder, ter que presenciar esta prática por parte daqueles que também se diziam cristãos.

O abolicionismo foi um processo extremamente complexo com muitas facetas, justamente por envolver muitos setores da sociedade que detinham poder econômico e político, sobretudo por meio do Padroado que controlava praticamente todas as ações da Igreja Católica dentro do Brasil no período imperial (1822-1889), mantendo esta, como religião oficial do Império. Percebe-se o envolvimento de inúmeras questões, por isso, o movimento abolicionista não pode ser entendido evocando simplesmente o “13 de maio de 1888”, por ocasião da assinatura da Lei Áurea.

Parece contraditório falar de luta de classes, pelo fato do movimento protestante ser oriundo da burguesia, como por exemplo os presbiterianos, no entanto, o discurso abolicionista

tem seu contexto nas lutas de classes, proferido por muitos de diversas vertentes ideológicas que foram solidários a tal discurso.

Para Souza e Klanovicz (2015), “a capacidade revolucionária burguesa teria freado e tomado um rumo conservador a partir do momento em que se deixou levar pelos benefícios meramente econômicos desse impulso de mudança”, isso mostra que, no decorrer dos desdobramentos, grande parte dos integrantes do protestantismo também se deixaram se levar por tais circunstância, se afastando de seus princípios. Essa é uma concepção que prefigurava os rumos que o capitalismo desenvolvido até o século XIX teria tomado, pois desde suas raízes, este sistema visava o lucro, que por sua vez, se usado com sensatez, tendo como objetivo prioritário o bem-estar social de todos os envolvidos no processo, a ideia de revolução a partir do capitalismo encontraria legitimidade.

Fazendo uma análise mais precisa, fica evidente que, na prática do dia a dia, a ambição individual predominou em muitos setores, fazendo com que o capital passasse a ser, para grande maioria, o elemento de maior preponderância dentro do processo de desenvolvimento econômico, sobrepondo até mesmo a dignidade humana. Um grande exemplo é o estabelecimento do sistema escravocrata, que perdurava nas américas até o século XIX, criando conflitos e divergências entre as classes envolvidas. Destaca-se aqui as lutas e resistências dos próprios escravos, demonstrando mais uma vez que não existia passividade por parte daqueles que eram as maiores vítimas desta condição.

No contexto, é genuína a necessidade das lutas entre as classes e embates entre dominantes e dominados, visto que as resistências das populações africanas escravizadas sempre foram presentes em seu cotidiano. Desde o início do processo de escravidão, até por sua característica de injustiça social, mesmo com o processo da Revolução Industrial, que embora passasse a ter outros atores, no caso, a classe dos trabalhadores assalariados, e por muitas vezes explorados, o absurdo da crueldade escravagista, ainda se fazia presente.

O século XIX foi o período que o abolicionismo ganhava voz, levando em conta o estímulo da sociedade por meio dos movimentos abolicionistas, respeitando suas devidas pluralidades de expressão, pensamentos e ações nos mais diversos setores da sociedade. No campo religioso, sua ocorrência foi aparentemente modesta, até por conta dos motivos já mencionados, contudo, não havia um silêncio absolutos, muito pelo contrário. Muitos protestantes se dispuseram a apoiar o abolicionismo por meio de suas ações e exposições públicas de ideias.

Essa postura só muda a partir da década de 1880. Ao mesmo tempo em que protestantes passam a dar guarida para membros do movimento abolicionista, como **Chamberlain** ao acolher os filhos dos ativistas na Escola Americana, quando esses passaram a sofrer constrangimentos nas escolas públicas. **Outros missionários se posicionaram contra o escravismo** (MATOS, 2004, p.79 apud MEDEIROS, 2017, p.3, grifo meu).

Juliano Custódio Sobrinho (2019), ao se referir o pastor presbiteriano Eduardo Carlos quanto a escravidão no Brasil, salienta quanto à sua perspectiva que,

[...] a escravidão seria um **“roubo”, uma síntese do pecado, pois a liberdade seria um “dom primitivo” de Deus e essencial para a vida humana**. Seu discurso nos auxilia a entender como as transformações da ideia sobre o pecado fomentaram o pensamento antiescravista, sobretudo o pensamento protestante (DAVIS, 2001, p.329-336). Ao evocar também o “cientificismo” e a razão da intelectualidade brasileira, acreditava ele que as evidências contrárias à continuidade da escravidão estavam postas na sociedade. Eduardo Carlos elevava as lutas abolicionistas do último quartel do Oitocentos lamentando essa frente não ter sido lançada em tempos anteriores (Pereira, 1886, p.28-29). Nos ensejos dos últimos suspiros da escravidão e em um momento de efervescência das ideias abolicionistas, ele procurava angariar a simpatia de um maior número de adeptos para as causas da abolição. **Eduardo Carlos falava a linguagem da religião para professar suas ideias sobre a abolição**, em que o sagrado ocupava o centro das discussões e conduzia à liberdade (SOBRINHO, 2019, p. 233, grifo meu).

De fato, o protestantismo pertence a uma classe social realmente ligada às ideias religiosas, no entanto, houve muitas contribuições por grande parte de seus integrantes na formação da identidade nacional, visto que seus adeptos representam um número significativo de pessoas na atual sociedade brasileira. Seus pensamentos, sua cultura, sua crença, tiveram grande impacto social, contribuindo inclusive para maior liberdade religiosa no país, visto que ser um protestante era, de certa forma, pertencer a uma minoria, principalmente no século XIX, em meio a um “monopólio” religioso por conta da religião oficial do império, o catolicismo romano.

Não é razoável que se tenha a impressão que o protestantismo após a reforma no século XVI, mesmo tendo causado tantas rupturas no mundo religioso não só do período, mas a partir daí, tenha aberto espaços para novos pensamentos e posturas na sociedade, simplesmente tenha “desaparecido” do contexto histórico. Pela forma de suas apresentações serem tão genéricas ou, quando muito, minimamente citadas nos contextos dos livros didáticos, muitas vezes agravadas por citações desprovidas da profundidade de informações, inibindo o entendimento coerente das relações entre os grupos sociais dentro de seus devidos processos e contextos históricos,

distorcendo conceitos, ou ainda, corrompendo esclarecimentos importantes quanto às suas ideias e ações. Isso ocorre também no tocante às suas origens e contribuições em prol da construção social no seu devido tempo e espaço.

Não é diferente quanto a relação de muitos de seus adeptos com o pensamento abolicionista, não há menção de praticamente nenhum personagem indicando que faça referências às suas origens protestante, embora existissem e sua ideologia religiosa convergia com tais pensamentos.

1.2 Por um discurso abolicionista mais humanitário

Após constantes resistências por parte dos que mais sofriam com o sistema escravocrata, o próprio escravo, vítimas de uma prática que dilacerava profundamente a dignidade humana, contudo, houve por parte de muitos, que embora não estivessem nas mesmas condições, a sensibilidade de erguerem de alguma forma suas vozes de repúdio. Promotora e refletora da desigualdade social, a escravidão se deparou com o movimento abolicionista, repleto de pensamentos heterogêneos, porém, convergentes com o mesmo ideal, a liberdade.

Grandes nomes fizeram parte deste movimento que, com seus discursos mudaram os rumos da História do Brasil. Alguns deles apresentados no livro didático de Alfredo Boulos Júnior¹ (2015), ao citar Hebe M. Mattos (2005), tais como:

André Rebouças (1838-1898). Filho do conselheiro Antônio Pereira Rebouças, político e advogado [...], e de Carolina Pinto Rebouças, nasceu na Bahia, mudou-se para a Corte, estudou na Escola Militar, e formou-se engenheiro. Em visita aos EUA nos anos 1870, revoltou-se com a segregação racial e mais tarde aderiu à Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e à Confederação Abolicionista. Monarquista, exilou-se junto com a família imperial, em 1889. (MATTOS, 2005, apud BOULOS JÚNIOR, 2015, p.249).

Outro personagem de grande relevância era o filho do dono de escravos João Carlos Monteiro e sua escrava Justina do Espírito Santo, José do Patrocínio (1854-1905), nascido no Rio de Janeiro em Campos dos Goytacazes,

¹ Alfredo Boulos Júnior, é experiente autor de livros de História. Suas obras são adotadas em escolas de todo o país e reconhecidas pelo rigor conceitual, pela atualização historiográfica e pela comunicação real com os estudantes. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP), lecionou nas redes pública e particular de ensino e, também, em cursos pré-vestibulares. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), do governo do Estado de São Paulo.

farmacêutico, optou pelo jornalismo atuando em periódicos abolicionistas como a Gazeta de Notícias e Gazeta da Tarde. Com André Rebouças lançou, em 1883, o manifesto da Confederação Abolicionista, e ao lado de Joaquim Nabuco [jornalista, político e escritor pernambucano. Defendia a ideia de que a escravidão impedia o progresso do Brasil], fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Editor de O Abolicionista, para ele a Abolição deveria ser sem indenização aos senhores, mas com educação e trabalho para todos (MATTOS, 2005 apud BOULOS, 2015, p.249).

Luiz Gama (1830-1882), alforriado aos 17 anos, considerado por muitos o negro mais importante do século XIX. Ajudou centenas de escravos a serem libertos,

foi vendido como escravo pelo próprio pai em São Paulo, o fidalgo português com a negra Luiza Mahin. Gama nasceu em Salvador na Bahia. “Foi escrivão, poeta, jornalista e ‘advogado’ de escravos, sem diploma – tinha apenas uma provisão do governo. Em 1881, crio a Caixa Emancipadora Luiz Gama para a compra de alforrias” (MATTOS, 2005 apud BOULOS, 2015, p.250).

Também é relevante apontar o carioca Francisco de Paula Brito (1809-1861).

Filho de carpinteiro, nunca foi à escola, mas tornou-se poeta, tradutor, jornalista, editor e livreiro famoso, a ponto de D. Pedro II imprimir todo o material oficial em suas oficinas. Em 1833, publica O homem de cor, considerado um dos primeiros jornais a discutir o preconceito racial (MATTOS, 2005 apud BOULOS, 2015 p.250)

Estes são alguns personagens importantes, dentre muitos outros, que fizeram parte do movimento abolicionista brasileiro do século XIX.

É relevante considerar que o viés ideológico, político e econômico, principalmente internacional, pressionava o governo brasileiro para resolução urgente da escravidão.

Após quase 300 anos como rainha do comércio negreiro, mudanças significativas na Inglaterra propiciaram a proibição do comércio de escravos. Coube à Grã-Bretanha, pátria das máquinas, das liberdades individuais e do capitalismo nascente, erguer por primeiro a bandeira do abolicionismo (OLIVEIRA, 2009, p.2107).

Ao fazer referência à frase “pátria das máquinas”, expõe-se o viés econômico ditando as regras, corroborando com o comentário de Wellington Douglas de Oliveira (2017), que diz:

A onda da abolição já estava em movimento nas suas dimensões doutrinárias um discurso de argumentadores economicista, “com pouca rentabilidade e a

natureza do trabalho degradante o que constituía um atraso para o progresso da humanidade”, coube a Adam Smith (1723-1790) no "A Riqueza das Nações", de 1776, ele escreveu que: "De acordo, pois, com a experiência de todos os séculos e nações, nos parece evidente que os trabalhos feitos por homens livres custam sempre mais baratos, no geral, do que aquele realizado por escravos" (OLIVEIRA, 2009, p.2107).

A condenação da escravidão era vista pelo viés da sua falta de eficiência e aos custos muito mais elevados, se comparada ao trabalho livre, o lucro ainda está em voga na questão abolicionista no século XVIII.

Debates e as ações passaram a ser estabelecidos, gerando um movimento abolicionista plural, heterogêneo e complexo na sociedade brasileira do século XIX, defensor da libertação dos escravos. No entanto, este fato somente culminou em 1888 no Brasil, por meio da Lei nascida de um projeto de lei apresentado pelo presbiteriano Rodrigo Augusto da Silva, então Ministro da Agricultura. Esse projeto de lei, segundo publicações do Senado Federal, era de autoria do próprio ministro, dando origem a Lei nº 3.353 que, assinada conjuntamente com princesa regente Dona Isabel, filha do imperador Dom Pedro II, no dia 13 de maio daquele ano, e sancionada pela mesma, ficou conhecida com a famosa Lei Áurea.

A Lei concedeu liberdade plena aos escravos existentes no Brasil, abolindo definitivamente a escravidão no país, no entanto, precedida por leis protelatórias, tais como a Lei n.º 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe) de 28 de setembro de 1885, conhecida como a Lei dos Sexagenários, tornando livre os escravos a partir de sessenta anos de idade, já regulando "a extinção gradual do elemento servil". Também a Lei n.º 2.040, Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, claro que com certas restrições, mas não deixou de ser um marco histórico no processo de abolição da escravidão no Brasil, inserida no conjunto de medidas que buscavam abrandar a questão escravista no Segundo Império. Nas palavras de Mirian Lopes Cardia (2017),

Esse instrumento significava, na prática, a abolição gradual da escravidão, pois a geração seguinte nascida no país seria completamente livre. No entanto, não amenizou as críticas dos abolicionistas, que demandavam nada menos que a extinção imediata e completa da escravidão. Além disso, a lei determinava que as crianças permanecessem em poder dos senhores das suas mães, que eram obrigados a criá-los até os oito anos de idade. Após isso, os senhores poderiam entregar o menor ao governo com direito a uma indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos (CARDIA, 2017).

Vale muito lembrar que a Lei do Ventre Livre, de certa forma, criava apenas certa perspectiva de liberdade aos filhos de escravos nascidos no Brasil, no entanto, na prática, protelava o fim da escravidão, reivindicação fundamental dos abolicionistas em seus discursos. O nascido “livre”, por meio da utilização dos seus serviços até os 21 anos de idade, na verdade estava pagando implicitamente por sua alforria, mais uma lacuna na lei que mostra que o capital sobrepunha à dignidade humana.

Não podemos esquecer da Lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 4 de setembro de 1850, elaborada pelo político brasileiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado, proibindo o tráfico negreiro no Brasil.

Diante de tudo isso, ficava evidente que o discurso abolicionista carecia de argumentos que trabalhassem a questão humanitária, pois só assim passaria a ganhar corpo e ressonância em meio a outros grupos que poderiam também atuar em favor desta causa. Wellington Oliveira (2017) afirma que,

antes dos fisiocratas franceses, a doutrina surge no mundo cristão protestante, ainda no século XVII, na Inglaterra depois nos EUA, constituídas com um discurso humanitário centrado no apelo moral intuitivo oferecido por Deus a todos os homens, o combate à escravatura foi como uma missão evangélica uma forte institucionalização civil e de intervenção do poder religioso - político com sua metodologia de mobilização da sociedade (MONTESQUIEU, 2005, p.57 apud OLIVEIRA, 2009, p.2107).

É neste sentido que o protestantismo encontra eco em meio a muitos de seus adeptos e fora dele em prol da causa abolicionista. Ainda que no meio protestante no século XIX, não existisse um discurso homogêneo abolicionista, e até mesmo não tivesse a adesão ou aprovação da totalidade de seus adeptos, visto que, muitos dos que engrossavam suas fileiras, para infelicidade daqueles que lutavam pela liberdade em todos os seus aspectos, defendiam os interesses da sociedade escravocrata, até por estarem inseridos no contexto da mesma. Contudo, isso não inibiu um número significativo de lideranças e integrantes do movimento protestante, condicionarem sua defesa à liberdade a partir de princípios bíblicos que os remetiam às suas raízes, a exemplo dos puritanos que,

[...] acentuavam a autoridade das Escrituras. Eles criam que a Bíblia tem uma autoridade “reguladora”: isto significa que, até onde possível, os cristãos devem fazer somente o que as Escrituras prescrevem diretamente (ANDREW JUMPER, 2020).

Textos como: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (BÍBLIA, João 8:32, p.1117); “Estais, pois, firmes na liberdade com que Cristo nos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão”. (BÍBLIA, Gálatas 5:1, p.1231) ou ainda, “O Senhor é Espírito, e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade”. (BÍBLIA, 1º Coríntios 3:17, p.1216), pautavam o princípio abolicionista protestante.

Muito embora muitos textos bíblicos evidenciassem a questão espiritual quanto servidão tendo como referência o pecado, no entanto, o protestante sincero faz analogia à vida cristã em sua prática e ao princípio da liberdade, sendo este, um princípio cristão contrário à escravidão. Para o protestante, defensor da liberdade, o próprio termo referente à escravidão está em contradição com a liberdade, assim como o mal está em contradição com o bem.

Missionários com discursos mais humanitários ligados à fé que professava se posicionaram com ações bem claras contra o escravismo dentro de suas comunidades, é o caso do missionário presbiteriano Emanuel Vanorden (1836-1917),

ao fundar a Primeira Igreja Presbiteriana do Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, em 1878, adotou a resolução de não aceitar nenhum proprietário de escravos como membro da igreja a menos que alforriasse seus escravos, pois a escravidão era **“um pecado contra Deus e contra o homem”** (MATOS, 2004: 79). Além disso, Vanorden também teria enviado, em 24 de outubro de 1877, uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Rutherford B. Hayes (1822-1893), denunciando o transporte de escravos para o Brasil em navios norte-americanos e pedia providências. Além de, como membro correspondente da Sociedade Antiescravista de Londres, ter se correspondido com o imperador d. Pedro II congratulando-o pela abolição da escravidão na província do Ceará e demonstrando sua esperança de ver a inteira abolição da escravidão no Brasil (MEDEIROS, 2017, p.3, grifo meu).

A questão dos protestantes quanto a seus pensamentos e ações sociais elaboradas em conjunto com outros atores sociais na causa abolicionista, bem como a necessidade de contribuir com seu discurso para propiciar o fim da prática da escravidão no Brasil, fica evidenciado na relação do movimento com os pensamentos abolicionistas circulantes em outros grupos a partir do século XIX. Este período foi marcado pela intensificação de missionários protestantes no Brasil, participando do processo de construção historiográfica de sua identidade. Obviamente, não havia homogenia de pensamentos quanto ao abolicionismo, no entanto, os

objetivos eram claros, promover em primeiro plano a abolição pondo fim sistema escravocrata. Na perspectiva dos protestantes envolvidos, o discurso tinha que ser humanitário. Segundo Medeiros (2017),

Douglas Nissif Cardoso (2009) destaca que inicialmente Kalley [pastor escocês fundador da primeira igreja no Rio de Janeiro com trabalhos em língua portuguesa] procurou demonstrar que todos necessitam do serviço de outros e há três formas de se prestar esse serviço, seja por amor, por salário ou por compulsão. Sobre o direito de propriedade Kalley afirma que cada um tem direito ao seu corpo e de dispor dele conforme sua vontade, desfrutando dos frutos obtidos pelo exercício do seu próprio corpo. Dessa forma, **a escravidão era um roubo violento. O senhor deveria amar o escravo como sendo seu próximo, essa era a lei do cristianismo. O senhor de escravos era inimigo de Cristo e não poderia ser membro da Igreja de Jesus** (MEDEIROS. 2017, p.4, grifo meu).

É evidente que ações protestantes não estavam acima de quaisquer outras em prol do abolicionismo, no entanto, todo protagonismo social tem sua relevância nos desdobramentos historiográficos da sociedade em que está inserido. Contudo muitos personagens protestantes protagonizaram relevantes ações na sociedade, discutindo e se posicionando sobre diversos assuntos como o republicanismo e a liberdade de expressão religiosa. Também não foi diferente na questão da escravidão e a necessidade imediata da ruptura quanto ao sistema escravocrata no Brasil.

Ao se referir ao protestantismo quanto as suas ações, a maioria das pesquisas historiográficas ficam limitadas praticamente ao período da Reforma Protestante promovida a partir de Martinho Lutero (1517). Dá-se a impressão que os protestantes não tiveram nenhum outro tipo de protagonismo relevante em outros fatos históricos. Neste sentido busco evidenciar muitas ações protestantes, ressaltando seu relacionamento com o discurso abolicionista, somando forças para que a libertação dos escravos se tornasse uma realidade no Brasil.

1.3 Transcrições de alguns textos de livros didáticos sobre o movimento abolicionista

A premissa aqui é fazer uma análise de forma construtiva, evidenciando a constatação feita nesta pesquisa sobre a ausência de apresentações de ações e pensamentos de personagens ligados protestantismo que, de alguma forma, contribuíram para o engrossamento do discurso abolicionista no Brasil no século XIX. Extraídos de livros didáticos utilizados em sala de aula nos últimos anos, os textos deixam evidentes tal constatação. Vale lembrar que a historiografia apresentada nos repertórios dos livros didáticos utilizados em sala de aula quanto aos

movimentos abolicionistas no Brasil, além de ser genérica, também é muito limitada. Valeria muito a pena expandir e aprofundar didaticamente um pouco mais o texto.

Segue abaixo alguns exemplos, a partir da transcrição (na íntegra) de textos de livros didáticos analisados especificamente sobre a temática do abolicionismo no Brasil e o engajamento de personagens protestantes nesta causa, elencando cinco exemplares utilizados nas salas de aula nos últimos anos (1995-2016), tendo como referência as turmas do 8^a ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Algumas das citações ficaram longas, contudo, necessárias para a legitimação da constatação.

1º livro didático analisado:

Alfredo Boulos Júnior (2015), apresenta o movimento abolicionista de forma bastante sucinta, no livro didático intitulado “**História sociedade & cidadania**” aplicado para as turmas do 8º ano do Ensino Fundamental:

O abolicionismo foi um movimento social pelo fim da escravidão, que ganhou força na segunda metade do século XIX. Os abolicionistas divulgavam sua mensagem antiescravista por meio de artigos, charges, passeatas e comícios sempre muito corridos. Entre os abolicionistas havia pessoas de diferentes origens e cores. Veja o que a historiadora Hebe M. Mattos fala sobre alguns importantes abolicionistas (BOULOS JÚNIOR. 2015, p.249-250).

Na sequência do texto, Boulos Júnior (2015) apresenta alguns comentários de Hebe M. Mattos (2005) como referência, sobre importantes personagens abolicionistas como: André Rebouças (1838-1898), José do Patrocínio (1854-1905), faz uma pequena citação a Joaquim Nabuco (1849-1910), assim como uma breve referência a Luiz Gama (1830-1882) e por fim, um pequeno comentário sobre Francisco de Paula Brito (1809-1861). Faz sucintas menções às suas profissões, nascimentos e algumas ações sociais em prol da causa, todas ilustradas com fotografias de boa visibilidade e legendadas, o que abrilhantou a temática.

Não faz qualquer menção a algum tipo de contribuição, por meio de alguma ação social na causa abolicionista, ainda de forma resumida, sobre o protagonismo de personagens que geralmente são esquecidos nos desdobramentos históricos, no contexto desta pesquisa, aqueles ligados ao protestantismo. Isso reforça aos leitores, principalmente os mais desprovidos de um senso crítico, o aspecto de neutralidade por parte destes diante do discurso do movimento abolicionista brasileiro de então.

Considero o livro até uma exceção em vários aspectos, comparados a outros analisados. É confeccionado em papel de boa qualidade, com diversas ilustrações, o que o torna mais atrativo, no entanto, quanto ao conteúdo, bastante sucinto. Não apenas na questão abolicionista, mas também sobre grandes temas da História, o que de certa forma, é até compreensível. Fica a cargo da criatividade do professor em expandir e aprofundar a temática por meio de algum tipo de material de apoio paradidático, complementando o conteúdo.

O texto dá foco a Lei Áurea, mas segue o mesmo padrão de sucintos comentários, ao meu ver, desprovidos de argumentações mais sólidas sobre um tema tão relevante. Veja o exemplo abaixo:

Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que declarou extinta a escravidão no Brasil. A lei libertou cerca de 720 mil escravos, perto de 5% da população brasileira, composta na época por 15 milhões de pessoas. A medida foi comemorada em todo o país com festas, missas, campanhas e comícios, que reuniram um grande número de pessoas (BOULOS JÚNIOR. 2015, p.253).

Isso é tudo o que é apresentado na questão da abolição dos escravos no Brasil, em se referindo a Lei Áurea de 1888. Praticamente se resume uma breve nota sobre um tema. Ressalto mais uma vez que isso ocorre também com outros temas, é uma questão de estrutura didática do livro, e insisto na observação, silencia quanto a ação de qualquer ator social protestante neste período.

2º livro didático analisado:

Dos autores **Ubirajara F. Prestes Filho e Edson Xavier** (2016), da “**Coleção Interativa publicado pela Casa Publicadora Brasileira**” aplicado nas turmas de 8º ano. Também de excelente qualidade, apresenta imagens de alguns abolicionistas do século XIX, comentários mais longos e detalhados sobre Castro Alves, Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, e ainda faz menção a características importantes do movimento abolicionista como segue abaixo:

No fim da década de 1860, começaram as pressões internas, vindas de pessoas das mais diversas camadas sociais. Em 1865, por exemplo um mestiço baiano, de 18 anos, Castro Alves, começou a escrever poemas com tom antiescravista. Ele era estudante de Direito em Recife e depois se transferiu para São Paulo. O movimento abolicionista não se restringiu apenas às classes médias urbanas, já que muitos negros, libertos e mestiços também participaram. Entre os ex-

escravos engajados nesta luta estava o baiano Luiz Gama, nascido na Bahia, que se tornou poeta, advogado e jornalista em São Paulo. [...] com o crescimento do movimento abolicionista, nas décadas de 1870 e 1880, brancos e negros que defendiam a causa foram alvo de ataques, com agressões físicas e até assassinatos. O envolvimento dos próprios escravos, em diferentes regiões do Brasil, foi fundamental para que ocorressem mudanças. Seja por meio de revoltas ou diversas outras formas de resistência, às vezes mais sutis, conquistas foram alcançadas. No Ceará, por exemplo, o movimento abolicionista teve grande participação popular. A partir de 1882, exigia-se o fim da escravidão. A pressão foi tão grande que, por volta de 1884, praticamente não havia mais escravos. Foi declarado o fim da escravidão na província. Isso fez com que escravos de outras regiões vizinhas fugissem para o Ceará. O mesmo aconteceu depois com o Amazonas, que declarou o fim da escravidão. No mesmo período, no Rio Grande do Sul, ocorreram manifestações abolicionista que pressionaram os donos de escravos a libertá-los. Começando na capital, o movimento se espalhou para São Leopoldo, São Sebastião e Pelotas, que se tornaram exemplos do que ocorreu em outras regiões do Brasil (FILHO; XAVIER, 2016, p.227-228)

O texto apresenta detalhes interessantes sobre situações no período abolicionista ocorridas em algumas regiões do Brasil, e na sequência do texto também aborda a situação em plano nacional, contudo, também não faz menção a nenhum personagem protestante atuante.

Nas palavras de Wilson Santana Silva (2005, p.91), “Um país que expressa sentimentos religiosos tão diversificados e multifacetados nos âmbitos rural e urbano, de norte a sul, convive com essa indiferença com relativa naturalidade”, tratando das lacunas existentes nas pesquisas no campo da religiosidade.

3º livro didático analisado:

A transcrição a se analisar será do livro didático de História “**De olho no mundo do trabalho**”, volume único para o Ensino Médio. Seus autores: **Heródoto Barbeiro, Bruna Renata Cantele e Carlos Alberto Schaneeberger**, da editora Scipione. Segue transcrição sobre o movimento abolicionista brasileiro do século XIX no Brasil.

O movimento abolicionista ganhou popularidade na segunda metade do século XIX, apoiado em ideias humanitárias e antiescravistas divulgadas pela imprensa. Boa parte da intelectualidade brasileira do período liderou os ataques à escravidão, destacando-se José do Patrocínio, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Américo de Campos. No exército por sua vez, foi decretada a emancipação de todos os negros que participassem da guerra do Paraguai e os militares se recusavam a cumprir o papel de capitães-do-mato, em que perseguiram os escravos fugidos para devolvê-los a seus proprietários. Sociedade emancipadoras foram fundadas; auxílio aos quilombos foi prestado; coletas públicas de fundos eram feitas para adquirir escravos e

libertá-los, ao mesmo tempo que proprietários alforriavam seus escravos espontaneamente; apelos internacionais pelo fim da escravidão chegavam ao Rio de Janeiro. O próprio Imperador levantou a questão da abolição numa “fala do trono” ao Legislativo, apesar de a atitude o incompatibilizar com os produtores escravistas. Restava encaminhar medidas emancipadoras concretas, mas que não criassem atritos com a elite rural, base de sustentação da monarquia. Por isso, optou-se por leis que gradativamente libertariam os escravos (BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGE, 2004, p.357-358).

O texto segue argumentando sobre as Leis Protelatórias que antecederam a Lei Áurea (1888), necessárias para uma transição gradativa do trabalho escravo para o assalariado, tais como a do Ventre-Livre (1871); Lei dos Sexagenários (1885) e do Partido Republicano (1873), e segue com o texto sobre o abolicionismo.

O abolicionismo ganhou força e intensidade a partir de 1885. A estratégia da emancipação gradativa dos escravos, defendida também por D. Pedro II, obteve sucesso, mas sua tentativa de não se indispor com a elite rural escravocrata fracassou (BARBEIRO; CANTELE; SCHNEEBERGE, 2004, p.358).

O livro apresenta bons comentários, cabendo maior profundidade, no entanto, oferece uma boa indicação para análises posteriores por meio de materiais de apoio. Não apresenta imagens, mas é de ótima qualidade, mas dentro da proposta da pesquisa, também não menciona nenhum personagem abolicionista de ordem protestante, apenas intelectuais comumente citados em outros livros.

4º livro didático analisado:

Vamos analisar outro livro didático de História da editora Harbra: **“História geral e do Brasil”**, dos autores **José Alves de Freitas Neto** e **Célio Ricardo Tasinafo**, volume único, utilizado no Ensino Médio. Segue transcrição sobre o movimento abolicionista:

Após a década de 1880, a questão abolicionista passou a ser foco de discussão nacional, envolvendo amplos setores das classes médias urbanas como jornalistas, advogados entre outros, que também defendiam o fim da escravidão. A propagação dos ideais abolicionistas dava-se por meio de clubes, associações e jornais, que se posicionavam abertamente contra a escravidão. Além de difundir as ideias em defesa do fim da escravatura, muitos passaram à ação como forma de aceleração do processo de libertação. Desta forma, ajudavam e promoviam a fuga de escravos, compravam alforria, defendiam escravos em artigos ou mesmo em ações que envolviam a polícia, ajudavam na sabotagem aos donos de escravos. Os negros e mulatos como

José do Patrocínio e André Rebouças, também se mobilizavam contra o sistema que lhes negava qualquer direito. Um árduo defensor da causa foi Joaquim Nabuco, com seus discursos inflamados condenando a escravidão. Muitos escravos tinham conseguido sua liberdade, comprando sua alforria com recursos próprios, como os *negros de ganho*, que trabalhavam nas ruas e tinham que pagar aos seus senhores parte do que obtinham de seu trabalho, ou da venda de alimentos excedentes retirados de suas roças. Além dos quilombos espalhados pelo país, formaram-se fundos de negros e brancos que compravam a liberdade dos cativos. Filhos de senhores e escravas ganharam sua liberdade ao serem batizados, e outros eram alforriados em testamento de seus senhores. A população escrava e livre era muito significativa no país, na segunda metade do século XIX e, por isso, havia um medo de que os negros livres e aquilombados – e até mesmo os escravos – se revoltassem e depusessem os brancos do poder, como tinha ocorrido há quase um século no Haiti. Os grandes fazendeiros, principalmente do Nordeste e do vale do Paraíba, tinham extensa escravaria. Não admitiam a abolição, pois teriam grandes prejuízos com a perda do capital investido na compra de escravos. Reclamavam ser indenizados pelo governo caso houvesse o fim do trabalho escravo. Como eram maioria no Senado, os projetos de leis abolicionistas não eram aprovados (FREITAS NETO; TASINAFO, 2006, p.514-515).

Um livro de excelente qualidade, apresenta riqueza de elementos em seus comentários, texto bastante argumentativo, comparado a diversos outros livros didáticos. Possibilita apontamentos para aprofundamento em análise posterior a outros materiais de apoio. Especificamente na questão do movimento abolicionista não apresenta imagens, contudo, apresenta texto complementar na mesma proporção do texto didático. Este é um título do texto complementar da obra “O abolicionismo”: considerações sobre a história do livro e de seus argumentos.

A observação que faço, é novamente a ausência absoluta da menção a ações e protagonismos ligados ao movimento protestante, fica uma impressão nítida de omissão, ou no mínimo, neutralidade destes atores sociais, como se eles não tivessem tido participação alguma neste desdobramento histórico tão importante na História do Brasil.

5º livro didático analisado:

Livro didático “**Toda a História – História geral e História do Brasil**”, com seus conteúdos aplicáveis no Ensino Médio, da Editora Ática, dos autores **José Jobson de A. Arruda** e **Nelson Piletti**. A transcrição é bem sucinta, com os seguintes apontamentos sobre o movimento abolicionista no Brasil, século XIX:

A abolição da escravatura ainda demoraria 38 anos, dada a resistência dos proprietários rurais. A pressão aumentou a partir de 1860, com campanhas e

debates na imprensa. Em 1865, com a abolição nos Estados Unidos, só restavam dois países ocidentais a manter a escravidão: Cuba e o Brasil. Depois da Guerra do Paraguai, a abolição virou questão de honra nacional. Organizados em associações, os abolicionistas passaram a ajudar os escravos a fugir, quebrando a disciplina nas senzalas. A situação repercutiu no governo: de 1880 a 1885, sete Ministérios se revezaram. Os escravocratas passaram a compreender a inutilidade de sua resistência e a temer a revolta dos 800 000 escravos existentes. [...] As campanhas abolicionistas, com duas correntes: a modera, à qual pertenciam Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, favorável a uma campanha sem muita participação popular, à base de debates e legislação “emancipadora”; e a radical, do ex-escravo Luís Gama, Silva Jardim e Raul Pompéis, ala que chegou a pregar insurreição do escravo contra o senhor (ARRUDA; PILETTI, 1995, p.230-231).

Um livro mais simples que os demais em termos de qualidade material, não apresenta figuras, apenas escritas pontuais sobre o tema do abolicionismo, com brevidade nos comentários. Enfim, em termos de apontamentos ou fazer menção sobre as ações do movimento protestante, ou algum personagem ligado ao mesmo, em prol da causa abolicionista, simplesmente não existe, repetindo mais uma vez o que é decorrente em praticamente todos os livros didáticos, independentes de serem aplicados no Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

1.3 Considerações sobre a análise dos livros didáticos elencados

Fiz a opção em analisar vários livros didáticos de História do Ensino Fundamental utilizados em turmas do 8ª ano, porém, elenquei apenas cinco, visto que praticamente a situação é recorrente em todos os demais. A inexistência de qualquer menção a qualquer protagonismo por parte de algum personagem protestante quanto engrossando o discurso abolicionista no Brasil é unânime.

Quanto ao Ensino Médio, embora seja mais rico em termos de elementos argumentativos, no então, no quesito alvo de nossa análise, o resultado é simplesmente o mesmo. Wilson Santana Silva (2005) faz um comentário interessante sobre este fenômeno editorial, diz ele:

O mercado editoria brasileiro não conhece a história protestante, seus autores, seus posicionamentos e pressupostos. Já uma ignorância completa e assustadora do assunto. Acontecem casos isolados quando, ao serem traduzidos livros de autores renomados da Europa e dos Estados Unidos, chegam-nos capítulos com alguns temas relacionados ao renascimento, humanismo, reforma e líderes protestantes (SILVA W. 2005, p.110).

Sem dúvidas, basicamente é só o que se apresentam sobre os protestantes, isso prejudica de certa forma a sua historiografia, faltando luz quanto a relevantes protagonismos de importante personagens ligados ao movimento em favor da causa apontada.

Embora, de forma ainda muito tímida, alguns historiadores têm se preocupado com a produção nessa área do conhecimento, tratando da historiografia brasileira, o número de publicações ainda é ínfimo.

Sendo a cultura brasileira herdade dos portugueses, a relação entre igreja e o estado teve aqui os seus momentos de paz. Porém, houve situações de desacordo e até de oposição que resultaram em lutas, com a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses no século 18. Os dissabores dessa tumultuada relação foram vividos no Brasil. A quase inexistente construção da historiografia na área de história da igreja no Brasil encontra-se praticamente nas mãos de historiadores em geral católicos e agnósticos. Os poucos livros sobre a história da igreja no Brasil privilegiam, sem constrangimento algum, a tradição católica romana. Os protestantes são sempre vistos como seitas agressoras e intrusas, sem qualquer tipo de relação com a cultura brasileira (SILVA W. 2005, p.106).

Por existir um número muito reduzido de publicações que tratam do relacionamento do protestantismo no Brasil com as causas sociais, conseqüentemente esta situação se reflete nos livros didáticos. Podemos sugerir questionamentos, tais como: É possível que exista uma cultura antiprotestante? Por que se apresenta poucos estudos sobre o protestantismo nas áreas de ação social? Por que não se destaca protagonistas praticamente desconhecidos pelos leitores da historiografia da igreja no Brasil? Preconceito ou simples desinteresse por parte dos grandes intelectuais? Qual o grau de responsabilidade os próprios pensadores protestantes têm diante de tanta omissão da sua história social? Estas são algumas questões que podem ser levantadas, se referindo a um grupo social que atualmente abrange cerca de aproximadamente 25% da população brasileira. O número de adeptos ao protestantismo no Brasil só cresce. Do Portal G1, em São Paulo:

O número de evangélicos no Brasil aumentou 61,45% em 10 anos, segundo dados do Censo Demográfico divulgado nesta sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2000, cerca de 26,2 milhões se disseram evangélicos, ou 15,4% da população. Em 2010, eles passaram a ser 42,3 milhões, ou 22,2% dos brasileiros. Em 1991, o percentual de evangélicos era de 9% e, em 1980, de 6,6%. Mesmo com o crescimento de evangélicos, o país ainda segue com maioria católica [...], cerca de 64,6% da população (PORTAL G1, 2012).

Em praticamente todos os setores e seguimentos da sociedade, não só no Brasil, tem a presença protestante, e ainda assim, a indiferença a este fato é assustadora. Não podemos negar que, infelizmente, ainda existe muito preconceito por parte de alguns. Basta “estar na pele”, para sentir isto e constatar que ainda é uma realidade e não se limita apenas ao Brasil.

Este lapso prejudica profundamente a construção da investigação histórica sobre personagens que protagonizaram a história do Brasil e continuam protagonizando, seja ele proveniente de qualquer matiz cultural. Indubitavelmente, isso potencializa a geração de lacunas e, o mais grave ao meu ver, abrindo brechas para distorções e até mesmo atitudes preconceituosas, culminando muitas vezes na intolerância, viabilizando a violência moral, verbal e até mesmo física.

O triste é contemplar a fomentação da ignorância, até mesmo em sala de aula, ambiente que, supostamente, deveria estar democraticamente e continuamente aberto ao debate no campo das ideias. Muitas vezes, se cria um ambiente tão hostil e constrangedor, inviabilizando o contraditório, o que empobrece drasticamente o debate em meio a sociedade. Num país como o Brasil, onde se prega tanto o Estado Democrática de Direito, teoricamente em todos os ambientes, sem exceção, e principalmente nos meios acadêmicos de qualquer instância, desde de o Ensino Básico ao Superior, deveria ser plenamente e absolutamente aberto à liberdade de expressão. Certamente contribuiria muito na construção do conhecimento e o necessário avanço social, no entanto, na prática, nem sempre isso é possível. Algo precisa mudar, ampliando o debate com o propósito em promover justiça social no contexto de liberdade.

Capítulo 2

PROTAGONISMOS PROTESTANTES HISTÓRICOS NA SOCIEDADE

A História da humanidade é composta por muitos atores e protagonistas que se destacam de alguma forma por meio de seus pensamentos e ações. São contribuições para o desenvolvimento das sociedades, cada um dentro de seu contexto social, no tempo e no espaço geográfico aos quais estavam inseridos.

Neste capítulo, quero fazer menção a alguns exemplos de personagens da História adeptos ao protestantismo que, de alguma forma, tinham a preocupação com a construção de uma sociedade mais justa.

Vale sempre lembrar que, a perspectiva não é de privilegiá-los, muito menos sobrepô-los em detrimento de outros importantes e reconhecidos personagens históricos, geralmente advindos de outros matizes ideológicos. No entanto, é preciso reconhecer que, comumente, não existe muita preocupação, por parte de muitos pesquisadores, em evidenciar importantes contribuições sociais de personagens protestantes que tiveram seu protagonismo, nem ainda, associa-los à fé que professavam. Contudo, quero expor que, de alguma forma, exerciam influências em conjunto com outros agentes sociais, não só em pensamentos, mas em suas ações cotidianas em prol do coletivo.

Pretendo aqui descortinar momentos históricos, mostrando que muitos protestantes não estavam acomodados à sobra da omissão, ou se ativeram apenas às questões referentes sua própria fé, mas tiveram protagonismos significativos nas sociedades as quais faziam parte, cada uma dentro de sua respectiva conjuntura, oferecendo sua contribuição para a construção histórica destas sociedades, seja nas esferas política, socioeconômica, cultural ou religiosa.

Geralmente quando falamos de protestantismo, é muito comum se pensar no famoso movimento protestante do século XVI, promovido por reformadores renomados e reconhecidos na História como Martinho Lutero, Calvino, Melanchthon, dentre muitos outros, que revolucionaram o contexto religioso de então. Quero destacar outras participações de pessoas que, até mesmo antes da eclosão da Reforma Protestante, já preconizavam tais ideias e lutavam por elas, sendo fonte de pensamentos para os próprios reformadores futuros, e também outros depois destes. Muitos deles atuando em favor do bem-estar social e enfrentaram ativamente grandes desafios pelos direitos civis daqueles que se encontravam às margens da sociedade, e para isso, necessitaram enfrentar muitas vezes, a ordem hegemônica estabelecida.

É relevante relembrar, que como em qualquer outro grupo social, nem todos os que pertenciam ao protestantismo, eram favoráveis aos pensamentos altruístas de liberdade plena de expressão, ou mesmo defensores da ideologia abolicionista, porém, isto não anula a ação daqueles que acreditavam nos direitos inalienáveis como a vida e a liberdade. Nas palavras de Richard Foltin² (2018), do Instituto Fórum da Liberdade, direito inalienável é “um direito que não pode ser restringido ou revogado pelas leis humanas” (SHAREAMÉRICA, 2018).

² Richard T. Foltin serviu em vários cargos no Comitê Judaico Americano, mais recentemente como diretor de assuntos nacionais e legislativos no Gabinete de Assuntos Governamentais e Internacionais do AJC em Washington, DC, de 2009 a 2018. Nessa última função, o Sr. Foltin foi responsável por uma ampla gama de atividades legislativas e políticas do AJC, incluindo liberdade religiosa, direitos civis, imigração, segurança energética e combate ao anti-semitismo doméstico e esforços de boicote anti-Israel.

2.1 John Wycliffe, o grande precursor do pensamento Protestante

Muito antes do monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546), talvez o mais conhecido e popular nos meios didáticos, ter se tornado uma das figuras centrais da Reforma Protestante do século XVI na Europa, outros o precederam na luta em prol de importantes causas sociais. A exemplo disso temos as ideias e o trabalho de John Wycliffe (1328-1384).

A Europa, em especial a Inglaterra, respirava um ambiente conflituoso no cenário religioso católico, visto que a sede da Igreja foi transferida em meio a uma atmosfera conturbada de Roma para Avignon na França, tornando o papado francês. Neste contexto, a Igreja ficou dividida por décadas e sofreu um agravo ainda maior dentro da conjuntura europeia pelo Cisma do Ocidente (1378-1417). Este momento foi marcado pela disputa de poder de caráter político entre dois papas que, segundo Leandro Vilela de Azevedo (2010), “cada qual dizendo a si próprio representante divino e definindo o opositor como anticristo ou servo das forças malignas”. Este é o cenário que John Wycliffe se posicionava contra os abusos de autoridade da Igreja.

Não há dúvidas que na perspectiva de John Wycliffe, ele não se calar diante das injustiças cometidas pela liderança da igreja hegemônica. Na estava arraigado em si mesmo, a cerne daquilo que, no século XVI, será chamado de protestantismo. Este braço do cristianismo que se caracterizou por não se submeter aos desmandos daqueles que haviam perdido a visão primitiva do cristianismo, porém, estavam no poder.

Professor de teologia de Oxford, pensador focado em uma análise racional e humanista da fé e da situação religiosa de sua época, agindo também como uma espécie de pré-historiador, busca as origens históricas para os problemas que enfrentavam, além de fazer algumas prospecções de possíveis rumos que o cristianismo poderia tomar. Pensado que, ao invés de assumir um dos lados na disputa do Cisma do Ocidente, toma a postura radical de ser contra qualquer poder papal, contra a existência, em si, de um pontífice que tivesse em suas mãos qualquer controle do poder secular, propondo que a verdadeira religião cristã jamais poderia existir de forma institucionalizada ou aliada a elites seculares, pelo contrário, que esta, (a verdadeira em oposição às falsas e corrompidas), sempre seria uma religião de minorias, opondo-se aos erros e perseguições causadas pelas igrejas corrompidas e falsamente cristãs (AZEVEDO, 2010, p.21-22).

Considerado por muitos como o grande precursor das reformas religiosas que sacudiram a Europa a partir do século XVI, trabalhou na primeira tradução da Bíblia para o inglês que,

posteriormente, ficou conhecida como a Bíblia de Wycliffe. Era um homem determinado e destacou-se pela sua firmeza na defesa dos interesses nacionais contra as demandas do papado.

Neste contexto, é coerente compreender basicamente os desdobramentos históricos que levaram a concentração de tanto poder nas mãos da Igreja liderada pelo sistema papal, ao ponto de estabelecer um verdadeiro monopólio religioso cristão associado ao Estado que não ficou limitado apenas à Europa.

Desde de o período imperial de Roma que, a partir do quarto século entrou em decadência, contudo, por meio da conversão da grande maioria ao cristianismo católico, a influência romana sobreviveu em uma roupagem eclesiástica em praticamente todos os países da Europa. O catolicismo estendeu sua influência em praticamente todos os territórios do planeta, ligados a um sistema que, com a descoberta de novas terras a partir do século XV, em especial no continente americano, foi conhecido como “colonial”, expandindo a ideologia religiosa e política desta instituição em todos os territórios, perdurando mesmo após suas independências.

2.1.1 Cristianismo: da perseguição à supremacia papal

Para ter uma compreensão mais adequada das dificuldades enfrentadas pelos missionários protestantes no mundo, destaco aqui no Brasil, é importante ter um entendimento do processo que levou a Igreja Católica a uma postura de imposição aos cristãos com muita força junto ao Estado desde o quarto século. Neste período o cristianismo passou a ser a religião oficial do Império Romano por meio da conversão do chefe maior do império. O papado controlava praticamente todo sistema religioso a partir da Europa, por meio de uma verdadeira supremacia. De acordo com a descrição de Pedro Paulo Abreu Funari (2002) quanto a ação do imperador romano:

Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Édito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembleia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois, Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas ideias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também (FUNARI, 2002, p. 143).

Por meio deste documento, conhecido também como “Édito de Constantino”, ficou proclamado e determinado que o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda perseguição promovida por seus antecessores, em especial, pelo imperador que o antecedeu, Diocleciano (244-311), que nas palavras de Silvia Sgroi Brandão (2013),

a vontade imperial de unificação administrativa e religiosa foi essencial aos olhos de Diocleciano e o papel mais importante desenvolvido pelo cristianismo na sociedade romana explica suficientemente a duração de dez anos (303-313) de uma violenta e sangrenta perseguição aos cristãos, à qual o nome de Diocleciano permaneceu definitivamente ligado (BRANDÃO, 2013, p.271).

Segundo a autora, a perseguição foi promovida por meio de quatro editos imperiais, “Em fevereiro de 303, foi lançado um primeiro edito imperial que ordenava a destruição geral de igrejas, objetos de cultos cristãos, e a destituição de funcionários que fossem adeptos da ‘nova’ religião. “Um segundo edito ordenou a prisão geral do clero” (BRANDÃO. 2013), tudo isso só pelo fato de se declararem cristãos. E por fim, o imperador Diocleciano, que pretendia reviver a velha cultura pagã no Império Romano, sendo este o grande promotor de tais perseguições com o objetivo claro de exterminar todos quantos contrariassem as ideologias do Império, amplia o processo dando sequência aos editos. Novamente “um terceiro, previa a libertação dos cristãos em caso de apostasia. O quarto e último, de 304, ordenava à toda população do Império a sacraficação [conversão] aos deuses sob pena de morte ou trabalhos forçados em minas” (BRANDÃO, 2013 – grifo meu).

A perseguição acirrada aos cristãos teve uma trégua, ocasionada pela ascensão ao poder imperial de Constantino que, como já mencionado anteriormente, sancionado oficialmente o Édito Milão em 313, também conhecido como Édito de Constantino, que em especial, favoreceu os cristãos perseguidos de então. A partir do governo do imperador Constantino, os desdobramentos em favor da construção de um cristianismo conveniente à satisfação política, social e econômica imperial tomaram grande impulso, sendo fundamental para seus intentos.

A princípio, não era um cristianismo por imposição, mas a promoção da paz religiosa, necessária para que o Império Romano se mantivesse estabilizado. Com o decorrer do tempo e os desdobramentos dos fatos, após longos debates definiu-se oficialmente o fim a perseguição aos cristãos. Nas palavras de Ticiano Saulo S. Castoldi (2014), “se o término da perseguição foi uma bênção, a oficialização do cristianismo como religião do Estado foi, não há dúvida, maldição” (HURLBUT, 2007 apud CASTOLDI, 2014, p.83). De certa forma, pertencer ao

cristianismo, naquele momento significava usufruir relativos privilégios diante do império, visto que já reunia muitos adeptos em torno do pensamento cristão.

Segundo Tim Dowley (2009), no final do século IV “chegaria ao poder o imperador Teodósio, reinando entre os anos 378 e 395, oficializando o cristianismo no império, pondo fim, em definitivo, a tolerância ao paganismo” (DOWLEY, 2009, p. 18). Isso propiciou oportunidades a muitos que, de alguma forma queriam se beneficiar da conjuntura política-religiosa do momento.

Como resultado a ascensão da Igreja ao poder, não se veem, então, os ideais do cristianismo transformando o mundo; o que se vê é o mundo dominando a Igreja. A humildade e a santidade da igreja primitiva foram substituídas pela ambição, pelo orgulho e pela arrogância de seus membros [...] a onda de mundanismo avançou e venceu muitos que se diziam discípulos do humilde Senhor (HURLBUT, 2007, p.93 apud CASTOLDI, 2014, p.83).

Infelizmente essa busca pelas benesses do Estado ao longo do tempo, comprometeram profundamente os princípios básicos e fundamentais da igreja cristã. O agravamento da situação vem ao despertar movimentos de protesto dentro da própria Igreja. Na realidade, buscavam conter tais práticas desaprovadas por aqueles que tiveram a percepção que as atitudes do clero prejudicavam profundamente a sociedade, a exemplo disso, a manifestação de John Wycliffe.

Desde o século IV, o catolicismo romano passava por um processo de formação e estabelecimento de bases doutrinárias por meio dos concílios, e filosofias elaboradas por seus pensadores. Um dos grandes expoentes foi Agostinho de Hipona (354-430), conhecido universalmente como Santo Agostinho. Tornou-se um dos mais importantes teólogos e filósofos nos primórdios do cristianismo católico, suas obras foram muito influentes no desenvolvimento das doutrinas do catolicismo, e da filosofia ocidental, sendo este, o bispo de Hipona, uma cidade na província romana da África.

Em sua obra “*A Cidade de Deus*”, Agostinho desenvolveu a ideia da existência de duas cidades - a terrena e a espiritual, conforme aponta Marinalva Silveira de Lima (2009).

[...] No que se refere às grandes e difíceis questões sobre a origem do mundo, da alma e da linhagem humana, temos dividido (a cidade) em dois grupos: uma, a dos que vivem segundo o homem e outra a dos que vivem segundo Deus. Misticamente chamamos a estes dois grupos de cidades, quer dizer, sociedades dos homens. Das quais uma está predestinada a reinar eternamente com Deus e a outra a sofrer eterno castigo com o diabo [...] Encontramos, pois, na cidade terrena duas figuras; uma que demonstra a sua presença e outra que com a sua presença serve à imagem da cidade celeste. E a natureza viciada pelo pecado engendra os cidadãos da cidade terrena, e a graça que liberta a

natureza do pecado gera os cidadãos da cidade celeste. [...] Lá se vê o comportamento humano, aqui se expressa a graça divina (PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G., 2003, p.121 apud LIMA, 2009, p.3).

Para Lima (2009), “não há oposição entre o Império e a Eclésia – essas duas esferas constituem dois poderes que diferem entre si, mas ambas têm por função a salvação das almas”. O poder temporal daria suporte ao espiritual, tendo a prevalência de ideias a da supremacia espiritual. Lima (2009), afirma que Agostinho “tenta aproximar ambos os poderes numa tentativa de colaboração mútua entre os dois poderes aqui mencionados”.

No final do século V, a discussão em torno dos poderes espiritual e temporal, mais especificamente sobre o que seria de competência do regnum e do sacerdotium, será tema de uma carta redigida pelo papa Gelásio I (492-496) ao Imperador Bizantino Anastácio I, no ano de 494, na qual ele desenvolve a chamada “Teoria das Duas Espadas”, argumentando existir dois poderes: “a sagrada autoridade dos pontífices e o poder dos reis”. (LIMA, 2009, p.5).

Para aquele momento da História, a Igreja Católica Apostólica Romana medieval era reconhecida oficialmente como a única instituição cristã em toda a Europa. O cristianismo estava monopolizado, exercendo sua soberania por meio dos papas e monarcas absolutistas ligados aos mesmos, definindo decisivamente a própria história da Europa que, sob a égide da cruz de Cristo, tiveram desdobramentos bons e maus, dependendo da perspectiva de seus atores e daqueles que os interpretavam.

É sabido que muitos, até mesmo necessitados, foram socorridos pela igreja hegemônica, porém, muitas vezes ao preço de muito sangue derramado por aqueles críticos e, até mesmo dissidentes que simplesmente não concordavam com muitos comportamentos e práticas da conjuntura a qual estavam inseridos. O mais curioso é que tudo isso se desdobrava em nome do Cristo, visto que o rei, na verdade possuía, segundo a crença católica, autoridade divina, legitimada por todas as teorias desenvolvidas filosoficamente fortalecendo a autoridade da Igreja junto ao Estado.

2.1.2 Wycliffe versus a Igreja: em prol das causas sociais

É neste contexto que está inserido John Wycliffe, é dele a reputação de patriota e reformista, uma vez que apontava os absurdos contrastes entre a realidade da Igreja e o que ela realmente deveria representar à sociedade. Num cenário onde o poder eclesiástico contrariava em suas práticas os ensinamentos de Jesus e as orientações de seus apóstolos, comportamentos

considerados pelos que protestavam, nefastos, Wycliffe debateu contra as propriedades e riquezas do clero. Em sua crença, as ações comunitárias, ensinada por Cristo à igreja primitiva do primeiro século, deveriam ser respeitadas. “Todos os que criam estavam juntos e tinham tudo em comum” (BÍBLIA, Atos 2:44, p.1139). Deveria ser refletido pelos adeptos do cristianismo a partir de seus líderes, sendo assim, deveria ser pregado pelo catolicismo romano como exemplo ao mundo, já que oficialmente, era a única representação do cristianismo até então, e não era exatamente isto que ocorria com a Igreja contemporânea à sua existência.

No período de Wycliffe nada era fácil na Inglaterra, e os mais prejudicados eram principalmente os camponeses que

não poderiam esperar nenhuma pregação do padre local, mas a teriam do pregador frei, e do vendedor de indulgência itinerante, com sua bolsa “estufada, cheia de indulgências vindo fresquinhas de Roma”. Além destes patrulheiros religiosos, havia outros que viajavam pelas sinuosas estradas lamacentas e trilhas verdejantes da Inglaterra; trovadores, salteadores, malabaristas, pedintes e charlatães de todos os tipos, tirando proveito dos pobres camponeses. Os camponeses conheciam um pouco das palavras de Cristo e as histórias da Bíblia, mas estavam tão entretidos com os sermões sensacionalistas e divertidos do frei, que não distinguiam a verdade do erro. Eles nunca haviam visto uma Bíblia em inglês, e se pudessem ver uma, não seriam capazes de lê-la (FOUNTAIN, 1984 apud HANKO, 2013, p. 115).

Sem possibilidade de acesso às universidades, ou no mínimo ao alfabetismo, principalmente os camponeses passaram a usufruir de uma vida espiritual deficitária. Sem acesso à leitura individual da Bíblia, os ensinamentos deixados como legado para o cristianismo, não passavam pelo crivo da capacidade de discernimento em saber se o que lhes eram propostos nos sermões estavam ou não pautados nos Escritos Sagrados da Bíblia, segundo a crença protestante. Neste sentido, o senso crítico ficou enfraquecido para grande maioria dos camponeses, pois as suas convicções individuais eram feridas por meio da alienação à ignorância, tornando-os presas fáceis àqueles que, por inúmeros motivos espúrios, usufruíam desta circunstância.

Vale muito lembrar o agravamento da situação pela peste negra que assolava a Europa na Baixa Idade Média no século XIV, e não foi diferente na Inglaterra, pois grande parte da população europeia foi dizimada por esta pandemia.

A Peste Negra foi de longe um dos maiores desastres demográficos a atingir a Europa e Inglaterra durante a Idade Média, percorrendo desde a Itália em 1347 até a Rússia em 1353, matando cerca de 28 milhões de pessoas por toda a Europa. Devido aos seus terríveis sintomas, a “Morte Negra” teve um

impacto negativo na imaginação popular, tendo grandes impactos econômicos, sociais, culturais e políticos nas sociedades europeias em que se insere e que contamina. (SANTANA, 2017, p.31).

Este era o cenário a qual a Europa vivia no século XIV, que ia desde a corrupção da Igreja ao estabelecimento da ordem pública a partir dos pensamentos medievais do cristianismo vivido de então. Sem generalizar, mas as deturpações, por parte do clero, os envolvia em meio a corrupções partidas pelos desmandos da própria liderança da comunidade eclesiástica. Alguns exemplos podem ser observados ao analisar as promoções de vendas de cargos eclesiásticos, indulgências, exploração de relíquias e desejo de poder absolutista sobre aqueles que, em meio a tantas dificuldades, ainda enfrentavam a questão da ignorância por não ter acesso a leitura.

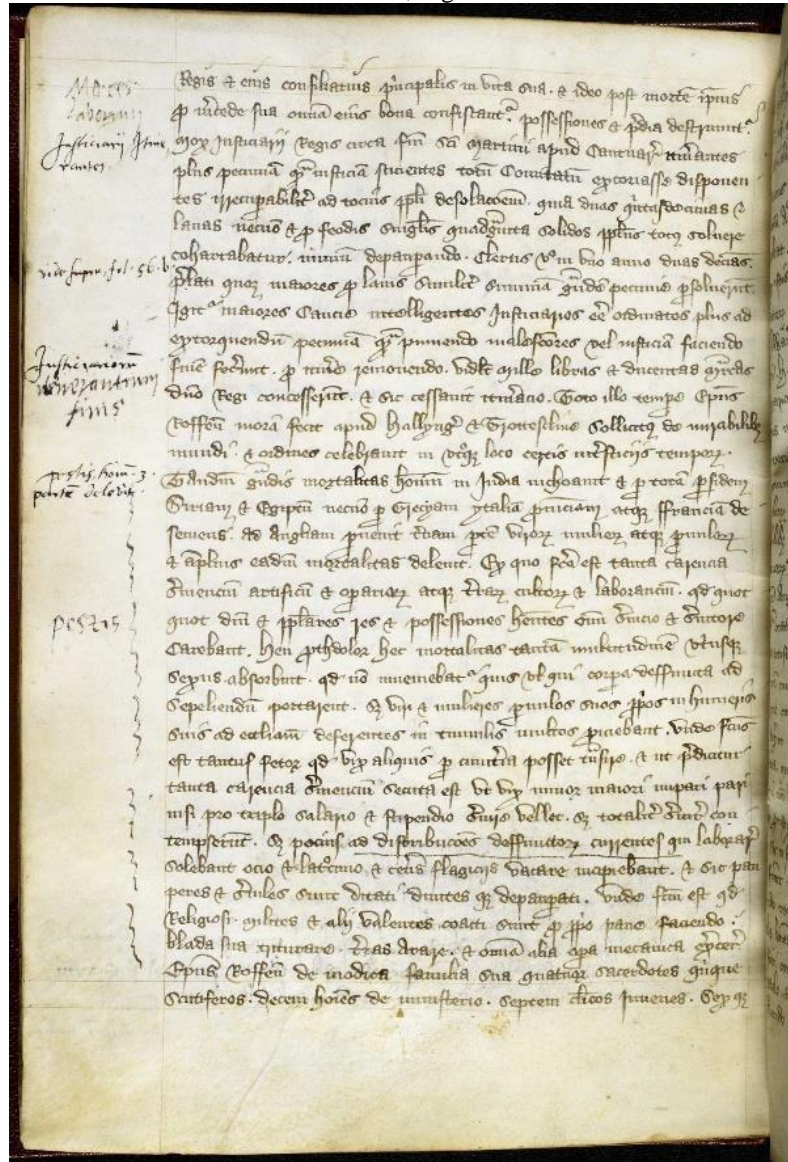
As considerações referentes a atuação da Igreja em praticamente toda a Idade Média estão muito distantes de se esgotarem, é óbvio que houveram atitudes dignas e muito positivas por parte de sinceros líderes cristãos católicos em favor daqueles que tinham necessidades a serem supridas naquela sociedade. Os apontamentos feitos até aqui, não têm como objetivo denegrir a imagem da instituição, mas apenas mostrar alguns dos pontos negativos que propiciaram indignações a muitos, dentre os quais, o personagem aqui em destaque.

É certo que Wycliffe foi um dos grandes inspiradores do movimento de reforma ocorrido no século XVI. A relação entre Wycliffe e Jan Hus está completamente estabelecida, assim como a relação entre Jan Hus e Lutero. [...] Aqui a questão não é relacionar Wycliffe ao protestantismo, mas aprofundar o conhecimento de como suas ideias influenciaram os primeiros pensadores protestantes. (AZEVEDO, 2010, p.440).

Em períodos tão conturbados da História, sempre se faz necessário uma voz se levantar diante da sociedade, com o propósito de promover a justiça social necessária para que a ordem se restabeleça. O protesto de Wycliffe contra a ordem estabelecida de forma inadequada, surtiu seus efeitos no futuro, mostrando que sempre vale a pena resistir aos potenciais entraves que podem prejudicar profundamente uma sociedade.

É preciso considerar o estado psicológico e emocional da população europeia, profundamente abalado neste período. A morte assolava a grande maioria das casas dos europeus e tudo isso propiciava condições para que o imaginário popular buscasse alento em todas as palavras que, supostamente, pudessem oferecer alguma resposta capaz de trazer alguma margem de esperança.

Figura 1: Chronicle of the Black Death, de autor anônimo, que relata sobre o impacto que a Peste Bubônica teve sob a população e sociedade da cidade de Rochester, Inglaterra.



Fonte: SANTANA (2017)³

Muito dinheiro saía da Inglaterra e se direcionava ao papado, em forma de impostos ou por meio de vendas de ofícios eclesiásticos a elevados preços, comprados até mesmo por estrangeiros que nunca chegaram a saber exatamente o lugar em que oficiavam. “Muito dinheiro recolhido para o perdão dos pecados foi canalizado para fora da Inglaterra para os cofres papais. Na verdade, o papa recebia cinco vezes mais dinheiro do que o rei” (HANKO, 2013, p.117). Era exatamente contra absurdos desta natureza que se concentrava a resistência de Wycliffe,

³ Disponível em: <http://www.bl.uk/learning/timeline/item126557.html> Acesso em: 10 dez. 2019.

pois sabia que os resultados refletidos na sociedade eram prejudiciais em todos os sentidos: político, religioso, econômico e até mesmo cultural.

Foi um grande defensor dos direitos da Inglaterra em manter suas rendas dentro de suas próprias fronteiras em benefício da sociedade em que vivia, isso demonstrando uma atitude corajosa e ousada para sua época, denunciando as corrupções da hierarquia papista visto que corria sério risco de morte por tais atitudes.

Um velho cronista fala de Wycliffe como correndo de um lugar para outro, latindo contra a igreja. O papa, nas próprias palavras de Wycliffe, era "o anticristo, o altivo, o sacerdote mundano de Roma, o mais amaldiçoado dos tosquiadores e batedor de carteira (HANKO, 2013, p.118).

A Inglaterra ainda estava submissa à Igreja na Baixa Idade Média, no entanto, Wycliffe não se acovardou diante dos desafios em favor de uma Inglaterra livre da tirania papal e, principalmente, mais humanitária em termos sociais, que segundo ele, deveria ser conforme o amor de Cristo. Quanto ao seu trabalho,

“Wycliffe foi o primeiro em séculos a ensinar a absoluta autoridade da Escritura, em contraste com o erro papista sobre a autoridade da Igreja. Wycliffe também lutou muito contra a doutrina de Roma que a Igreja era a instituição e hierarquia papista. Ao invés disso ele ensinou - em um grande avanço - que a Igreja era o corpo de Cristo, e era composta apenas pelos eleitos. Foi neste contexto que ele também ensinou as verdades da eleição e reprovação soberana. Wycliffe se opôs a doutrina da transubstanciação - em uma posição que particularmente despertou a fúria de Roma. Ele ensinou a presença espiritual de Cristo no sacramento da Ceia do Senhor, embora não estivesse muito certo sobre o que isso significava. Ele repudiou as práticas de Roma, tais como as indulgências, o mérito de peregrinações, penitência etc. Ele negou que a Igreja tinha o poder de perdoar os pecados e insistiu que o perdão vem de Cristo somente. Estas foram as doutrinas que, quase duzentos anos mais tarde, se tornaram os ensinamentos centrais da Reforma” (HANKO, 2013, p.121).

Por tudo isso, ainda vale lembrar seu trabalho de tradução da Bíblia, como já mencionado anteriormente, para que o povo tivesse acesso a sua leitura e interpretação, e consequentemente, tivesse liberdade de expressão de acordo com suas convicções, tanto que mesmo depois de sua morte, pregadores itinerantes como os Lolardos, um grupo criado pelo próprio Wycliffe, que levou adiante seu legado e, segundo que, segundo Azevedo (2010), “durante dois séculos chegam a se espalhar por parte da Inglaterra e Escócia, a perseguição a esse grupo continua após a morte de Wycliffe”.

Embora tantas tentativas de fazer cessar sua voz contra a tirania eclesiástica romana de seus dias, tão intensa que mesmo após sua morte a reação da Igreja contra Wycliffe foi absurda, mas deixava claro a intenção contra àqueles que não concordassem com os ditames eclesiásticos oficiais da época.

“Ele foi tão odiado por Roma que, embora não pudesse prejudicá-lo durante sua vida, a Igreja não poderia deixar que seus ossos descansassem em paz. No dia oito de outubro de 1415, por ordem do Concílio de Constança - o mesmo concílio que queimou John Huss na fogueira -, o corpo de Wycliffe foi exumado, seus ossos queimados, e as cinzas espalhadas no rio Swift. Mais tarde um historiador descreveu esse evento com estas eloquentes palavras: ‘Eles queimaram seus ossos até virarem cinzas, e o jogaram dentro do rio Swift, um ribeiro que corre muito próximo daquela vizinhança. Assim o ribeiro levou suas cinzas para o rio Avon; o Avon as levou para o rio Severn, o Severn para os canais, que as despejaram no grande oceano. Desta forma, as cinzas de Wycliffe são um símbolo de sua doutrina, que está agora espalhada por todo o mundo’ (HANKO, 2013, p.124-125).

Wycliffe pagou um alto preço por contestar a ordem hegemônica estabelecida, mas suas palavras em busca de justiça social produziram muitos frutos, que influenciaram profundamente a História a partir da Europa. O pensamento renascentista já estava se espalhando, o anseio por liberdade religiosa e de expressão já fazia parte do pensamento daqueles que queriam dias melhores. Muitos outros, como os próprios Lolardos seguidores de Wycliffe, se solidarizaram aos seus ensinamentos, que culminaram em encontrar ressonância no movimento reformista dois séculos depois dele ter deixado seu legado em evidência. Foi o elo que ligava a indignação de Wycliffe contra a situação sócio-religiosa calamitosa vivida no período de sua vida, sendo este elo composto pelos Lolardos seus seguidores e os seguidores de Jan Hus. Para (LAURSEN, 2007 apud AZEVEDO, 2010), “os hussitas teriam sido o último movimento herético significativo antes da reforma protestante, portanto a principal conexão entre as heresias medievais e o pensamento protestante”.

2.2 Jan Hus, Hussitas e Lolardos, a conexão entre Wycliffe e o Movimento Protestante

Os Hussitas inspirados em Jan Hus (1369-1415), “seria, em sua essência, o ‘Wycliffe’ da Boêmia” (PETERS 1989, apud AZEVEDO, 2010), pois as ideias de Wycliffe foram a base da pregação de Jan Hus, ideias estas inseridas não só na Boêmia, mas posteriormente na Polônia e Lituânia. Segundo Azevedo (2010), Jerônimo de Praga, principal discípulo e o mais devotado amigo de Jan Hus que em contato com os Lolardos, acessou trabalhos de Wycliffe e, a partir

daí, Jan Hus teve acesso a tais escritos, deixando de ser, um pregador tradicional, na Igreja de Belém, em Praga, alinhando-se com os pensamentos de Wycliffe.

O Concílio de Constança (1414-1418), além de pôr fim ao Cisma da Igreja do Ocidente, também teve a condenação oficializada das ideias de Wycliffe que, mesmo morto há duas décadas, seus ossos foram exumados e suas cinzas espalhadas. Hus foi condenado à fogueira, no entanto, sua condenação deu início a formação de um novo grupo, os Hussitas, relatado por Azevedo (2010), como “um exército formado tanto por nobres favoráveis às ideias de Hus, como por membros do campesinato”, levando adiante suas ideias.

Este grupo envia cartas de protestos contra a condenação de Hus, se negando a cumprir as ordens papais. Desta forma inicia-se as chamadas *Guerras Hussitas* que durariam de 1415 a 1434, tendo conseguido por diversas vezes resistir as investidas realizadas por Sigismundo, imperador do Sacro Império (AZEVEDO, 2010, p.370)

Jamais isentos ou omissos aos desafios propostos cotidianamente aos que buscavam por justiça e liberdade, comportamento este característico de um verdadeiro protestante, refletindo em muitos líderes do protestantismo no futuro. Toda essa movimentação encontrou eco resultando no Movimento Protestante a partir do século XVI por meio de grandes expoentes. Na Alemanha, Martinho Lutero (1483-1546) e Johannes Brenz (1499-1570); Na Dinamarca, Hans Tausen (1494-1561); na Suíça, Uldrich Zwinglio (1484-1531); em Genebra, João Calvino (1509-1564); na Escócia, John Knox (1514-1572), dentre muitos outros. Embora não sendo um movimento formado por ideias homogêneas, contudo, não recuaram às responsabilidades impostas em suas consciências em prol das liberdades, consideradas necessárias aos indivíduos, quer seja na questão da livre expressão de pensamentos nos campos político, sociocultural ou religioso.

O desejo de liberdade, independe de ideologias, etnias, credos religiosos ou qualquer outra motivação que possa ser contrária, na verdade não é apenas um desejo, mas um direito humano evidenciado até mesmo nos tempos mais remotos, inclusive pelos próprios cristãos. Paulo de Tarso (século I), um dos maiores expoentes dos ensinamentos pregados pelo cristianismo, deixa registrado nos escritos bíblicos, considerados sagrados pelos cristãos, sendo a Bíblia para o protestantismo a única regra de fé, o ensinamento fundamental daqueles que creem que “onde o Espírito do Senhor está presente, aí há liberdade” (BÍBLIA, 2º Coríntios 3:17, p.1216).

2.3 A metodista Rosa Parks e o movimento social pelos direitos civis nos EUA

Figura 2: Rosa Parks sentado em um ônibus em Montgomery, Alabama, 1956.



Fonte: Arquivos Underwood / UIG / REX / Shutterstock.com (2019)⁴

Propositalmente, escolhi uma personagem que, embora seja nítido o distanciamento temporal existente entre sua realidade e a realidade de John Wycliffe (século XIV), tendo em vista permear por importantes desdobramentos históricos no período reformista, contando com um compêndio de grandes nomes de protestantes que lutaram pela valorização do indivíduo dentro do seu contexto social, Rosa Parks (século XX), ainda mantinha a mesma essência do protestantismo. Herança de suas raízes, ensinadas pelo próprio Cristo e seus apóstolos, segunda crença protestante, acreditavam que o princípio “onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (BÍBLIA. 2º Coríntios 3:17, p.1216), perdurava no coração de muitos adeptos.

Era uma vez uma senhora negra chamada Rosa Parks que vivia na cidade de Montgomery, no Estado de Alabama, Sul dos Estados Unidos. Era dezembro de 1955 e ela regressava para sua casa depois de um dia de trabalho. Estava sentada no ônibus, quando subiu um homem branco. De acordo com a legislação segregacionista local, ela deveria dar-lhe seu lugar, mas como estava muito cansada, recusou-se a seguir viagem em pé. O motorista (branco) do ônibus chamou a polícia e Rosa Parks foi presa (PAIVA, 2010, p.104).

⁴ Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Montgomery-bus-boycott> Acesso em: 10 dez. 2019.

Seria apenas mais um fato isolado, a não ser por um detalhe que fez toda a diferença, o desejo de ter seus direitos civis respeitados e o amor à liberdade. Isso foi o suficiente para uma atitude de protesto contra o cerceamento à dignidade humana mudasse os rumos sociais dos EUA. **Rosa Louise McCauley Parks** (1913-2005), ou simplesmente Rosa Parks, como era conhecida, segundo Ângela Randolpho Paiva (2010), não era uma “mulher alheia às precárias condições de vida dos negros, pois pertencia ao escritório do National Association for the Advancement of Colored People - NAACP* de Montgomery”, isso evidencia que, embora mulher negra protestante dentro da sociedade racista estadunidense que, mesmo nada estando projetado, agiu pelo senso de liberdade.

Como ela mesmo diz: “Acho que a hora tinha chegado, quando eu tinha sido levada ao máximo de pressão que eu podia suportar” (MORRIS, 1972 apud PAIVA, 2010, p.104), ela não ficou neutra, nem condicionada a calar-se diante daquela situação. Parks foi presa e libertada no dia seguinte, depois que Edgar Nixon, presidente da NAACP⁵ e por seu amigo Clifford Durr pagarem sua fiança.

Aquele incidente foi a mola propulsora para o Movimento dos Direitos Civis desencadear um boicote aos ônibus daquela cidade que durou praticamente um ano inteiro. Causou sérios prejuízos financeiros à empresa, no entanto, chamando a atenção e promovendo a união e resistência de grande parte da comunidade negra protestante daquela cidade. O boicote durou até quando a Suprema Corte determinou que a segregação racial nos transportes públicos de Alabama era ilegal. Seu ato se tornou um ícone para as futuras campanhas do movimento que terão pelos menos três aspectos semelhantes a esse boicote:

- a. os negros de Montgomery foram capazes de unir todas as lideranças locais logo após a prisão de Rosa Parks, quando criaram a associação chamada Montgomery Improvement Association – MIA;
- b. os atores que surgiram como líderes do boicote estavam propondo novas estratégias de resistência ativa e ações não violenta como forma de protesto; e
- c. as decisões tomadas no processo mostram que a comunidade negra não se dispunha a ceder ou aceitar alguma solução inócua como era usualmente proposta pelos líderes brancos sulistas (PAIVA, 2010, p.105).

A autora argumenta que estes três elementos combinado, resultou em algo inédito, até então não experimentado pela comunidade negra americana.

⁵ NAACP - (Associação Nacional Para o Avanço das Pessoas de Cor) – uma das mais antigas e mais influentes instituições a favor dos direitos civis de uma minoria (principalmente de negros) nos Estados Unidos. Foi fundada em 12 de fevereiro de 1909 por um grupo de ativistas conhecidos como The Call (A Chamada) para lutar pelos direitos de afro-americanos: um grupo de intelectuais negros e simpatizantes brancos que, inicialmente, formou um comitê durante reunião no centenário do aniversário de Abraham Lincoln, em Nova York, que em 1910 se transformou na NAACP

A religião teve um papel crucial nesta combinação que, na alegação de PAIVA, 2010, o presidente dos EUA Richard Nixon, tinha consciência que sem o apoio dos pastores, o problema estaria longe de ser solucionado.

O papel dos protestantes daquela comunidade negra americana demonstrou-se relevante. Sozinha, sem o compromisso da união de apoiadores na causa, que de certa forma era comum a todos os negros naquele momento, simplesmente seria consolidado como mais um fato isolado, jamais teria a repercussão que teve.

De acordo com Paiva (2010), Nixon em contato com o pastor negro de Montgomery Ralph Abernathy, solicitou apoio a outros pastores negros na localidade.

A esfera religiosa pôde facilitar o processo de engajamento nesse movimento de massas. Foi o momento em que as igrejas negras realmente se tornaram um poder social, não só porque representaram o espaço físico onde era possível organizar as assembleias, mas também pelo papel preeminente de seus pastores. Os valores religiosos serão, então, a referência principal na análise do momento em que pastores abandonaram as homilias tradicionais sobre a purificação da alma e começaram a pregar uma nova leitura da Bíblia, na qual valores cristãos genuínos – quais sejam, a liberdade e a igualdade que deviam ser conquistadas pela comunidade cristã, luta legitimada justamente por ser uma comunidade cristã, e a solidariedade implícita nesse processo – seriam enfatizados, revelando uma nova maneira de se vivenciar a fé cristã (PAIVA, 2010, p.103).

Era algo inédito para aquela comunidade, e até mesmo para o movimento que lutava pelas causas raciais, pois era uma postura distinta da que se tinha até então. Na verdade, “pela primeira vez, as comunidades brancas se viram forçadas a lidar com cidadãos negros não como protegidos, mas como atores sociais sérios, não como pedintes, mas como cidadãos” (BENNET,1965, p. 221). Não era uma ação com base no “vitimismo”, mas na capacidade de indignação diante dos ataques cotidianos à dignidade humana, a qual a comunidade negra estava sofrendo naquele momento da história americana. Era um dos reflexos de permanências culturais oriundas do período escravagista americano que, embora tivesse a Proclamação de Emancipação por Abraham Lincoln (1863), oficializada em 1865, abolindo de vez a escravidão por meio da 13ª Emenda à Constituição, contudo a ruptura não foi capaz de acabar com o racismo. Lincoln deu um grande passo, acabando com um dos maiores sistemas de produção escravistas registrados pela História, mas muito ainda restava, e ainda resta fazer.

Rosa Parks em 1955, não rejeitou apenas ceder seu lugar no assento daquele ônibus para cumprir a lei que favorecia os que não eram negros, na verdade, ela rejeitou se submeter às condições injustas sofridas até então. Uma sociedade nada igualitária, onde não só ela era

vitimada, mas todos que estavam debaixo da injustiça social promovida por aqueles que criavam privilégios legais. Ela sabia que algo precisava ser feito, não apenas por ela, mas por todos aqueles que padeciam socialmente as mesmas humilhações diante de tais circunstâncias. Seu ato de resistência se tornou um marco no movimento antirracista nos Estados Unidos.

Aquela jovem senhora metodista teve que suportar duras consequências a partir desse acontecimento, mas deixou um legado de não ter se deixado levar pelo comodismo, conformismo ou neutralidade com aquilo que a abatia. Militante da causa, sabia que não podia ficar passiva e muito menos sufocar sua capacidade de indignação. A partir de então, a comunidade negra protestante passou a ter uma perspectiva com maiores possibilidades de reivindicar direitos e deveres pelos quais, como integrantes de uma mesma sociedade, brancos e negros deveriam usufruir.

O ato, segundo Paiva (2010, p.105), “significou o primeiro aviso à nação de que os negros estavam finalmente propondo algo diferente”: A partir daquele evento mítico no ônibus em Montgomery, consolida-se o desencadeamento do movimento dos direitos civis dos negros das décadas de 1950 e 1960, neste contexto, as comunidades negras protestantes dos Estados Unidos da América, lideradas por seus pastores, tiveram um papel protagonista. Apoiaram incondicionalmente a causa, nada limitada em favor apenas de Rosa Parks, mas dos direitos civis, negado aos afro-americanos até então. Finalmente, as comunidades protestantes deixaram de ficar limitados aos púlpitos e proselitismo, mas se expandiram em prol de causas sociais relevantes para rupturas necessárias à sociedade.

Isso demonstra a relação que ela tinha com estas comunidades negras protestantes que, com certeza, fez toda a diferença ao se unirem em torno da causa. Nas palavras de Paiva (2010),

“Havia, portanto, chegado a hora na qual a Igreja passou a ter um novo significado na prática religiosa. Passou a ser o lugar onde os negros podiam ouvir uma nova mensagem, onde eram acordadas novas propostas para ação coletiva, e novas formas de levá-las a cabo eram discutidas” (PAIVA, 2010, p. 103-105).

Essa conscientização da Igreja protestante negra estadunidense, deixa claro que, diante de circunstâncias adversas, o verdadeiro defensor da liberdade e dos direitos humanos consegue legitimar seu papel em seu espaço social. Esta conscientização se faz necessária, para que verdadeiras transformações ocorram nas sociedades. Na realidade, esse deve ser o papel de todo ser humano, e um elevado número de adeptos do protestantismo não se isentou de suas responsabilidades. Obviamente, não se pode negar que ainda muitos em suas fileiras

continuavam contaminados por suas obsessões egoístas, e ainda não tenham chegado a tal consciência, mantendo-se longe do verdadeiro propósito da existência da Igreja deixada pelo Cristo. Contudo, isso não foi impedimento para aqueles que têm um compromisso verdadeiro com as raízes protestantes, a liberdade.

2.3.1 Martin Luther King Júnior: de centro comunitário para centro de movimento social

Sem dúvida, a atitude corajosa de Rosa Parks, não cedendo seu lugar a alguém que, só pelo fato de ter pele branca e usufruía da égide da lei para ter determinados privilégios na sociedade, fez com que despontassem outros atores na causa dos direitos civis dos negros dos EUA. Um dos mais renomado foi o Reverendo **Martin Luther King** (1929-1968). Brillante orador, atuava como pastor na Igreja Batista, despertado para as causas sociais desde então.

Segundo Everaldo Medeiros Dias (2017), “O chamado ‘Milagre de Montgomery’, foi um acontecimento que marcou de vez o destino de sua vida e determinou o início da vitória do orgulho negro sobre as leis segregacionistas”, sem dúvida uma ação social inestimável.

Na eleição para coordenação da associação como representante de nenhum grupo específico. “King ainda não era o ativista preeminente dos direitos civis em dezembro de 1955, pois havia feito poucas referências à questão do racismo em seus discursos durante seu primeiro ano como pastor na cidade (1955). É por isso que vários autores defendem a ideia de que ele encontrou um foco novo para seus sermões com a crise dos ônibus (PAIVA. 2010, p,106).

É nesse contexto que as igrejas protestantes começam a desencadear com maior vigor seu papel em favor das causas sociais, até porque, para um verdadeiro protestante ligados às suas raízes, essa seria o único motivo da existência do protestantismo.

Figura 3: Fotografia de Rosa Parks com o Dr. Martin Luther King Jr. (CA. 1955).A sra. Rosa Parks alterou o progresso dos negros em Montgomery, Alabama, 1955, pelo boicote aos ônibus iniciado por ela.



Fonte: Revista Ebony (1955)⁶

Era um novo tom à prática religiosa de então, com igrejas se transformando, dentro do contexto da luta antirracista nos EUA a partir de meados do século XX, em lugares para ouvir a mensagem cristã de forma diferente da de costume. Deixam de ter o aspecto individual em favor coletivo e do social, tornam-se em um verdadeiro quartel general para criação de estratégias de transformação social, discutindo propostas e direcionamentos de ações coletivas.

O lugar de encontro das primeiras reuniões de massa depois que se decidiu pelo boicote: a igreja de King, Dexter Avenue Baptist Church, foi o local escolhido para o encontro dos líderes; uma reunião de massa foi então

⁶ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Rosa_Parks#/media/File:Rosaparks.jpg Acesso em: 10 dez. 2019.

programada para o primeiro dia do boicote na Holt Street Baptist Church. Alguns dias depois outra reunião foi organizada na St John AME Church; e, na segunda-feira, 12 de dezembro houve uma reunião para marcar a primeira semana do boicote na Bethel Baptist Church (PAIVA, 2010, p.106-107).

Nota-se que as ações articuladas por meio de reuniões nas igrejas protestantes compostas pela comunidade negra, não se limitaram somente ao caso Rosa Parks e as questões do boicote dos ônibus, outras ações pelo movimento utilizaram as igrejas como base, já que o entendimento era que

a Igreja era a única instituição suficiente para empreender tal ação. Como testemunha o Reverendo Walker, um dos principais ativistas do movimento. “Não teria havido Movimento dos Direitos Civis sem a igreja negra e isso é um fenômeno sociológico da igreja afro-americana. O pastor negro é a pessoa mais livre da comunidade negra e deve prestar contas apenas à comunidade a que serve: Por exemplo, toda a minha vida é suprida pelos negros. Eu visto negro, escrevo negro, falo negro, como negro. Logo, sou independente das estruturas de poder de qualquer natureza, sejam municipal, estadual ou federal. Assim sendo, a igreja negra se tornou o fórum natural para a expressão e aspirações dos negros, sob a liderança dos religiosos negros” (PAIVA, 2010, p.107).

Embora o próprio autor alegue ser uma nova proposta, os pastores não mudaram o estilo das reuniões, eram mescladas com a antiga tradição da igreja negra, mas a dinâmica exigia que o pregador se tornasse carismático. O professor Marable⁷ (1989), afirma que:

Havia, de fato, uma dualidade de consciência na tradição da igreja negra entre o conservadorismo espiritual e a consciência radical do oprimido, com tentativas ousadas na tradição do cristianismo negro, desde a década de 20 “para transcender as tendências conservadoras inerentes a sua fé e enfatizar a consciência ativista e politicamente orientada do blackwater”. Mas essa transcendência somente pôde ser realizada de maneira plena mais tarde com o Movimento dos Direitos Civis e com o carisma de Martin Luther King Jr., que foi, então, capaz de catalizar esses sentimentos e motivar os negros a participarem e agirem como atores numa ação concertada (MARABLE. 1989, p.333).

O verdadeiro sentido do cristianismo, na consciência e no discurso de muitos protestantes, como é o caso do pastor King Jr., era criar uma reciprocidade entre Igreja e sociedade. Neste sentido, fazer com que os discursos tenham lógica a partir das ações sociais

⁷ norte-americano que lecionou política pública, história e estudos afro-americanos na Universidade de Columbia, fundador do Instituto de Pesquisa em Estudos Afro-Americanos (1993) na Universidade de Columbia

fora da igreja, além dos limites do púlpito. Não só ter a preocupação espiritual com a questão da salvação, mas viver uma vida social com tal princípio.

Apesar do pensamento protestante abarcar que a salvação é um dom gratuito de Deus e a justificação do cristão ocorre pela fé, a atitude daqueles que queriam ir além do discurso cumpre exatamente a “*sola scriptura*”, tão apregoado por Lutero e coerente, exatamente ao que foi registrado pelo apóstolo Tiago na Bíblia, livro sagrado dos cristãos: “Assim falai e assim procedei, [...] Assim também a fé, se não tiver obras, é morta em si mesma. (Bíblia, Tiago 2:12;17, p.1293), isto se fazia presente na consciência protestante naquele contexto por meio da ação refletida na sociedade.

A importância da igreja negra como o centro do movimento, pois todos os outros lugares públicos estavam, de uma forma ou de outra, sob o controle dos brancos, quando não eram completamente proibidos para a reunião de negros. Assim, apesar de a ação social não ter sido iniciada sob a iniciativa direta dos pastores nas suas igrejas, estas logo passaram a ser um centro de organização social, pois eram os únicos lugares disponíveis, não apenas para o MIA, mas para todas as outras campanhas e reuniões organizadas a partir de então (PAIVA, 2010, p.108).

Como também foi de suma importância a participação de um número significativo de líderes destas comunidades, de acordo com Paiva (2010, p.108): “No caso do Movimento dos Direitos Civis, a Igreja era a estrutura inicial disponível para os atores planejarem a ação social. E os pastores não se omitiriam em desempenhar um papel de liderança crucial nesse processo

Como em menção anterior, era algo inédito engajando um número significativo de novos atores sociais protestantes na causa antirracista norte americana. Paiva (2010), continua sua constatação afirmando que:

Quase 100 pastores negros se reuniram na Ebenezer Baptist Church em Atlanta, respondendo ao chamado dos Reverendos Fred Shuttlesworth, Charles Steele e Dr. King. Foi criada, então, a Southern Christian Leadership Conference – SCLC, uma organização originada diretamente da ação da igreja” que, “fornecia a dimensão política que puxou as igrejas diretamente para o movimento e o transformou numa força dinâmica (MORRIS, 1984 apud PAIVA, 2010, p.108-109).

O reverendo King Jr. obviamente não era o donatário do movimento, mas sem sobra de dúvidas, aquele que lideraria de uma maneira peculiar, uma vez que, na observação de Aldon D. Morris (1984), “A liderança de King era baseada numa máquina organizacional, equipe qualificada de consultores, grupos com talento e recursos, e ideias coletivas criativas”.

Não se tratava a ideia de considerar como a organização pertencendo ao Reverendo King Jr., como sugere Morris (1984), uma vez que só foi possível, pois era oriunda de uma interação consistente entre os vários líderes locais.

Figura 4: Martin Luther King discursa sobre os direitos civis



Fonte: Foto - Julian Wasser / Time & Life Pictures/Getty Images (Meados de 1950)⁸

Martin Luther King foi eleito presidente da SCLC e foi, de fato um grande líder, essencial para aquele momento do movimento contra a opressão aos negros.

Mas essa era uma nova geração de pastores, pastores que estavam conscientes não só da opressão racial a que eram submetidos, mas que àquela altura já haviam desenvolvido um real desejo de mudança social face aos desmandos incessantes das práticas segregacionistas e da violência racial. [...] Dessa forma, não só a instituição-Igreja foi capaz de prover o movimento com o espaço físico para suas reuniões, como também os pastores iriam fornecer um novo guia espiritual para a ação social efetiva. Por conseguinte, parte da igreja negra, principalmente um grupo expressivo das denominações batista e metodista, estava pronta para apoiar o movimento social que surgia e se tornaria fonte para a ação social (PAIVA, 2010 p.109).

O notável pastor King Jr. travou sua luta contra a segregação, ganhou o Prêmio Nobel da Paz, por isso foi líder ativo na luta pelos direitos civis dos negros e defendeu o não uso da violência em prol das conquistas.

⁸ Disponível em: https://www.geledes.org.br/enem-martin-luther-king-e-o-movimento-pelo-fim-da-segregacao-racial/?gclid=Cj0KCQiAvc_xBRCYARIsAC5QT9nFOVH2WVilW74CmWenKBx4P1WtU2hOzkgYa0SiKiuuvF7F-kr_2-AaAr9qEALw_wcB Acesso em: 10 de Dez. 2019.

“Nesse primeiro discurso, ele traçava uma linha de ação que seria a marca do movimento: ‘nós não defendemos a violência. (Não) Nunca fizemos isso. (Repita isso. Repita isso) [aplausos] Quero que se saiba por toda Montgomery e por toda a nação (bem) que nós somos um povo cristão’ (Sim)” (CARSON, apud PAIVA, 2010, p.111).

Em 1963, durante uma manifestação pela luta dos direitos civis dos negros, em Washington, proferiu seu famoso discurso “Eu tenho um sonho” para mais de 250 mil pessoas:

[...] Eu tenho um sonho, que um dia nas colinas vermelhas de Geórgia, os filhos de ex-escravos e de ex-senhores de escravos possam se sentar juntos na mesa da fraternidade; [...] Eu tenho um sonho, que um dia meus quatro filhos vivam num país onde não sejam julgados pela cor da pele, mas pelo caráter; [...] quando deixarmos que a liberdade ecoe em cada cidadezinha, e em cada cabana, em todos os Estados e em todas as cidades, poderemos apressar a chegada em que um dia todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão se dar as mãos e cantar juntos as palavras do velho spiritual negro: Livres finalmente! Livres finalmente! Graças a Deus Todo Poderoso, estamos livres finalmente (DIAS, 2017, p.146).

Um discurso que é compartilhado por inúmeras pessoas que vislumbram o mesmo ideal. Nem todos aderiram a esse pensamento do pastor King Jr., no entanto, ele conseguiu despertar naqueles que se indignavam com as injustiças praticadas por muitos, contra muitos de uma mesma sociedade. Em seu ideal havia algo mais que um simples desejo, a fonte deste desejo conforme expressa Paiva (2010), “repetidas em muitos dos seus discursos e sermões, e dão uma ideia precisa da habilidade de King de combinar elementos do evangelho com elementos de uma nova militância para os negros do Sul”.

Ele mostrava por meio das palavras da própria Bíblia, tão defendida entre os protestantes, que seus escritos não podiam ficar no papel, mas deveria se tornar realidade na sociedade por meio da vida de cada cristão. Os seguidores de Cristo deveriam levar uma vida se indignando contra as injustiças, moralmente, de acordo com o relato de Ângela Randolpho Paiva (2010), “convocava a plateia a lutar com determinação, buscar justiça e rejeitar humilhação e opressão precisamente por serem cristãos [...] os negros tinham o dever moral de repelir a injustiça a que eram submetidos com a segregação racial”. Justamente por se considerarem cristãos, ou seja, colocar em prática o que pregavam e acreditavam. Observe este discurso:

Estamos aqui esta noite porque estamos cansados agora. (Sim) [aplausos] E eu quero dizer que nós não defendemos a violência. (Não) Nunca fizemos isso.

(Repita isso. Repita isso) [aplausos] Quero que se saiba por toda Montgomery e por toda a nação (bem) religião cristã. Nós acreditamos nos ensinamentos de Jesus. (bem) A única arma que temos nas nossas mãos nessa noite é a arma do protesto. (Sim) [aplausos]. É tudo. (...) Nós os deserdados dessa terra, nós que estamos oprimidos há tanto tempo, estamos cansados de caminhar pela longa noite do cativo. E agora estamos para alcançar a alvorada da liberdade, da justiça e igualdade (CARSON, 1961 apud PAIVA, 2010, 111).

Seus discursos eram verdadeiras convocações, chamando à responsabilidade o verdadeiro papel, segundo ele, que daria sentido a existência de cada protestante negro cristão presente nas ações sociais. Luther King provou que política e fé poderiam caminhar juntas, nas palavras de Marable (1989), “a visão política de King provinha diretamente da sua fé, e King pastor nunca foi ultrapassado por King militante”, pois a fé e a capacidade de se indignar diante das injustiças se complementam.

O que prevalecia na atuação pública de King era antes de tudo o pastor de fortes convicções religiosas; religião que não impedia sua ação política, muito pelo contrário, impelia-o ao engajamento na luta por melhores condições de vida para os negros como cristãos e como cidadãos americanos. Essas duas ideias nunca seriam excludentes na sua atuação pública. Como ele mesmo escreveu, a religião não devia estar preocupada com questões materiais, mas não podia se omitir diante das questões sociais, pois o evangelho social é uma via de mão dupla: “Qualquer religião que professa estar preocupada com as almas dos homens (...) e não com as condições sociais que os oprimem (...) (PAIVA, 2010, p.111).

Era inimaginável para King Jr. a omissão diante das injustiças sociais de qualquer natureza. Paiva (2010, p.122), diz que, “Essas lideranças religiosas, que já tinham uma formação acadêmica mais sólida àquela altura, usaram o evangelho social como uma das suas principais referências para a atuação pública”, e teria que não existir nenhum tipo de iniciativa que sugerisse algum tipo de violência.

A ação direta não violenta que estava sendo pregada dos púlpitos era uma nova forma de os negros confrontarem o racismo branco. Houve várias ocasiões em que tais ações atingiram um clímax que logrou produzir impacto naquele segmento da população branca que não nutria sentimentos racistas extremados. Quando o país assistiu a cenas de violência explícita na televisão, com crianças sendo atacadas por cães policiais ou sendo presas aos milhares, quando viu negros serem atirados ao chão por jatos d’água de mangueiras de incêndio, ou ainda pastores serem espancados por policiais, produziu-se um sentimento de vergonha nacional que fez a grande diferença para a opinião pública americana (PAIVA, 2010, p.122).

Grande parte dos protestantes, naquele momento histórico dos EUA, na luta contra a desigualdade racial, praticou a essência dos ensinamentos de Martinho Lutero (1483-1546) que, numa atitude de protesto e indignação, em 1517, fixou um documento na porta da igreja de Wittenberg. A carta, intitulada “As 95 Teses contra o Abuso das Indulgências”, despertou a muitos. Embora não tivesse sido um ato espiritual, mas movido pelo senso de justiça diante do que ele acreditava sobre a vontade de Deus, fez repercutir ao mundo que o verdadeiro sentido da vida é dar sentido a sociedade à qual se está inserido. Lutero, como os demais aqui citados, foram incapazes de ficar de braços cruzados diante de tamanho opróbrio, esta foi e deveria continuar sendo a essência vivificadora do protestantismo.

Cada qual vivendo o seu contexto de lutas, dadas as suas proporções no aspecto de pluralismo nos entendimentos e nos enfrentamentos, o que importava na luta pelos direitos civis dos negros americanos era entender que

não havia contradição naquele momento entre ser religioso e ser um agente social: ambos estavam interligados, revelando uma transcendência na prática religiosa que trazia novas luzes para o sentido real de “amar seu próximo” e ser solidário na comunidade cristã. E esses valores promoveram um sentido de cidadania há muito tempo esquecido para a comunidade negra. Mas convém perguntar que valores são esses antes de se traçarem algumas considerações sobre esse momento em que ser religioso também significava ser um ator político (PAIVA, 2010, p.123).

Embora existam inúmeros outros atores sociais e outras ideologias políticas, sociais ou culturais que lutaram em favor da promoção da justiça nas causas sociais, neste capítulo a intenção era mostrar que, o protestantismo tem suas origens nas lutas. Vale muito a pena lembrar que, não apenas em causas próprias, mas também na causa daqueles que se sente de alguma forma, excluídos ou desprezados socialmente, reconhecendo que, como em qualquer outro movimento social, também engrossam suas fileiras aqueles que não agem de acordo com o propósito pela qual existem, mas deve-se olhar para aqueles que se importaram como alguns exemplos aqui citados.

Sempre existiram e existirão muitos “Wyclifes, Jan Hus, Jerônimos, Hussitas, Luteros, Rosas Parks e Kings”, dentre muitos outros que tiveram a capacidade de se indignarem e num gesto de empatia, dedicaram suas vidas, seu tempo, seu conhecimento e seus recursos para contribuírem de alguma forma na sociedade a qual estão inseridos, sem negarem sua fé ou permitirem passivamente que ela reprimida.

O que permeia de mais importante dentre os exemplos acima citados é a evidência de suas ações quanto ao desejo da promoção da justiça social. Mesmo diante da resistência e do

enfrentamento àqueles que se opõem à liberdade de expressão e o espírito democrático da diversidade de pensamentos existente no convívio com seus semelhantes, no entanto, para muitos protestantes o que dá o tom de sua existência é o “próximo”. Os exemplos oferecidos neste trabalho, embora pautados dentro do contexto protestante, jamais foram expostos com a intenção em enaltecer ações e pensamentos protestantes em detrimento daqueles que, comungam da mesma causa, porém, independentemente de sua vertente ideológica, cor, gênero ou raça.

O que realmente importa é que todos tenham oportunidade para expor os pensamentos defendidos, e serem respeitados. Sempre haverá discordâncias, mas naquilo que se concorda, a sociedade deve se unir para propiciar o bem necessário a tantas vidas carentes de tolerância e empatia. Isso precisa ser compartilhado em sala de aula, fazendo com que os estudantes sejam capazes de perceber que, assim como ocorreu com as igrejas protestantes negras em Montgomery no Estados Unidos, também pode ocorrer em uma escola, colégio, universidade ou associações estudantis. Quando se tem um propósito social em prol do bem das liberdades, tudo torna-se possível, pois a conscientização do propósito de existência das instituições pode ser mais nobre do que um simples local de utilização comum.

Entender que cada um de nós é um agente social, e ter uma vida com propósito em função de nosso semelhante é o único fator que faz com que a vida realmente valha a pena ser vivida. A sala de aula também pode ser mais um canal de conscientização para ações humanitárias.

Capítulo 3

A PRESENÇA PROTESTANTE NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

3.1 Por que uso do termo “protestante”?

Para não entender de forma simplória o termo protestantismo como contrário à palavra catolicismo, é interessante compreender um pouco a origem do termo “protestante”, dentro do contexto do próprio movimento que ganhou corpo a partir do século XVI.

Por que “protestantismo”? – Foi no século XVI que apareceu a expressão “protestante”. Sabe-se em que ocasião: foi quando a Dieta de Spira (1529), oportunidade em que seis príncipes e os representantes de catorze cidades escreveram: “Nós protestamos, por meio das presentes, diante de Deus, nosso único Criador, Conservador, Redentor e Salvador, e que será, um dia nosso juiz, assim como diante de todos os homens e de todas as criaturas, que não consentimos nem aderimos de nenhuma maneira, nem quanto a nós nem quanto aos nossos, ao decreto proposto em todas as coisas que são contrárias a Deus, a sua santa Palavra, a nossa boa consciência, à salvação de nossas almas e ao último Decreto de Spira” (BOISSET, 1971, p.15).

A Europa neste período passava por um momento de grande inquietação e expansão em todas as suas conjunturas, em especial a dimensão intelectual por conta do Renascimento e na dimensão religiosa, por meio da Reforma Protestante. Para Jean Boisset (1971), “ A preocupação do humanista, em suma, é afirmar e demonstrar a grandeza do homem; a do reformador, segundo a expressão de Calvino, é dar testemunho da ‘honra de Deus’”, neste sentido, são áreas distintas de atuação.

Contudo, o protestantismo é algo diferente; é sobretudo uma atitude de interioridade, um movimento da mente, um jato da consciência, uma resposta à indagação inquieta do homem a respeito de suas relações com Deus: é uma atitude de pensamento e de vida no seio do cristianismo que se pretende fiel ao Evangelho (BOISSET, 1971, p.9).

Algumas características seguem este pensamento sobre o protestantismo, Boisset (1971, p.10-13, grifo meu), aponta quatro princípios considerados primordiais:

- I. O fundamento bíblico: Necessariamente o protestantismo não ignora a tradição, antes a respeita e compartilha desde que exprima a verdade fundamental do Evangelho de acordo com a **Bíblia, única regra de fé**;
- II. Os grandes princípios protestantes:
 - a. A autoridade da Bíblia em questão de fé - “*Sola Scriptura*”, em outras palavras, vale o que a Bíblia diz e não pensamentos externos;
 - b. A “**salvação**” do homem como dom de Deus - o homem como pecados desfruta da infinita bondade do amor de Deus;
- III. A gratuidade da salvação apreendida pela fé – O homem não é salvo pela perfeição de suas obras, mas por Deus, **mediante a fé** como atitude de consciência interior de seus pecados confiando em Seu amor para o perdão dos mesmos;
- IV. A atualidade do testemunho interior do Espírito Santo – **O homem está submetido à vontade de Deus**, livre das autoridades secundárias, sendo Deus a autoridade primeira ouvindo a voz do espírito Santo numa consciência expurgada de seu pecado.

Esta é a base da confissão da fé protestante, pois “Os quatro princípios primordiais do protestantismo fornecem uma base extremamente fecunda para a elaboração das personalidades: afirmação da interioridade, da autoridade, da liberdade, da humildade. Quanto se pretende adquirir uma visão correta do protestantismo, não se deve jamais perder de vista a solidariedade desses quatro princípios (BOISSET, 1971, p.13).

Não quero me ater neste capítulo quanto a historiografia da Reforma Protestante, mas trazer luz como o protestantismo chegou ao Brasil, destacando diversas contribuições sociais na construção da história desta nação a partir no século XIX. A conjuntura elencada no contexto traz elementos como a escravidão vigente até então, o movimento abolicionista em franco desenvolvimento e o pensamento republicano, dentre outros

Vale muito a pena aqui, mostrar que ser protestante é diferente de ser evangélico. De certa forma, todo evangélico é oriundo do protestantismo, no entanto, nem todo protestante é evangélico. De acordo com Juliana Bezerra (2020)⁹,

⁹ Bacharelada e Licenciada em História, pela PUC-RJ. Especialista em Relações Internacionais, pelo Unilasalle-RJ. Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá, Espanha.

O protestantismo é um movimento cristão que surgiu com a Reforma Protestante no século XVI [...] já “o **movimento evangélico** surgiu no século XVII como um desdobramento do protestantismo. Ou seja, o movimento evangélico faz parte do protestantismo, porém tem crenças mais bem definidas [...] Os protestantes seguem os princípios das “Cinco Solas”, que são os pontos onde divergem da Igreja Católica Romana. [...] O evangelismo é um movimento cristão que surgiu após a Reforma Protestante. Sua principal característica é a crença nas boas-novas de Jesus Cristo pelo evangelho (DIFERENÇA, 2020).

É preciso ponderar que, as origens do Movimento Protestante Do século XVI, são muito distintas das origens do Movimento Evangélico do século XVII. Nas palavras de Bezerra (2020), os evangélicos dão maior ênfase aos ensinamentos de Jesus registrado pelos seus seguidores nos evangelhos, que devem ser espalhados por meio da evangelização. Por sua vez, os protestantes, embora também creiam na evangelização, contudo, alguns protestantes mais liberais defendem que nem tudo na Bíblia deve ser levado ao “pé da letra”. No entanto, a Bíblia para a maioria dos protestantes, requer uma interpretação mais profunda e minuciosa.

3.2 A expansão mundial do protestantismo: sua trajetória e chegada ao Brasil

Houve um grande progresso das ideias da Reforma no mundo reforçando o protestantismo europeu, situação essa, segundo Boisset (1971), “facilitada, por sua vez, pelos empreendimentos colonizadores que suscitaram os esforços dos movimentos missionários para os países pagãos”. Ainda, conforme descreve o autor, os países tradicionalmente católicos e o povoamento de terras recém descobertas pelos europeus emigrados, também caracterizaram esta expansão, passando a ter um contexto mundial.

A característica do protestantismo no século XIX foi a tomada de consciência nêle operada de sua própria universalidade. Quer se irradiando da Europa através de missões em terras pagãs, quer se afirmando no próprio continente europeu, ou fora dele, por meio de conquistas obtidas em países católicos, quer implantando em novas terras, em toda parte revelou sua atualidade e sua vitalidade (BOISSET, 1971, p.110).

A pregação do pensamento protestante não poderia ficar limitado em uma localidade específica, tendo em mente que o mandamento: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (BÍBLIA, 2011, p.1059) deveria ser obedecido por todos os que cressem. Neste sentido, era fundamental a expansão dessa mensagem por todos os lugares possíveis no mundo,

propiciando assim, sua chegada ao Brasil. Isso era viabilizado pela ação de missionários protestantes provindo de diversos lugares do mundo.

Os holandeses foram os protagonistas das missões; contaram com o auxílio da companhia Neerlandesa da Índias (por volta de 1620). Seu esforço se revelou particularmente profícuo no Brasil. Todavia, as idéias missionárias eram combatidas por determinados teólogos alemães, especialmente pelos de Wittenberg, alicerçados em argumentos duvidosos de exegese bíblica e de dogmática, o mais importante dos quais era a predestinação. Contudo, nem todos os alemães participavam deste ponto de vista, e o pietismo de Spener (1635-1705), vindo acrescentar-se a seu ativismo, trouxe uma preciosa colaboração (BOISSET, 2011, p.111).

De acordo com Jean Comby (1994), o pietismo, foi um movimento de “Filipe Spener, pastor luterano de origem alsaciana, desejava reintegrar a afetividade na religião, mas sem sair do protestantismo” Formou pequenos grupos com o propósito de servir a Deus por meio da experiência pessoal religiosa na vida do cristão, na tentativa de voltar ao espiritualismo que havia na igreja cristã primitiva e no período dos primeiros reformadores europeus do século XVI. Em sua perspectiva, os que vieram depois dos pioneiros se perderam nas questões teológicas abandonando a verdadeira piedade.

Um fato marcante do movimento pietista, foi a criação da Universidade de Halle por Spener e Auguste H. Francke (1663-1727), pois o grande lema do movimento, era o engajamento social, voltado para a criação de escolas e seminários, sempre tendo como paradigma, a experiência da “piedade do coração”. O movimento pietista influenciou fortemente muitos pregadores famosos como John Wesley e John Bunyan, além de todos os movimentos “revivalistas” dos séculos XIX e XX (SANTORO, 2010).

O movimento almejava um rompimento com qualquer tradição passada, se apegando à subjetividade da espiritualidade por meio da experiência espiritual e pessoal do indivíduo com Deus. Não se contentavam apenas com estudos racionalistas doutrinários, embora pouco tempo depois, grandes pensadores, segundo Odair Soares Ferreira (2006), tiveram a contribuição do movimento Pietista no pensamento teológico, como por exemplo, Immanuel Kant (1724-1804).

Fazia parte da crença de John Wesley, clérigo anglicano e teólogo cristão britânico, líder precursor do movimento metodista influenciado pelo pietismo, que o sentido da vida cristã estava no relacionamento pessoal do indivíduo com Cristo, desta forma, nas palavras de Boisset, (1971, p.96), “o Metodismo se alastrava por todas as classes sociais”.

Dentro em pouco, apesar de suas origens, começou a constituir verdadeiras Igrejas e sua influência motivou o aparecimento do que denominou “evangelismo”: êste penetrou nos meios anglicanos mais piedosos, de tendência ortodoxa, sem contudo esquecer as três afirmações sôbre as quais havia Wesley edificado suas comunidades: a liberdade do homem, a santificação súbita (êle próprio se havia convertido num momento precioso, de um dia determinado), a afirmação do testemunho interior do Espírito Santo, bastante para transmitir a convicção da salvação (BOISSET. 1971, p.96)

Nota-se que, a influência no âmbito social foi muito grande, inúmeras escolas foram abertas nas regiões industrializadas, Boisset (1971), ressalta que no contexto missionário, sua ação se estendeu à evangelização dos negros.

Uma consequência direta da Reforma Protestante foi, como já mencionado, a expansão do protestantismo nos países católicos. Na perspectiva de Boisset (1971), “propagar-se e implantar-se onde quer que seja desconhecida são fenômenos que fazem parte da ordem das coisas da Reforma. [...] É portanto, natural que o protestantismo, tal como o fazia Wesley, considere, nas palavras de Boisset (1971), ‘o mundo como sendo seu campo de ação’”.

3.2.1 O protestantismo em novas terras: inserção protestante no Brasil no século XIX

Grandes movimentos missionários de ordem protestante, como por exemplo: anglicanos, congregacionais, luteranos, metodista e presbiterianos, estavam em curso tanto na Europa quanto nos EUA no século XIX, e a história do protestantismo no Brasil é um reflexo disso. Mesmo em meio a muitos desafios e dificuldades, levando em consideração que a Igreja Católica era hegemônica no império monárquico brasileiro, segundo Wanderley Pereira da Rosa (2017), “havia resistência desta ao surgimento de qualquer religião concorrente”, no entanto, também havia certa condição para inserção do protestantismo em território brasileiro.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 por causa da violação do Bloqueio Continental (1806), estabelecido por Napoleão Bonaparte na Europa contra a Inglaterra, levou a corte portuguesa a contar com a ajuda e proteção do governo inglês, De acordo Rosa (2017),

Naturalmente, o governo inglês não mobilizou sua frota a troco de nada. Já em 1810, com a assinatura do tratado de livre comércio, que garantia a abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses, estabelecia-se também, nesse notório documento, a liberdade do exercício de crenças não católicas ainda que com algumas restrições (ROSA, 2017, p.181).

O autor afere que, mesmo com certas restrições,¹⁰ a partir de então anglicanos chegam ao Brasil, seguidos por luteranos alemães, por meio da política de incentivo à chegada de imigrantes ao Império “como substituição da mão de obra escrava uma vez que já se apresentava no horizonte o inevitável fim da escravidão” (ROSA, 2017, p.182).

Os efeitos do discurso e luta por parte dos abolicionistas a partir de todas suas vertentes, já estava se refletindo na sociedade imperial. Também cabia ao protestantismo marcar sua posição quanto a questões sociais consideradas de altíssima relevância, mesmo não havendo unanimidade no pensamento protestante quanto à resolução da abolição definitiva dos escravos no Brasil, contudo, não seria tão simples e fácil estabelecer tal postura, pois confrontava importantes grupos da elite dominantes no século XIX, apoiados pela Igreja oficial.

Os registros apontam que as igrejas consideradas acatólicas estavam submetidas a certas restrições, que uma vez extrapoladas, poderia pôr em risco todo trabalho missionário, e até mesmo serem impedidos de prosseguirem com os seus propósitos. Correria o risco da presença destes ser extirpada do país, pois a insubmissão a qualquer norma estabelecida no artigo restritivo,¹¹ mencionado por Duncan Alexander Reily (2003), acarretava consequências tais como sua expulsão dos territórios brasileiros. Sem sombra de dúvidas, as condições davam plena proteção a hegemonia católica, aniquilando por sua vez, qualquer tipo de fala que pudesse questionar a pregação do catolicismo romano, ou seja, havia uma censura da liberdade plena de expressão refletida até mesmo nas condições arquitetônicas dos locais de cultos protestantes.

Dentro deste contexto, é que o protestantismo no Brasil teria que achar meios para se projetar socialmente e expandir seus ideais, por isso deveria exercer influência nos debates concernentes às questões sociais tais como a escravidão, o abolicionismo, o republicanismo e a liberdade de expressão seja de ordem religiosa, política ou cultural.

¹⁰ Este é o registro no artigo XII do Tratado de Comércio e Navegação: “Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, declara, e se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassallos de Sua majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas e capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro de seus domínios. Contando, porém, que as sobreditas igrejas e capelas sejam construídas de tal modo que externamente se assemelhem a casa de habitação; e também que [...]

¹¹ [...] uso de sinos não lhes seja permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino. Ademais, estipulou-se que nem os vassallos da Grã-Bretanha, nem quaisquer outros estrangeiros de comunhão diferente da religião dominante nos domínios de Portugal serão perseguidos, ou inquietados por matérias de consciência, tanto no que concerne às suas pessoas como suas propriedades, enquanto se conduzirem com ordem, decência e moralidade e de modo adequado aos usos do país, e ao seu estabelecimento religioso e político. Porém, se se provar que eles pregam ou declamam publicamente contra a religião católica, ou que eles procuram fazer prosélitos (sic), ou conversões, as pessoas que assim delinquirem poderão, manifestando-se o seu delito, ser mandadas sair do país em que a ofensa tiver sido cometida”. In: REILY, Duncan Alexander. História Documental do Protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 2003, p. 47-48.

Reily (2003) também aponta que “O Tratado de 1810 lançou as normas que deveriam reger a vida e a conduta dos acatólicos nos territórios portugueses. A primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, manteve, em linhas gerais, o mesmo status para os acatólicos no Brasil”,¹² portanto, não restam dúvidas de que o movimento protestante precisava mostrar sua característica de envolvimento nas causas sociais, e isso só se concretizaria voltando às suas raízes que visa o seu envolvimento nos interesses da sociedade conectadas com seus próprios interesses.

Ao analisar as ideias correntes em muitos grupos e indivíduos protestantes, percebe-se que a pluralidade de pensamentos era intrínseca, tanto que, desde de suas origens mais remotas, sempre foi muito presente em sua realidade tal diversificação e com o aumento sistemático da imigração nos EUA após o período dos pioneiros, esse elemento se expandiu ainda mais, pois

Em quarenta anos (de 1840 a 1880) entraram 9 438 000, nove décimos dos quais eram europeus, mas não forçosamente ingleses (houve, entre êles, alemães e escandinavos) e não somente protestantes; de 1880 a 1914, houve um nôvo afluxo, desta vez urbano, estando representadas quarenta nacionalidades diferentes (BOISSET, 1976, p.116).

Fica evidente, neste contexto expansivo, que a heterogeneidade do protestantismo norte americano e, segundo Boisset (1976), sua “prodigiosa diversidade denominacional, com suas ‘seitas’ inumeráveis e, por vezes, limitadas a um ínfimo número de aderentes” influenciaria profundamente em sua pluralidade de pensamento e direcionamentos onde quer que adentrassem, e no século XIX no Brasil não foi diferente. Wanderley Pereira da Rosa (2017), afere que:

A história da imigração de protestantes para o Brasil é bastante vasta e a fundação de comunidades religiosas entre esses imigrantes foi profícua. Além de ingleses e alemães, vieram também muitos suíços, franceses e suecos luteranos reformados [...], entre 1824 e 1874, foram organizadas cerca de 40 igrejas evangélicas “de colônia” (ROSA, 2017, p.184).

Isso ajuda a explicar tanta variação de dogmas doutrinários, assim como usos e costumes convivendo concomitantemente, tendo em comum a busca pela liberdade de expressá-las como

¹² Em seu artigo 5.º essa Constituição proclamava: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, em forma alguma exterior de templo. In: REILY, 4003, p.48.

quisessem, embora as restrições impostas, com já mencionado, propiciassem certa limitação da propagação de suas ideias.

Mas existiam os grupos protestantes mais avançados em termos de organização, que trabalhavam com a obra missionária expandindo o pensamento protestante pelo mundo, neste sentido, vamos fazer uma breve análise do protestantismo no Brasil durante o século XIX. Bruno Gonçalves Rosi (2009) observa que,

No início do século 19, não se observava no Brasil qualquer vestígio de protestantismo. Ao final do século, porém, diversos grupos protestantes encontravam-se em atividade no país, alguns dos quais em nível avançado de organização. Durante este período, missionários provenientes principalmente dos Estados Unidos estabeleceram relações com autoridades brasileiras, inseriram-se no cenário nacional e envolveram-se em diferentes questões brasileiras como, a escravidão, o republicanismo e a liberdade religiosa (ROSI, 2009, p.64).

Temas quanto a escravidão, republicanismo e liberdade religiosa eram pautas existentes nas discussões decorrentes na sociedade brasileira no século XIX, e aqui vale ressaltar que os grupos protestantes não ficaram alheios a tais discussões, estavam envolvidos nos debates como forma de estarem inseridos no cenário nacional. Há um relacionamento estabelecido não só entre os protestantes com autoridades brasileiras, mas também com outros grupos.

Esse fenômeno já foi muito bem documentado e analisado por alguns autores, dos quais destaco Boanerges Ribeiro e David Gueiros Vieira. Ambos analisaram, por exemplo, a maneira como os “crioulos” brasileiros ofereceram proteção aos missionários, crendo que nisto havia uma porta aberta para o mundo moderno (ROSI, 2009, p.64).

A influência protestante passa a ganhar terreno em todos os seguimentos sociais, não só em meio às classes mais influentes, mas também um engajamento dos missionários com setores da população que, conforme citado, trazia certa esperança aos “crioulos” brasileiros, o que evidencia a percepção destes na causa abolicionista.

3.3 O trabalho metodista e sua influência na sociedade brasileira do século XIX

Segundo os apontamentos de Rosa (2017), protestantes de matriz puritano-pietista começam a chegar no Brasil a partir de 1836 integrando o trabalho metodista estabelecido no Rio de Janeiro pelo pastor Justus Spulding. Rosa (2017) ainda afirma que, “Estes receberam

dos historiadores a alcunha de ‘protestantismo de missão’ em função, obviamente, de suas declaradas intenções proselitistas, em que pesem as restrições impostas pela Constituição em vigor”.

Ele continua seus apontamentos, afirmando que neste período da história do Brasil, parte da política e da elite intelectual ansiava pela modernidade do país e inspirados no padrão norte americano a partir da sua Declaração de Independência (1776) e europeu, especialmente com vistas à França revolucionária (1789), neste sentido, dentro do contexto histórico do período,

Os protestantes eram aqueles situados na vanguarda desses movimentos liberais – sobretudo, nos Estados Unidos – que, do ponto de vista político, social e econômico, eram considerados por essas classes o que havia de mais avançado para a época (ROSA, 2017, p.185).

Isso fez com que os pioneiros missionários protestantes tivessem destes setores da sociedade brasileira grande apoio. Nas palavras de Rosa (2017), “Assim, um excelente reforço do trabalho metodista de Justus Spaulding se deu com a chegada, no ano seguinte de Daniel Parish Kidder, resoluto distribuidor de bíblias em vastas regiões do território nacional”.

Na alegação de Rosa (2017), Kidder (1815-1891), retratou suas impressões quanto a cultura e religiosidade do povo brasileiro por meio da obra *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil*¹³, sendo esta obra importante propaganda do país, despertando o interesse das agências missionárias norte americanas.

Ainda tratando do trabalho dos metodistas no Brasil, Rosa (2017), diz que sua consolidação se dá em 1881, a missionária norte americana Marta Watts promove a fundação de um colégio em Piracicaba (SP)¹⁴, a princípio para meninas, posteriormente admitiu também homens, dando origem à Universidade Metodista de Piracicaba em 1975. Registrado por Duncan Reily (2003), um documento informativo sobre o aniversário do primeiro ano do colégio piracicabano:

Hoje é o aniversário da escola feminina deste lugar, sob a direção de miss [Martha] Watts e miss [Mary] Newmann – aberta no ano passado com uma aluna [Mary Escobar], número que não aumentou durante o primeiro trimestre. Era quase ridículo ver quatro professores reunindo-se diariamente

¹³ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil* – Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001; KIDDER, Daniel p. *Reminiscências de Viagens e Permanências das Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

¹⁴ O Colégio Piracicabano foi a primeira escola Metodista fundada no país e hoje é o Centro Cultural Martha Watts, pedra fundamental do Instituto Educacional Piracicabano (IEP), mantenedora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). MARTHA WATTS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em:< https://pt.wikipedia.org/wiki/Martha_Watts> Acesso em 10 de Out.2019.

com uma única aluna, o que despertou a curiosidade dos brasileiros para perguntar o que “aqueles americanos” faziam, e frequentemente nos indagar se estávamos desanimados. Respondíamos que NÃO. Hoje a escola conta com trinta alunas. A necessidade premente é de um prédio grande e adequado. Esperamos que o prédio do Colégio logo esteja pronto para ser ocupado (REILY, 2003, p. 109).

Martha Watts (1845-1910), foi uma educadora e missionária metodista nascida nos Estados Unidos que ajudou a fundar quatro escolas metodistas no Brasil, entre elas o que hoje é o Instituto Metodista Izabela Hendrix em Belo Horizonte que registra em seus autos:

Ela embarcou para o Brasil em março de 1881, tendo como primeiro destino a cidade de Piracicaba (São Paulo). Já no Brasil, ela foi recebida por líderes como Manoel e Prudente de Moraes (este se tornaria presidente) que comemoravam a chegada de uma metodista que traria uma educação inovadora, ao contrário da educação ultrapassada das escolas brasileiras daquela época. Martha fundou a primeira escola metodista no Brasil em 1881: o Colégio Piracicabano. Depois de passar por colégios em Porto Alegre e Juiz de Fora, Martha finalizou sua obra em terras estrangeiras ao criar o Izabela Hendrix, em Belo Horizonte (HENDRIX, 2018)

Ainda, segundo os registros do Centro Universitário Metodista Hendrix (2018), conforme registrado em sua página institucional:

A inovação apresentada pela educadora foi tão impactante, que o então governador de São Paulo, Prudente de Moraes, implementou reformas educacionais no estado baseadas nos "métodos modernos e humanizastes" desenvolvidos pelo Colégio Piracicabano. Este é visto até os dias atuais como uma "célula-mãe" da instrução paulista (HENDRIX, 2018)

Dentro do contexto desta pesquisa a respeito da escravidão no Brasil, vale muito ressaltar “que a missionária sulista [Martha Watts] tenha comprado a escrava Flora Maria Blumer de Toledo apenas para, em seguida, dar-lhe a carta de alforria e empregá-la como cozinheira no colégio (REILY, 2003). Segundo informações expostas no site A Província¹⁵ (2009).

Ao criar o Colégio Piracicabano, Miss Martha precisou de uma “despenseira” para dirigir a cozinha da escola. Amiga da família Blumer, alemães luteranos, a missionária conheceu Flora Maria, escrava que Pedro Blumer adquirira em

¹⁵ Como jornal impresso, A Província foi fundada em 28 de agosto de 1987, pelos jornalistas Cecílio Elias Netto e Gustavo Jacques Dias Alvim. Durante mais de uma década, com idas e vindas, ela cumpriu o seu propósito e o sonho desenvolvido: recuperar o máximo da memória de Piracicaba, especialmente através da oralidade de seus mais antigos moradores, contar a história do município e da região, com fatura de documentos e de fotos e postais.

Porto Feliz ao fazendeiro Matias Dias de Toledo, tio da Baronesa de Porto Feliz. Flora Maria levava o nome de seus donos, Flora Maria Blumer de Toledo. Convidada a trabalhar no colégio, Flora aceitou. Mas Miss Martha, antes de levá-la, quis que Flora Maria fosse alforriada. Prudente de Moraes foi o advogado que tratou da alforria de Flora. Conforme consta no 2º Cartório de Notas de Piracicaba, no livro 33 fls. 43, a liberdade de Flora foi concedida ao preço de 400 mil réis, pagos a Maria Isabel Blumer, que tinha procuração de Pedro. Flora Maria tornou-se verdadeiro ídolo das missionárias e dos alunos, tendo aprendido inglês e sendo levada, pelo pastor metodista William Koger, a conhecer os Estados Unidos. [...] Ela era, no Colégio Piracicabano, a Tia Flora (A PROVÍNCIA, 2009).

A ação humanitária característica de Miss Watts demonstra total apoio prático ao discurso abolicionista do século XIX.

Portanto, o trabalho metodista contribuindo nas diversas áreas tais como a educacional, a econômica e a social foi de significativa relevância na construção da historiografia do Brasil, chamando a atenção de grandes nomes da História do Brasil como já citado, o advogado de então Prudente de Moraes, que viria a ser no futuro o terceiro presidente republicano do Brasil (1894-1898).

3.4 James Cooley Fletcher: sementes protestantes no Brasil e o abolicionismo

O ministro calvinista James Cooley Fletcher (1823-1901), de acordo com Rosa (2017), “foi um dedicado estudioso de ciências naturais tendo feito, a pedido do renomado ictiologista suíço Louis Agassiz, incursões ao Amazonas, recolhendo espécimes de peixes locais”. Com os resultados de suas explorações fez com que o professor Agassiz liderasse uma importante expedição científica ao Brasil. Daniel Kidder¹⁶ deu consentimento para que Fletcher ampliasse sua obra sob o título de *O Brasil e os Brasileiros – esboço histórico e descritivo*, de acordo com que aponta Rosa (2017), “serviu como importante instrumento de divulgação da sociedade brasileira para os americanos”. De acordo com a pesquisa de David Gueiros Vieira (1980),

Fletcher, ocupando o cargo de primeiro-secretário da Legação Americana no Brasil, tornou-se um animado propagandista das coisas do Brasil nos Estados Unidos. Suas informações simpáticas ao nosso país e aos brasileiros chegaram mesmo à Europa e à Índia. Em decorrência disso, sociedades antiescravagistas da Inglaterra escreveram ao Imperador, motivando-o a dar cabo da escravidão no Brasil. Essa carta recebeu resposta do próprio D. Pedro II e deu novo alento aos abolicionistas brasileiros. Fletcher também se esforçou para defender o Brasil em relação à Guerra do Paraguai. Tendo escrito vários artigos a jornais

¹⁶ Daniel Parish Kidder foi um missionário metodista norte-americano. Esteve no Brasil em duas oportunidades, de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842, em viagem de propaganda evangélica pelo nordeste e pela Amazônia. Em 1842, com o falecimento de sua esposa, no Rio de Janeiro, regressou aos Estados Unidos

americanos mudar a opinião daquele país, que, inicialmente, era desfavorável ao Brasil (VIEIRA, 1980, p. 71, 72).

A maneira de Fletcher apresentar no Brasil no exterior, em especial a Inglaterra, influenciou sociedades escravagistas a pressionarem o governo brasileiro na promoção da abolição.

Estava no pensamento de Fletcher a conversão do Império brasileiro ao protestantismo e, na perspectiva dele ao “progresso” que, nas palavras de Vieira (1980), “Para ele, o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico”. É bastante óbvio que este método de ação não fosse compartilhado por muitos do seguimento missionário protestante, por isso, sofria duras críticas. No entanto, segundo (VIEIRA, 1980), “religião e comércio são servos que, unidos com a bênção de Deus, servem para a promoção dos interesses mais nobres e mais altos da humanidade”. Fletcher literalmente tinha profunda crença nesta premissa, tanto que,

Convicto de seus ideais, esteve ativamente envolvido em intermediações entre brasileiros e americanos que objetivavam parcerias comerciais. Promoveu, em 1855, uma exposição no Rio de Janeiro de artigos industriais norte-americanos. O próprio D. Pedro II compareceu com grande comitiva e, a partir daí, manteve estreita relação com esse pastor americano pelas duas décadas seguintes (VIEIRA, 1980, p.71-72).

Sua relação com D. Pedro II, demonstra participação ativa como protestante liberal, o que fez deste pastor, entusiasta do progresso, um defensor da democracia e do livre comércio. Este contexto já foi vivido pelos EUA na conjuntura econômica do século XIX, naquele período, movido pela ideologia do Destino Manifesto. Era crença de Fletcher que, segundo Rosa (2009), “o progresso norte-americano era fruto da religião protestante, e que, vindo esta religião para o Brasil, os brasileiros experimentariam o mesmo progresso”. Diga-se de passagem que neste progresso inclui a ruptura com a escravização humana das populações africanas.

Cf. VIEIRA, 1980, p. 71, 72. David Gueiros, tendo feito minuciosa pesquisa de fontes primárias, informa que Fletcher, ocupando o cargo de primeiro-secretário da Legação Americana no Brasil, tornou-se um animado propagandista das coisas do Brasil nos Estados Unidos. Suas informações simpáticas ao nosso país e aos brasileiros chegaram mesmo à Europa e à Índia. Em decorrência disso, sociedades antiescravagistas da Inglaterra escreveram ao Imperador, motivando-o a dar cabo da escravidão no Brasil. Essa carta recebeu resposta do próprio D. Pedro II e deu novo alento aos abolicionistas brasileiros. Fletcher também se esforçou para defender o Brasil em relação à

Guerra do Paraguai. Tendo escrito vários artigos para jornais americanos, ajudou a mudar a opinião daquele país, que, inicialmente, era desfavorável ao Brasil (VIEIRA, 1980, p.71-72 apud ROSA, 2009, p.188).

Neste sentido, nas palavras de Rosa (2009), este amante das ciências acreditava que essa experiência traria prosperidade para o povo brasileiro, engrossando o discurso, a partir das sociedades antiescravagistas da Inglaterra em apoio ao movimento abolicionista brasileiro quanto a necessidade de dar cabo a escravidão no Brasil.

As ações de Fletcher no Brasil, além daquelas já apontadas, incluíram a defesa de modelos pedagógicos novos e textos escolares americanos para as escolas brasileiras; participou da fundação da Sociedade de Imigração internacional do Rio de Janeiro, visando a facilitar a imigração de confederados americanos a partir de 1865; uniu esforços em defesa da plena liberdade religiosa para os não católicos; contribuiu para a agricultura, trazendo consigo, em uma de muitas viagens que fizera, o inventor de uma máquina de despolpar café que foi bastante utilizada por cafeicultores brasileiros, e, em 1862, o Instituto Histórico Geográfico o nomeou membro correspondente (VIEIRA, 1980, p. 74).

Vale lembrar que, segundo Tavares Bastos (1939), “A imigração que não for católica não encontra no Brasil garantias aos seus contratos matrimoniais, e para os direitos que deles derivem os seus filhos” (BASTOS, 1939, p. 113), neste sentido, Fletcher foi um grande defensor dos direitos civis dos considerados “não-católicos”. Envolve principalmente os imigrantes protestantes, pois seu desejo era que tais imigrantes adentrassem o Brasil trazendo novos horizontes de progresso, mas para isso precisava de um ambiente cada vez menos hostil quanto aos mesmos.

Era uma nova forma de ver o potencial brasileiro, embora, no meio protestante não fosse unanimidade as concordâncias da metodologia pregada e defendida por James Cooley Fletcher. Sua contribuição procurou prestigiar e oportunizar no Brasil às mesmas condições de desenvolvimento que os EUA viviam de acordo com o cenário socioeconômico no século XIX, inclusive, já tendo promovido a libertação dos escravos no período da Guerra da Secessão (1861-1865) por Abrahan Lincoln.

A influência e Fletcher, sua determinação e encantamento pelo progresso e desenvolvimento, foi de suma importância nos anos finais do governo de D. Pedro II.

3.5 Robert Reid Kalley: O protestantismo “Congregacional” em defesa da liberdade

O pastor escocês Robert Reid Kalley (1809-1888), foi fundador da primeira “igreja de missão” protestante no Brasil em língua portuguesa. Oriundo da Ilha da Madeira, já falava português quando veio com sua esposa, Sarah Poulton Kalley para o Brasil em 1855. “O Dr. Kalley era pastor ordenado pela Igreja Livre da Escócia, mas seu trabalho missionário era feito por conta própria, sem auxílio de sua denominação” (KALLEY, 1844, p.52 apud. ROSA, 2009, p.191).

Reily (2003), salienta que em 1858, organizou a Igreja Evangélica Fluminense no Rio de Janeiro, estabelecida sob a orientação a partir do princípio do congregacionalismo¹⁷, responsável pelo batismo do primeiro brasileiro em tempos modernos a tornar-se evangélico, Pedro Nolasco de Andrade).

No apontamento de Rosa (2009), Kalley e sua cômjuge sofreram perseguições, segundo ele, injustamente na Ilha de Madeira, causa da sua vinda para o Brasil com sua esposa, em um de seus relatos ele diz:

Não preciso lembrá-lo da maneira arbitrária pela qual as autoridades daqui me ordenaram a desistir da prática de certos atos religiosos em minha própria casa”. E ele continua: “Nem das medidas inconstitucionais e ilegais adotadas contra mim pelo governo português. Você já está consciente disso, bem como da minha prisão (tradução própria) (KALLEY, 1844, p.2 Apud ROSA, 2009, p.191).

A afirmação de Rosa (2009) indica que existia um tratado de liberdade religiosa entre Inglaterra e Portugal para os cidadãos ingleses na Ilha da Madeira, no entanto as autoridades portuguesas conseguiram em antigos códigos promulgados pela Inquisição em 1603, dar base para o julgamento e condenação à prisão de Kalley.

No Brasil também houve resistência e oposição ao trabalho de Kalley. Um representante da Legação Britânica em uma carta pedia esclarecimentos do trabalho do missionário diante de

¹⁷ O nome congregacionalismo é o regime de governo eclesiástico conhecido onde cada congregação local é autônoma e independente. A igreja local possui autonomia para sua própria reflexão teológica, expansão missionária, relação com outras congregações e seleção de seu ministério. O congregacionalismo está baseado nos seguintes princípios: Cada congregação de fiéis, unida pela adoração, observação dos sacramentos e disciplina cristã, é uma Igreja completa, não subordinada em sua administração a qualquer outra autoridade eclesiástica senão a de sua própria assembleia, que é a autoridade decisória final do governo de cada igreja local. CONGREGACIONALISMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipédia Foundation, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Congregacionalismo&oldid=56748335> Acesso em: 17 nov. 2019.

denúncia feita pelo subdelegado de Petrópolis, local que iniciou seu primeiro trabalho fundando uma escola dominical, em 1855. Conforme Reily (2017), estas foram as palavras expressas na carta:

E, visto que o Sr. Paranhos, informando que a Tolerância Religiosa garantida pela Constituição Brasileira não é tão plena que admita a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado, me pede que vos aconselhe a retirar-vos de Petrópolis, ou a desistir dos atos acima atribuídos a vós – fazei-me o obséquio de mandar: em primeiro lugar, quaisquer esclarecimentos que queirais oferecer a Sua Excelência, em justificação da vossa conduta de declarar-me se desejais evitar no futuro atentar a conversão de católicos romanos à fé protestante, durante a vossa residência em Petrópolis. Também me será de proveito saber até que ponto o Sr. Paranhos está corretamente informado sobre as alegadas expulsões da Trindade e Madeira (REILY, 2003, p.117).

Fundamentou-se juridicamente nas leis de tolerância e liberdade religiosa no Brasil, mostrando boa conduta por não extrapolar os limites da Lei, no entanto, em caso de injustiça por parte das autoridades brasileiras, dizia Kalley que “sentir-se-ia no direito de escrever aos países donde o Brasil aguardava novos colonos para que os cidadãos daquelas nações soubessem das limitações que havia aqui à liberdade de fé e consciência” (REYLI. 2003, p.119). Esta declaração mostra a preocupação quanto a liberdade religiosa que havia por parte do missionário.

Diante de tantos cerceamentos, segundo Rosa (2009), em 1860, o próprio Imperador D. Pedro II interveio na situação, visitando com o propósito de ouvir relatos sobre sua viagem à Terra Santa, o que propiciou a realização de uma Conferência sobre a Palestina ocorrida na casa de veraneio do imperador em Petrópolis com vários convidados da corte. Daniel Parish Kidder foi um missionário metodista norte-americano. Esteve no Brasil em duas oportunidades, de 1836 a 1837 e de 1840 a 1842, em viagem de propaganda evangélica pelo Nordeste e pela Amazônia. Em 1842, com o falecimento de sua esposa, no Rio de Janeiro, regressou aos Estados Unidos e, conforme Vieira (1980), “Essa iniciativa de d. Pedro II fez com que o casal Kalley passasse a ser visto com outros olhos pela nobreza do império e eles passaram a receber diversos visitantes ilustres em sua residência”

Embora seja notório e de muita relevância o ocorrido para o trabalho de Kalley no Brasil, não evitou que findasse a perseguição, visto que, na descrição de Vieira (1980). “vários incidentes e casos de perseguição contra o Dr. Kalley e seus amigos portugueses foram registrados entre 1860 e 1864, tendo o casal escocês enfrentado risco de morte em algumas ocasiões”.

Vale muito ressaltar em destaque que o Dr. Kalley se pronunciou contra a escravidão, agindo duramente na resistência à esta prática em seus discursos, ao ponto de, na prática em favor do pensamento abolicionista, excluir inclusive, um membro da igreja por ser senhor de escravo.

Cada um tem de dar contas ao Altíssimo Juiz do que pratica, quando obriga um seu semelhante a trabalhar, contra a vontade e sem salários e sob ameaças de castigo e sofrimentos diversos, para produzir em seu favor (do senhor, que o maltrata injustamente) bons serviços e excelentes lucros! **Isto é um ROUBO VIOLENTO dos dons que o Criador concedeu ao pobre estrangeiro, que não é uma criatura diferente do senhor que o comprou!** [...] O senhor que procede desse modo é inimigo de Cristo: não pode ser membro da igreja de Jesus, daquele Jesus que nos resgatou da maldição (REILY, 2003, p. 122, grifo meu).

Pelo caráter do Dr. Kalley agir em muitos episódios por sua própria conta e risco até mesmo de forma polêmica, porém, embasado em suas livres convicções de ordem protestante no seguimento congregacionista, muitas vezes a divulgação de seu trabalho missionário e envolvimento social no Brasil no século XIX, não foi evidenciado coerentemente à altura do que deveria ser por muitos autores até mesmo ligados ao movimento protestante, contudo,

Um passo importante na conquista da liberdade de expressão e de propaganda ocorreu quando o missionário Robert Reid Kalley, pressionado pelas autoridades, consultou alguns juristas destacados e obteve opiniões favoráveis quanto às suas atividades religiosas. Finalmente, em 1890, um decreto do governo republicano consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal. A nova expressão religiosa se implantou no Brasil em duas fases: protestantismo de imigração e protestantismo missionário (MATOS, 2011 p.7).

Ao investigarmos sua contribuição social, não só no Brasil, inclusive quanto sua postura em apoio ao abolicionismo, bem como sua luta pela liberdade de pensamento individual, característica própria dos congregacionistas. Tendo em vista sua autonomia como denominação local, fica claro seu empenho na questão da liberdade e da defesa dos direitos e dignidade humana, muitas vezes tendo ele e sua esposa que sofrer na própria pele as consequências por parte dos opositores à sua linha de trabalho social.

Capítulo 4

PROTESTANTES EM HARMONIA COM IDEIAS ABOLICIONISMO

4.1 Retomando alguns abolicionistas protestantes já citados

Várias menções já foram feitas a algumas contribuições de líderes e grupos protestantes que já tinham uma posição bem definida diante da questão da escravidão e seu apoio ao discurso abolicionista já defendido no Brasil, até porque grande parte do protestantismo foi influenciada pelo trabalho do metodista John Wesley (1703-1791),

sua influência motivou o aparecimento do que denominou “evangelismo”: êste penetrou nos meios anglicanos mais piedosos, de tendência ortodoxa, sem contudo esquecer as três afirmações sôbre as quais havia Wesley edificado suas comunidades: a liberdade do homem, a santificação súbita [...], a afirmação do testemunho interior [...] (BOISSET. 1971, p.96).

Influenciados assim também no âmbito social, inúmeras escolas foram abertas nas regiões industrializadas, e, de acordo com Jean Boisset (1971), “no âmbito das missões, sua ação se estendeu à evangelização dos negros”. Esse detalhe envolve um elemento essencial, para todo protestante, saber ler e escrever é fundamental, visto que uma das bases do protestantismo é o conhecimento e a interpretação de textos bíblicos. Importantíssimo este detalhe na missão Wesleyana de evangelização que somado aos ideais dos trabalhos missionários na América resultaria sem dúvidas no envolvimento do protestantismo no debate em apoio ao discurso abolicionista em território brasileiro, corroborando com a fala de Rosi (2009), em que afirma que,

missionários provenientes principalmente dos Estados Unidos estabeleceram relações com autoridades brasileiras, inseriram-se no cenário nacional e envolveram-se em diferentes questões brasileiras como, a **escravidão**, o **republicanismo** e a **liberdade religiosa** (ROSI, 2009, p.64, grifo meu).

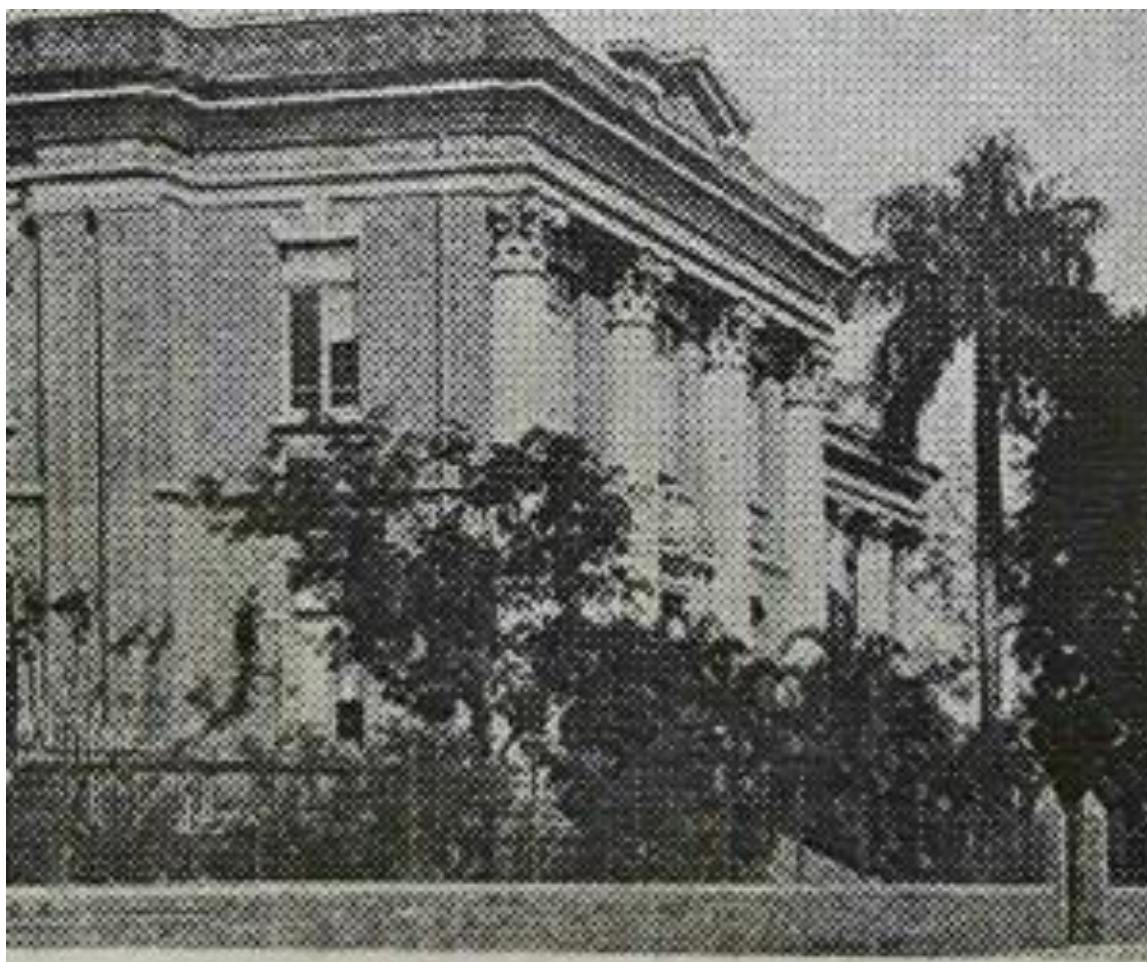
São debates que envolvem elementos fundamentais para o desenvolvimento humano em sociedade que, de certa forma, convergiam com o pensamento protestante daqueles cristãos que acreditavam na *sola scriptura*: “onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade” (BÍBLIA. 2º Coríntios 3:17, p.1216). Neste sentido, temos que lembrar do registro sobre Boanerges Ribeiro e David Gueiros Vieira, que analisaram, por exemplo, a maneira como os “crioulos” brasileiros ofereceram proteção aos missionários, crendo que nisto havia uma porta aberta para

o mundo moderno (ROSI. 2009, p.64), ou seja, a perspectiva de liberdade por parte dos negros e mestiços foi reacendida ao entrarem em contato com os missionários protestantes.

Ações impactantes como a da metodista **Martha Watts** (1845-1910) já citada,

A respeito do trabalho dos metodistas, é digna de nota a fundação, em 1881, de um colégio para meninas pela missionária americana Marta Watts, em Piracicaba (SP). Esse colégio, que mais tarde admitiu também homens, foi o embrião que deu origem, cerca de um século depois, à Universidade Metodista de Piracicaba (1975). Também é significativo que essa missionária sulista tenha **comprado a escrava Flora Maria Blumer de Toledo apenas para, em seguida, dar-lhe a carta de alforria e empregá-la como cozinheira no colégio** (REILY, 2003, p.109-110, grifo meu).

Figura 5: 1884 – O edifício principal do Colégio é inaugurado.



Fonte: A Província - foto(s): Henrique Spavieri, Mateus Medeiros e Arquivo¹⁸
Figura 5: UNIMEP/Universidade Metodista de Piracicaba – SP

¹⁸ Caderno especial “Memória – Martha Watts, a missionária do futuro”, publicado pelo Jornal de Piracicaba, em sua edição de 27/06/2003, em comemoração à inauguração do Centro Cultural Martha Watts. Disponível em <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/especial/memoria-centro-cultural-martha-watts-12-27032/> Acesso em: 20 Ago. 2020.

Figura 6: Fachada da entrada principal da Universidade Metodista de Piracicaba.



Fonte: FOTOGRAFIAS - ©Todos os direitos reservados Marta Leme / setembro de 2013¹⁹

Figura 7: Arte elaborada no vitral da Biblioteca a Universidade Metodista de Piracicaba.



Fonte: FOTOGRAFIAS - ©Todos os direitos reservados Marta Leme / setembro de 2013²⁰.

¹⁹ Marta Leme Fotografias e escrever. Disponível em: <https://martaleme.blogspot.com/2013/09/unimep-universidade-metodista-de.html> Acesso em 10 Ago. 2020.

²⁰ Ibid. Set. (2013).

O que leva uma ação tão relevante e significativa quanto a compra e alforria de uma escrava. Se o único interesse fosse econômico, ela não necessitaria em assim fazê-lo, tendo em vista que as possibilidades de atrair contraposições aumentariam, visto que a discussão desta temática estava efervescente naquele momento da História do Brasil. No entanto, a despeito disso, ela assim o fez, e o mais interessante, uma mulher libertando outra mulher, e ainda mais, abrindo oportunidade dentro de uma instituição dirigido por ela e ordem protestante metodista.

Convergindo neste sentimento humanitário da necessidade do abolicionismo, a ação do ministro calvinista **James Cooley Fletcher** (1823-1901), também protagoniza este enredo. Segundo David Gueiros Viera (1980),

ocupando o cargo de primeiro-secretário da Legação Americana no Brasil, tornou-se um animado propagandista das coisas do Brasil nos Estados Unidos. Suas informações simpáticas ao nosso país e aos brasileiros chegaram mesmo à Europa e à Índia. Em decorrência disso, sociedades **antiescravagistas** da Inglaterra escreveram ao Imperador, **motivando-o a dar cabo da escravidão** no Brasil (VIEIRA, 1980, p.71, grifo meu).

São importantes intervenções em favor da evolução social necessária no contexto do século XIX, com potencial de dar novos rumos a novos projetos nas mais diversas áreas. O sistema escravocrata, dentro das perspectivas dos citados neste capítulo, precisava chegar ao fim no Brasil.

É relevante também não nos esquecermos da indignação do Dr. **Robert Reid Kalley** (1809-1888), que diante sua convicção e crença o levou a fazer seu pronunciamento contra a escravidão, excluindo um membro de sua igreja por ser senhor de escravo, em sua fala ele diz:

Cada um tem de dar contas ao Altíssimo Juiz do que pratica [...]. Isto é um **ROUBO VIOLENTO** dos dons que o Criador concedeu ao pobre estrangeiro, que não é uma criatura diferente do senhor que o comprou! [...] O senhor que procede desse modo é **inimigo de Cristo: não pode ser membro da igreja de Jesus**, daquele Jesus que nos resgatou da maldição” (REILY, 2003, p. 122, grifo meu).

Com este “pano de fundo” quero destacar neste capítulo um recorte a partir do trabalho do missionário presbiteriano norte-americano **Ashbel Green Simonton**, enfatizando seu discurso abolicionista e engajamento na causa em harmonia com o movimento abolicionista no Brasil.

4.2 Reverendo Ashbel Green Simonton: do Sul estadunidense ao Brasil (1833-1867)

Alguns fatores beneficiaram a presença dos presbiterianos no Brasil, segundo Rosi (2009) “outros grupos protestantes os precederam, tais como: as Sociedades Bíblicas britânicas e Americanas, imigrantes protestantes, a presença do doutor Robert Reid Kalley”, que em 1855 fundou a Igreja Evangélica Fluminense, “a mais antiga igreja evangélica com serviços religiosos em português no Brasil” (ROSI, 2009, p.67), sendo esta, grande divulgadora da doutrina protestante evangélica no Brasil, desta forma,

abriram caminho para os presbiterianos e outras denominações fundarem igrejas entre os brasileiros. Além disso, havia em nossa cultura elementos favoráveis à introdução de denominações protestantes no sistema religioso, reformadores e “padres-protestantes” (ROSI, 2009, p.67-68).

Como já vimos anteriormente, além destes, diversos elementos favoreciam o crescimento protestante no Brasil, principalmente em meados do século XIX. Neste contexto destaco o trabalho do Revendo presbiteriano **Ashbel Green Simonton** (1833-1867).

Sandro Soares de Freitas afirma que, “Amplamente reconhecido, Ashbel Green Simonton é considerado o fundador da Igreja Presbiteriana do Brasil”, (FREITAS, 2016, p.31), após concluir sua formação na Universidade norte americana de Princeton, em 1852, com dezenove anos, para aprimorar suas experiências na área de educação, inicia uma longa viagem pela região sul dos Estados Unidos da América.

De acordo com Alderi Matos (2011), desde esse período Simonton empreendeu uma descrição detalhada de suas experiências em seu diário pessoal, onde ele registrou suas observações sobre uma vasta variedade de assuntos que iam desde questões pessoais como seus conflitos nas áreas sentimental e vocacional até temas importantes da época como as tensões políticas entre o norte e sul do país (FREITAS, 2016, p.31).

Nas palavras do Rev. Dr. Alderi Souza de Matos (2016), historiador da Igreja Presbiteriana do Brasil, ao falar sobre o conteúdo da obra “O diário de Simonton, 1852-1866”²¹, em descrição na introdução da obra introdução, afirma que foi neste período que Simonton começou a escrever seu diário (1852), e aponta que “Os grandes dramas sociais e políticos de seus país são objeto de muitas observações perspicazes, notadamente a escravidão e as tensões entre o Norte e o Sul” (SIMONTON, 2002, p.12). Alderi Matos (2016), segue sua descrição

²¹ SIMONTON, Ashbel G. O Diário de Simonton, 1852-1866. 2ª ed. ampl. (207 páginas). São Paulo: ECC, 2002.

citando que a viagem de Simonton abrangeu o período de novembro de 1852 a julho de 1854. Acompanhado do seu irmão James, “inicialmente trabalham como agentes de alguns periódicos presbiterianos e depois como professores. Simonton leciona em Starkville, no Mississippi, durante todo o ano de 1853 e o primeiro semestre de 1854” (SIMONTON, 2002, p.11).

4.2.1 O diário de Ashbel G. Simonton e a escravidão

Simonton (2002), relata a existência de cidades com maioria da sua população composta por negros. Por exemplo: “City Point, um lugarejo insignificante e Petersburg, com cerca de dezesseis mil habitantes, ao todo, porém, a maioria eram negros, e no campo não era diferente.

Winsboro é um lugar agradável, de mais ou menos mil almas. Os arredores são lúgubres. É uma região pobre e improdutiva, havendo a que e ali uma plantação de milho ou um algodão [...]Tenho ouvido que são as melhores terras para o algodão e o arroz estão nas várzeas ao longo do litoral, insalubres para os brancos, mas o paraíso dos negros (SIMONTON, 2002, p.24-25).

A impressão que teve do Sul não era a mais favorável passou a ter discordâncias profundas quanto a discussão sulista sobre a escravidão.

Há muita inteligência na classe alta e agrada-me ver o seu espírito liberal. De um assunto são capazes de falar até à exaustão: a escravidão. Não se pode falar dez minutos com um sulista, se ele sabe que você é do Norte, sem que o tema seja trazido à tona direta ou obliquamente; e não deixam dúvidas; suspeitam que você é abolicionista jurado. Para muitos, é condição *sine que non* [indispensável] que um professor seja natural do Sul, e Rion, em sua carta de apresentação ao Dr. Thornwell, do Colégio de Colúmbia, deu como minha melhor recomendação o fato de eu ser razoável quanto à escravidão!!! Absurdo e ridículo ao extremo! O fato é: sabe que a escravidão está condenada e que colocaram sua fé em uma causa morta, e por isso são muito sensíveis nessa matéria (SIMONTON, 2002, p.25).

Sempre atento às discussões, percebe que ao se tratar da questão da escravidão há muita dos sulistas. Se revolta ao ver como funciona o mercado de negros no Sul.

Passamos por dois comerciantes de escravos com um lote de negros que levavam para o mercado do Oeste, onde a demanda é grande. Viajam em carroções cobertos, puxados por mulas. Haviam acampado à noite e levado e pendurado seus trapos para secar. Gostaria de ter tido oportunidade de olhar mais de perto esse aspecto da escravidão. Vista à distância, a cena não se prestava a inspirar amor pela instituição peculiar do Sul. Se uma inspeção mais detida apagaria essa impressão, não posso dizer. Para quem não está

acostumado, causa revolta ver seu semelhante, homem e mulher, levados como porcos aos mercados, mas bem vestidos que o normal a fim de renderem mais (SIMONTON, 2002, p.31).

Simonton é natural de West Hanover, Condado de Dauphin, no sul da Pensilvânia, primeiro estado do Norte a abolir a escravidão em 1780, como nortista alega não estar acostumado presenciar tal situação, embora, segundo De acordo com Luciana da Cruz Brito (2014), leis de segregação foram impostas aos negros a partir da abolição nesta região. Nem todos na sociedade nortista americana tiveram aceitação imediata na convivência cotidiana com recém libertos da escravidão, isso foi um processo gradativo.

Na cidade de Starkville em 1853, Simonton resolveu ver observar novamente como se desdobrava o comércio de escravos naquele local, ele diz:

O primeiro lote consistia em um velho franzino de cabelos grisalhos e uma velha com duas crianças. Subiram ao palanque e o vendedor iniciou a venda. Diga-se o que se disser para justificar a escravidão; argumente-se e façam-se teorias sobre ela; de minha parte estou convencido de que para qualquer homem de sentimentos delicados e refinados, que possua um mínimo de filantropia no peito, depois de testemunhar uma cena como a daquelas pobres criaturas, nenhum argumento teria força, exceto o da mais áspera necessidade. Circunstâncias podem tornar necessária a escravidão; acredito que tal se dê; mas não tenho paciência com quem nada vê nela de condenável ou passível de melhoria, e que de coração não deseje que mudem as circunstâncias para eliminar-se a necessidade de sua existência. Estes são meus sentimentos e tenho falado deles livremente quando se trata do assunto sem encontrar muitos que ousem rebater-me. Silêncio geralmente é a resposta que encontro a muitos comentários; creio que seja a resposta mais própria – a menos que concordem explicitamente (SIMONTON, 2002, p.48).

Era inaceitável para a consciência cristã de Simonton a ideia de alguém não ver condenação em situações como a que ele presenciava, pois ela entendia que, pelo menos o sentimento de melhoria daquela situação deveria existir nas pessoas. É um tráfico desumano e nenhum homem com sentimento humanitário poderia engajar-se nele. Tanto é que muitos homens do Sul têm horror aos mercadores de negros, apesar de muitos deles comprarem escravos e, algumas vezes venderem” (SIMONTON, 2002, p. 52).

A questão dos castigos aplicados aos negros também é relatada em seu diário, em uma descrição feita a ele por um irlandês chamado Organ, cavador de valas a quatorze anos, causou muita comoção e indignação, escreve ele que “Casualmente falamos sobre a escravidão e embora sua descrição de horror não tenha sido dramática, foi ruim o bastante” (SIMONTON,

2002, p.38). Ele acreditava que pelo fato de Organ trabalhar em grandes fazendas, tenha visto como funciona o sistema em larga escala.

Não entrou em muitos detalhes; disse apenas que viu centenas de vezes quatrocentos ou quinhentos golpes eram dados nas costas nuas com uma espécie de remo largo perfurado, deixando grandes cortes que depois eram levados com água salgada, operação chamada tecnicamente de “salgá-los”; e mulheres deixadas, como ele mesmo dizia, “completamente nuas” e amarradas em um tronco para receber “quatrocentas boas lambadas”. Ao falar assim, ele não me pareceu influenciado por escrúpulos piedosos quanto ao pecado da escravidão; nem me pareceu ser, como dizem dos nortistas que comentam os males da escravidão, “morbidamente sensível em relação a “maldades imaginárias”. Sobre a veracidade, nada sei de positivo ou negativo, mas suas maneiras e o interesse que demonstrou por mim, que vinha do Norte onde ele vivera, forçaram-me a crer que viu muita opressão; contudo, não me convenço da sua afirmação de que “abusar e maltratar é a regra; tratar com bondade e cuidar, a exceção”. (SIMONTON, 2002, p.38-39).

Para Simonton (2002), não era uma cena agradável de se contemplar, principalmente tendo consciência do grau de desumanidade que alguém precise ter para cometer esse tipo de atitude tão ofensiva à dignidade humana quanto ao seu semelhante. Na perspectiva de Simonton, a escravidão era um pecado inaceitável desalinhado completamente com o conceito de cristianismo.

Poderia me alongar colocando inúmeras citações sobre como Simonton contemplara e por conta disso, rechaçava a escravidão, no entanto, quero fazer menção à sua chegada ao Brasil, trazendo consigo toda essa bagagem de experiências e vivências com contemplações constantes de injustiças sociais que, para Simonton, algo precisava ser feito.

Segundo registros de seu diário, o desejo de Simonton em ser um missionário tendo como campo da ação o Brasil real.

Finalmente o passo decisivo foi dado. No dia 25 enviei minha proposta forma à Junta de Missões Estrangeiras. Mencionei o Brasil como o campo no qual estou mais interessado. Mas deixei à Junta a decisão final. Irei só. Assim, a incerteza que vem me oprimindo há um ano finalmente terminou. A mão da Providência evidentemente pode ser vista nisto (SIMONTON, 2002, p.111).

Com tudo o que contemplou e rechaçou em termos de escravidão nos Estados Unidos, o reverendo Simonton trouxe esta bagagem de experiência para o Brasil ao ser “Ordenado pastor pelo Presbitério de Carlisle em 14/04/1859, embarcou para o Brasil em 18 de junho do mesmo ano, chegando ao Rio de Janeiro em 12/08/1859” (PEREIRA M. 2011, p.2376).

Nas palavras de Marco Antônio Moreira Pereira (2011), “Em 1867, Simonton alugou um imóvel no Campo de Santana. Ali funcionavam a igreja, uma escola e o novo Seminário Teológico, cujas atividades foram iniciadas em 14/05/1867. O Seminário formou os primeiros pastores presbiterianos brasileiros. (PEREIRA M. 2011, p.2377).

Em diálogo com o Dr. Kalley no Brasil, Simonton foi orientado quanto aos cuidados com ações missionárias em países “papistas” alertando-o da força do catolicismo no Brasil.

Ele acha a missão oportuna, e missionários americanos os mais convenientes para levá-la a efeito porque seu ministro e cônsul poderão dar-lhes proteção, ao passo que os ingleses não o fariam. Insiste em que eu me mova em segredo; julga que seria melhor que as sociedades que mandam missionários para países papistas tivessem fundos operacionais secretos. (SIMONTON, 2002, p.127).

Não houve nenhum tipo de privilégio para implantação do presbiterianismo no Brasil, foi tão dificultoso para Simonton, na mesma medida que os demais missionários que quisessem implantar o protestantismo no Brasil.

Quanto à escravidão no Brasil ele demonstra sua contrariedade expressada por em diálogo no Brasil com alguém que ele se refere como S., sofrendo muitas pressões contrárias ao seu pensamento sobre o tema. Em determinado relato ele diz: “Tive uma conversa com S. e me arrependi. Foi sobre a escravidão; ele é absurdamente a favor e eu, contrariando-o, acabo perdendo poder e influência sobre ele” (SIMONTON, 2002, p.129-130). Como pastor que estava em processo de implantação do protestantismo no Brasil, teria que ser cauteloso sobre a questão. Diante disso, observa-se que no cenário brasileiro haviam muitos que ainda defendiam tal prática, totalmente rechaçada por Simonton.

4.2.2 O Jornal Imprensa Evangélica: imprensa protestante apoiando o abolicionismo

Ashbel Green Simonton, foi um dos fundadores do Jornal Imprensa Evangélica do Rio de Janeiro.

O projeto do jornal Imprensa Evangélica foi um dos mais caros a Simonton durante sua ação missionária. Gestado em um período de crise pessoal, abalado pela viuvez, Simonton preparou um órgão de imprensa que seria o canal de interlocução dos presbiterianos com os membros da Igreja e com a sociedade. O lançamento do jornal, em 05/11/1864, foi um marco na história da missão presbiteriana e o momento do estabelecimento de um canal de comunicação ampla com a sociedade. (SANTOS, 2006). Embora fosse um

jornal comprometido com a causa missionária e evangelística, a Imprensa abordava um campo muito mais amplo de temas além dos religiosos. Era um periódico que não se furtava a comentar e tomar partido nas questões que mobilizavam as atenções no Segundo Império (PEREIRA M. 2011, p.2377).

Segundo Marco A. M. Pereira (2011), a primeira menção sobre o tema da escravidão favorecendo a abolição dos escravos por parte do jornal presbiteriano Imprensa Evangélica, foi esse comentário sobre a Lei do Ventre Livre, que dizia:

“Será sempre uma época notável na história pátria. A nação aplaude a medida, e este aplauso achará eco entre os povos civilizados. São talvez poucos, porém, os que não consideram a lei muito defeituosa” (IMPrensa EVANGÉLICA, 1871, p.145 apud PEREIRA M, 2011, p.2378).

Embora seja uma nota considerada até tímida, no entanto, dentro da conjuntura naquele momento da História do Brasil, é de suma importância esta declaração à sociedade brasileira, deixando clara a postura de um veículo de comunicação protestante quanto ao discurso abolicionista ainda em vigor.

Como órgão de imprensa, o Jornal Imprensa Evangélica (1864-1892), foi muito útil na difusão da fé presbiteriana e no crescimento das igrejas. Dentro do contexto missionário, a instituição presbiteriana também se posicionou a favor da abolição, com artigos publicados com tons favoráveis ao projeto abolicionista, divulgando a perspectiva de que “o Brasil poderia dar ao mundo este exemplo único de um país que faz uma reforma social desta ordem, sem se arruinar, e sem perturbar a paz em que há longos anos tem vivido” (PEREIRA C. 1884, p.81).

Havia grande preocupação por parte de muitos quanto a demora na questão da abolição dos escravos, neste sentido, no dia 24 de maio de 1884 o jornal publicou a matéria "O abolicionismo" no qual lemos: "a demora em fazer justiça aos oprimidos traz perigo para os opressores, seja ao indivíduo, seja a nação. É uma provocação a Deus a entrar em juízo conosco" (IMPrensa EVANGÉLICA, 1884, p.73), e o comentário no artigo sobre o abolicionismo continua fazendo menção a Joaquim Nabuco, demonstrando claramente a harmonia de pensamentos com os demais abolicionistas no país.

“Façamos votos para que as considerações calmas e desapaixonadas que o Sr. Nabuco submete aos seus compatriotas, tenha entre todas as classes leitores, e que se forme uma opinião pública que leve o Governo a medidas que ponham termo à agitação funesta em que a discussão tende a degenerar” (PEREIRA C. 1884, p.73).

O jornal previne que o regime escravista é defendido por esse grande exército, citando os escravocratas, alistado sob a sua bandeira, não está disposto a aceitar a abolição, e continua ao falar do movimento abolicionista:

O que há de mais certo em semelhante campanha, é que dez anos depois, como aconteceu a de 1871, os que nela tornarem parte contra a liberdade, hão de ter vergonha da distinção que adquiriram, e se hão de pôr a mendigar o voto daqueles a quem quiseram fazer o maior mal que um homem pode infringir a outro: o de afundá-lo na escravidão ou aos seus filhos, quando um braço generoso luta para salvá-los. [...] Do alto desta fantasmagoria colossal, desta evaporação da fraqueza e do entorpecimento do país, dessa miragem da própria escravidão do deserto que ela criou, a casa da fazenda vale tanto quanto a senzala do escravo (PEREIRA C. 1884, p.73).

O Jornal continua sua crítica contra aqueles que defendem a escravidão, alegando que existe uma força capaz de destruir a escravidão, fazendo pressão ao Governo, que, segundo o Jornal, paira acima das Câmaras, se referindo aos políticos, mostrando que em 1871, por conta da Lei do Ventre Livre, teve sucesso e não será diferente quanto a abolição.

Essa é a força capaz de destruir a escravidão [...] essa força neste momento está avassalada pelo poder territorial, mas todos veem que um dia entrará em luta com ele, e que a luta será desesperada quer esta peça a abolição imediata, quer peça medidas indiretas, queira suprimir a escravidão de um jeito, ou somente fechar o mercado de escravos (PEREIRA, 1884, p.73).

O Jornal Imprensa Evangélica conclui sua crítica apelando publicamente:

A opinião pública, tal qual se está formando, tem influência e ação sobre o Governo. Resta pois, “estimular a opinião, apelar para ação em que deve exercer entre todas as classes, a crença de que a escravidão não avilta somente o nosso país, arruína-o materialmente”. (IMPrensa EVANGÉLICA, 1884, p.73).

Citações como esta, demonstram o esforço do “Jornal Imprensa Evangélica”, empenhado, muitas vezes não apenas no idealismo da pregação da salvação da população que precisava se livrar das amarras da escravidão, dentro da crença evangélica, em todos os sentidos, mas também, na essência dessa pregação, a busca pela liberdade de expressão sendo, este veículo de imprensa, o grande legado do Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867). Na conjuntura da segunda metade do século XIX, era o melhor que poderia ser realizado diante das

4.3 A alfabetização de negros pelos protestantes batistas na Bahia

Dentre as muitas consequências negativas refletidas pelo sistema escravagista brasileiro, a escassez de escolaridade dos negros se destaca. Este elemento refletiu diretamente na sua qualidade de vida, tanto na condição de escravos como de libertos. Por conta disso, tiveram que se submeter às mais adversas circunstâncias, extremamente desfavoráveis para garantirem sua própria sobrevivência e de suas famílias.

Durante aproximadamente quatro séculos, a população africana imigrada compulsoriamente, principalmente para as Américas, bem como seus descendentes, viveram o estigma da escravidão. A nefasta consequência se projetou em não terem a oportunidade de escolarização, até por conta da conjuntura política e socioeconômica vigente. Dentro desse processo escravagista no Brasil, nas palavras de Gicélia de Cruz e Sueli Ribeiro Mota Souza (2019), a experiência de fé também foi afetada.

Quanto ao universo da fé, é importante que se ressalte também as experiências de práticas religiosas tanto nas religiões de matriz africana, catolicismo bem como de outras as quais se percebe a ressignificação da espiritualidade e fé do afro-brasileiro (CRUZ; SOUZA, 2019, p.264).

O protestantismo sempre manteve uma relação positiva com a educação no contexto da escolarização, entende-se aqui, as primeiras letras. Por conta de seus conversos frequentarem semanalmente a chamada Escola Bíblica Dominical, para fazer sentido às frequências nessas reuniões de estudos bíblicos no novo credo, segundo, Cruz e Souza (2019), “a leitura e interpretação da Bíblia era regra para o desenvolvimento da fé cristã protestante” (CRUZ; SOUZA, 2019, p.265). Tornar-se um converso à nova fé cristã, de certa forma, vislumbraria a oportunidade de acesso à leitura e à escrita.

É plausível o entendimento que, no caso do negro, parcela da sociedade mais afetada neste quesito por conta da escravidão, que se passasse pelo processo de escolarização e aprendesse a ler e escrever, não se limitaria apenas aos estudos de textos bíblicos, mas estaria condicionado a todo universo de literaturas ou leis que possibilitariam o aprimoramento da construção do conhecimento individual. Neste sentido, um dos grandes legados do protestantismo foi sem dúvida a questão educacional de negros convertidos, aumentando as possibilidades de algum tipo de ascensão social. A partir dessa premissa, quero expor a questão da alfabetização de negros pelos protestantes batistas da Bahia.

A cidade de Salvador na Bahia, no século XIX, tinha a maioria da população formada por negros e pardos, escravizados e libertos, no entanto, em condições precárias, sem grandes mudanças mesmo com a presença de protestantes abolicionistas.

Só no final do século XIX, com a chegada dos batistas na Bahia, o protestantismo toma impulso, e em 15 de outubro de 1882, é organizada a Primeira Igreja Batista do Brasil, localizada à rua Maciel de Baixo, centro de Salvador, onde havia uma grande concentração de pobres que moravam nos cômodos inferiores ou lojas dos grandes sobrados (CRUZ; SOUZA, 2019, p.269).

Embora o catolicismo fosse a religião dominante,

A historiografia baiana relata alguns exemplos dessa diversidade quando apresenta negros católicos com suas irmandades a exemplo da Sociedade Protetora dos Desvalidos e da Boa Morte, na cidade de Cachoeira. Vale ressaltar aqui a presença de africanos muçulmanos conhecidos como Malês, na Bahia em 1835. [...] Os Malês era um conjunto de nações étnicas que viviam em Salvador: haussás, bornos, tapas e nagôs (CRUZ; SOUZA, 2019, p.270).

O pluralismo religioso existente na Bahia, de certa forma, demonstra como muitos afrodescendentes abraçaram a nova fé protestante no final do século XIX. É preciso levar em consideração que, para grande parte da população negra, pertencer ao credo dos seus senhores não era nada atrativo, até porque, a questão da cor da pele e posição social era altamente levado em consideração, mesmo dentro do credo oficial.

Compreender o contexto histórico e socioeconômico da época, nos dá noção do cenário em que os negros viviam em Salvador, principalmente no que se refere a experiência religiosa desses sujeitos. O trânsito entre o catolicismo e o candomblé, não lhes assegurava uma lealdade confessional, visto que, principalmente a Igreja Católica representava a religião do dominador. Sendo assim, passar a frequentar o novo credo não foi muito difícil, já que na travessia afro-atlântica, o sujeito negro passou a ter identidade multifacetada (CRUZ; SOUZA, 2019, p.270).

Existia também o atrativo advindo pela necessidade do alfabetismo, já que, de acordo com Rosimeire Santos (2008)²³,

²³ Professora do IFBA; doutoranda em Ciências da Educação da Universidade Nacional de Cuyo, Argentina; membro do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Educar e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Autora deste artigo. E-mail: rosipds@yahoo.com

Quais teriam sido os processos de escolarização dessa população vivenciados desde o período da escravidão e nos anos iniciais da República? A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania livre, tanto durante o período do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber nos moldes das exigências oficiais? Os estudos realizados apontam que não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criaram suas escolas, receberam instrução informal de pessoas escolarizadas, adentraram na rede pública, asilos de órfãos e escolas particulares (SANTOS, 2008, p.2).

Neste contexto, segundo Cruz e Souza (2019) a frequência de negros na Escola Bíblica Dominical da Primeira Igreja Batista do Brasil, em Salvador organizada pelos missionários Bagby²⁴, marcou os recém convertidos, já que o negro, assim como padres e pastores, podia ler e interpretar a Bíblia e ainda falar com Deus sem a intermediação dos brancos.

De acordo com Josemar Valdir Modes (2017), João Batista, que era latoeiro e se converteu ao ler a Bíblia, sendo ainda escravo que “foi comprado de seu dono que era contra a religião protestante, mediante o levantamento de recursos entre os membros da igreja, que por sinal, tinham pouco dinheiro” (HARRISON, 1947, p.10 apud MODES, 2017, p.274).

este é indicado para fazer o curso de teologia, tornando-se assim o primeiro pastor negro batista no Brasil. É importante salientar que a música eclesial também fez parte desse ambiente de escolarização. Ler partitura e reger os hinos cantados na igreja iria requerer, além do ritmo já característico da população negra, o domínio da leitura e escrita. Nesse sentido, tal espaço religioso mostrou propício para o crescimento escolar da população negra, fazendo com que sua participação em cargos de liderança dentro das igrejas protestantes e pentecostais crescesse a ponto de tornar-se objeto de pesquisa para campo das religiões afro-atlânticas no Brasil (CRUZ; SOUZA, 2019, p.272).

Indubitavelmente, dar acesso à leitura e à escrita é deixar um legado com reais possibilidades de transformações. Não apenas na vida em sociedade do negro, mas como indivíduo pensante, crítico, formador de opiniões. Com certeza, essa abertura à escrita e litura, viabilizou a maior participação do negro nos direcionamentos sociais do país. É muito importante a questão da escolarização, visto que condiciona a presença de afrodescendentes em todos os canais sociais. É óbvio que se trata de um processo, contudo, é preciso que o negro esteja envolvido nesse processo.

²⁴ Willian Buck Bagby e Anne Luther Bagby: casal missionário vindo dos EUA Primeira Igreja Batista do Brasil, em 15 de outubro de 1882, na cidade de Salvador Batista (Josemar Batista Modes/Revista Batista Pioneira, V.6, n. 2. Dezembro /2017) - Sacilegens, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 264-274, jan-jun/2019.

As ações missionárias dos protestantes batista no Brasil, inclui-se aqui William Buck Bagby e sua esposa, sempre foram recheadas de agruras, doenças tropicais e perseguições, com incontáveis incidentes, desde vaias até as que colocavam em risco a integridade física deles e aos que os acompanhavam, contudo, “Os trabalhos avançaram consideravelmente. Em 1883, a igreja já tinha 25 membros e a Escola Bíblica Dominical contava com 35 alunos matriculados. Todos que frequentavam a igreja estavam ativos nos trabalhos realizados por ela” (MATHEWS, 1972, p. 27. MODES, 2017, p.275).

4.3.1 William Buck Bagby: das experiências advindas dos Estados Unidos ao Brasil

No escrito de Josemar Valdir Modes (2017), o trabalho de **William Buck Bagby** no Brasil são insígnias oriundas de sua formação nos Estados Unidos. Sua família saiu de Kentucky para o Texas com outras três famílias em busca de novas terras, passando a conviver com colegas indígenas da região, com grande diferença cultural existente entre os que eram naturais do lugar e os que haviam se estabelecido, num cenário envolto na “conquista do Oeste estadunidense e a Guerra da Secessão no século XIX.

Os estados do Norte e os estados do Sul estavam em oposição, ao ponto de lutarem entre si. [...] o norte se tornava cada vez mais industrial e o Sul predominantemente agrário. Por ser agrário e com gigantescas plantações, o Sul dependia quase que inteiramente do trabalho escravo para se manter. E foi a forma diferente de pensar acerca da escravidão que alavancou a guerra entre os Estados do Norte com os do Sul nos anos de 1861-1865. O resultado da guerra foi a abolição da escravidão e a vitória esmagadora do Norte dos Estados Unidos sobre os Estados do Sul (MODES, 2017, p.259).

Casou-se com Anne Luther Bagby, ambos missionários, sendo enviados para o Brasil, o que já era desejo do casal. Chegam ao Rio de Janeiro em 1882 e após uma longa viagem pelo Brasil, decidiram investir no campo missionário em Salvador na Bahia, a cidade mais católica do Brasil. Tinham consciência dos desafios que teriam que enfrentar.

De início as pessoas que participavam dos cultos eram de origem africana, uma vez que Salvador era o principal ponto do comércio de escravos. Aos poucos, outras pessoas, de origem europeia ou norte-americana, também passaram a frequentar os cultos (HARRISON, 1987, p. 35 apud MODES, 2017, p.273).

No relato de Modes (2017), o casal Bagby contemplou de perto a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, e influenciaram, mesmo que indiretamente, o destino do país. “Em meio a Proclamação da República, o novo Secretário do Interior, o Dr. Barbosa Lima visitou o missionário Bagby para saber acerca da Constituição Norte-Americana, demonstrando apreço pelo missionário e suas ideias democráticas” (HARRISON, 1947, p.14 apud MODES, 2017, p.276). Em suma, o protagonismo do casal Bagby nas questões sociais do Brasil foram de grande importância. Vale lembrar que todos os seus filhos levaram adiante o legado deixado pelo casal.

4.3.2 A educação estadunidense e sua relação com as bases do protestantismo

Uma importante característica do protestantismo e relacionar a educação com a religião, e nesse quesito, “obtiveram êxito na formação dos indivíduos que por elas foram alcançados por meio de seus colégios, igrejas e pela ação formativa proposta pelas escolas dominicais” (VIEIRA A.; MARTINS; SARAT, 2017, p.125).

De acordo com os autores da citação imediata acima, as escolas dominicais surgiram em meados do século XVIII na Inglaterra, tendo como alvo evangelizar e educar crianças que, nas cidades operárias não tinham atividades definidas aos domingos e acabavam ficando à mercê do crime, dos vícios e violência. A ideia era popularizar uma cultura cívica ao menos favorecidos da sociedade.

Max Weber desenvolvendo sua pesquisa consolidando a importância da filiação religiosa na formação dos Estados Unidos, descreve que “durante o período colonial a cidadania plena na congregação religiosa era condição preliminar para a cidadania plena no estado” (WEBER, 1982, p.356). Neste sentido, ser protestante era garantia de qualificações morais e políticas.

dentre as concepções que os alimentavam estava a ideia do Destino Manifesto. Pacto basilar na história da formação da nação norte-americana firmado pelos pioneiros puritanos que atravessaram o Atlântico em direção ao novo mundo, em novembro de 1620, e que tem como centralidade a firme convicção de que eles, a exemplo dos israelitas que cruzaram o Mar Vermelho, seriam o novo povo escolhido por Deus para a missão de levar ao mundo os ideais de uma alta sociedade cristã, não por privilégios concedidos, mas como um dever a ser cumprido. Esta visão mítica do mundo, fortalecida pelo puritanismo inglês, cultivou nos Estados Unidos a ideia de que a “a religião e a civilização estavam unidas na visão da América Cristã e que a ação de Deus no mundo se verificava por intermédio de povos especialmente escolhidos” (MESQUIDA, 1994, p. 103).

Considerações finais

A pesquisa realizada só terá sentido se for capaz de resultar num produto didático que possa contribuir na expansão de suas informações em sala de aula, ajudando de alguma forma na construção do conhecimento histórico. Caso contrário, seria apenas acúmulo de informações, o que não é o caso.

Diante de uma temática tão importante que envolve grupos e indivíduos diversos, cada qual com suas limitações dentro de suas atuações sociais. Por se tratar de escravos subjugados pelos seus senhores, legitimados por leis constitucionais que, aparentemente, poderiam inviabilizar qualquer tipo de resistência. Contudo não foi capaz de evitar a luta daqueles vitimados pelas injustiças sociais decorrentes há muito tempo.

Também o protestantismo sofreu fortes repressões e censura, geralmente visto como intrusos diante de uma elite dominante tanto no campo político, socioeconômico quanto no religioso, O monopólio da religião católica junto ao Estado, submeteu ações protestantes a limitações que impediam até mesmo a realização de seus cultos de forma pública tendo sua liberdade de expressão cerceada. A situação vai sendo mudada com muita persistência em prol da causa religiosa com atuações no campo social, como foi no caso da convergência de ideias com o discurso abolicionista do século XIX.

O trabalho evidencia diversas contribuições sociais a qual os protestantes tiveram protagonismo relevante, contribuindo para a melhoria da qualidade e bem-estar social.

Levar novas perspectivas de abordagens sobre o abolicionismo aos estudantes, que muitas vezes por ironia das circunstâncias, mesmo estudando em escolas que professam a fé protestante não conhecem a história do movimento que originou sua fé. Isso se dá também no setor público que por sua vez o estudante fica exposto ao conhecimento da chancela do Estado que parece não reconhecer que o número de adeptos ao protestantismo tem sido cada vez mais significativo no país, contribuindo assim na determinação de rumos a nação brasileira.

Enfim, a exposição das ações protestantes trará um equilíbrio na historiografia, visto que é possível exercer uma cidadania mais plena quando o conhecimento é aplicado de forma justa e imparcial, sem privilegiar seguimentos específicos da sociedade. A palavra mais importante ao meu ver na condição da preservação dos direitos humanos é a liberdade.

Liberdade de ir e vir, de pensar, de agir, de manifestar, de protestar e de se expressar nas mais diversas formas, desde que todas essas ações não firam a dignidade o outro.

Capítulo 5

O PRODUTO PARADIDÁTICO COMO RESULTADO DA PESQUISA

Sei que em matéria de instrução popular nada se pode fazer de salto; mas o tempo é um reformador demasiadamente lento, e cego o homem que não modifica as circunstâncias, como lhe vão sendo necessárias [...] Um dos defeitos, é a falta de compêndios: no interior por que os não há, nas capitais por que não há escolha, ou foi mal feita; porque a escola não é suprida, e os pais relutam em dar os livros exigidos, ou repugnam aos mestres, os admitidos pelas autoridades (LEBRE, 2014, p.1).

Palavras de Gonçalves Dias que, conforme as palavras de Ana Carolina dos Santos Lebre (2014), já em 1852 identificava a falta de compêndios²⁵ como um problema no ensino brasileiro. Neste sentido, o livro didático construiu sua trajetória tornando-se gradativamente uma alternativa fundamental quanto ao problema citado, dentro do processo educacional que, de acordo com Lopes (2007), apesar de existir certa dependência dos educadores quanto a este recurso didático. No entanto, uma boa escolha deste material contribui na qualificação das atividades desenvolvidas em sala de aula por alunos e professores dentro de suas atribuições. Ele é parte da construção do espaço escolar, permeando toda a vida acadêmica dos estudantes, sendo fonte acessível quanto aos conteúdos aplicados em praticamente todas as disciplinas.

Embora tenhamos analisado a possibilidade de lacunas de informações existentes dentro da historiografia brasileira refletida nos livros didáticos de História, no sentido desta pesquisa, destacamos diversos protagonismos relevantes do protestantismo em convergência com outros grupos sociais na defesa do abolicionismo, republicanismo e a liberdade de expressão geralmente não explorados. A proposta final, é a apresentação de um produto paradidático que contribua na construção do conhecimento histórico em sala de aula, aguçando o debate sobre o protestantismo em contraposição à escravidão, possibilitando novas abordagens do abolicionismo na escola.

Aprimorar o senso crítico dentro da liberdade e expressão de pensamentos num Estado Democrático de Direito é o alvo sonhado por todos os amantes da livre expressão, avançando assim, no reconhecimento às pluralidades culturais, na compreensão às diversidades, a fim de respaldar a tolerância e o respeito mútuo às diferentes perspectivas que possam surgir sobre os mais diversos temas. **Segue o produto.**

²⁵ Resumos dos conhecimentos relativos a uma dada área do saber, podendo ser em forma de livros que pudessem suprir a necessidade didática daquele período.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo P. de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500 –1889)**. Tradução de Antônio Chizzotti. Brasília: INEP, São Paulo: EDUC, 1989, p.337.
- ALVES, Emiliano Rivello. **Sociedade e Estado**. Resenhas - Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais Vol.23, nº1. Brasília, Jan./Abr. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000100009 Acesso em: 01 ago. 2020.
- ANDREW JUMPER, **História da Igreja**. O protestantismo norte americano: século 17 a 19. 2020. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/o-protestantismo-norte-americano-seculos-17-a-19/> Acesso em: 25 ago. 2020.
- A PROVÍNCIA, **Paixão por Piracicaba**: A escrava Flora, alforriada. Piracicaba – DP: Memorial de Piracicaba, 2009. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/almanaque/a-escrava-flora-alforriada-1837/> Acesso em: 28 out. 2019.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História – História geral e História do Brasil**: O fim da escravidão. São Paulo: Ed. Ática S.A. 1995, p. 230-231.
- AZEVEDO, Leandro Villela de. **As obras Inglesas de John Wycliffe inseridas no contexto religioso de sua época**: Da Suma Teológica de Aquino ao Concílio de Constança. Dos espirituais franciscanos a Guilherme de Ockham. São Paulo: USP, 2010, p.6; Ibid. p.21-22; Ibid. p.370-371; Ibid. p.440; Ibid. p.452.
- BARBEIRO, Heródoto; CANTELE, Bruna Renata; SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **História: volume único para ensino médio (coleção: De olho no mundo do trabalho)**: A Lei Eusébio de Queirós e o movimento abolicionista / A Lei Áurea. São Paulo: Scipione, 2004, p.357-358.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **A ilusão naturalista**: O pensamento de Bourdieu. In: O campo Social. Espaço Ética. 2015, p.11-12. Disponível em: https://issuu.com/espacoetica/docs/bourdieu_aula_1_-_o_campo_social Acesso em: 05 dez. 2019.
- BASTOS, A. C. Tavares. **Cartas do Solitário**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 113.
- BÍBLIA. **Estudos Palavras-Chave Hebraico e Grego**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: João Ferreira de Almeida (Revisada e Corrigida). Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica de do Brasil, CPAD, 2011, p.1020; Ibid. p.1053; Ibid. p.1059; Ibid. p.1068; Ibid. p.1079; Ibid. p.1117; Ibid. p.1125; Ibid. p.1139; Ibid. p.1185; Ibid. p.1197; Ibid. p.1216; Ibid. p.1230; Ibid. p.1231; Ibid. p.1236; Ibid. p.1238; Ibid. p.1293; Ibid. p.1312.
- BOISSET, Jean. (Coleção Saber Atual). **História do Protestantismo**. SP: Difusão Europeia do Livro, 1971, p.9-15; Ibid. p.17; Ibid. p.96; Ibid. p.110; Ibid. p.115-116.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania**: Movimento abolicionista: A Lei Áurea: 13 de maio de 1888. 8ª ano, 3ª ed. SP: FTD, 2015, p.249-250; Ibid. p.253.

BOURDIEU, Pierre. **Classe social e classes trajetórias: A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p.103-104.

BRANDÃO, Sílvia Sgroi. **Perseguições e martírios na história eclesiástica: análise dos escritos de Eusébio de Cesareia.** p.273; Ibid. 271. Franca - SP: Revista História e Cultura, v.2, n.3 (Especial), 2013, p.268-279.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dez. de 1938:** Capítulo I - Da elaboração e utilização do livro didático. Art. 1 a 4. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 10 ago. 2019.

BRASIL, **Constituição Federal, de 30 de dez.1938:** Título VIII - Da Ordem Social - Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, Da Educação, Art. 205 e 208. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_205_.asp Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL, **Constituição Federal, de 30 de dez. 1938:** Título VIII - Da Ordem Social - Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, Da Educação, Art. 208. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_208_.asp Acesso em: 01 Dez. 2019.

BRITO, Luciana da Cruz. **Impressões norte-americanas sobre a escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista:** Abolicionismo afro-americanos e suas interpretações sobre a escravidão, liberdade e relações raciais no Brasil, no século XIX. SP: USP. 2014, p.81 (ref.18).

CARDIA, Mirian Lopes. **Ministério da Justiça e segurança pública:** Lei do Ventre Livre. Arquivo Nacional – RJ, 28 Set. 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/> Acesso em 02 dez. 2019.

CASTOLDI, Ticiano Saulo Scavaza. **A Igreja que conquistou o Império:** A história da ascensão do cristianismo no Império Romano. A Igreja pós-constantiniana. Lajeado: UNIVATES, 2014, p.93.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática. 2003, p.386.

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja, do século XV ao século XX.** Tradução: Maria Stela Golçalves e Adail V. Sobral. SP: Edições Loyola, 1994. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=WFzrn17-QdsC&pg=PA86&lpg=PA86&dq=pietismo+de+Spener+\(1635-1705\),&source=bl&ots=arhjTtW-x8&sig=ACfU3U1FywnX5iU1PIE8hFFc3u3vpmk1rA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjMxrC96bvnAhUnHbkGHaGeARAQ6AEwEXoECAoQAQ#v=onepage&q=pietismo%20de%20Spener%20\(1635-1705\)%2C&f=false](https://books.google.com.br/books?id=WFzrn17-QdsC&pg=PA86&lpg=PA86&dq=pietismo+de+Spener+(1635-1705),&source=bl&ots=arhjTtW-x8&sig=ACfU3U1FywnX5iU1PIE8hFFc3u3vpmk1rA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjMxrC96bvnAhUnHbkGHaGeARAQ6AEwEXoECAoQAQ#v=onepage&q=pietismo%20de%20Spener%20(1635-1705)%2C&f=false) Acesso em: 11 out. 2019.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil:** no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. Seculum, nº 16 - jan./ jun. 2007, p.157.

CRUZ, Gicélia da; SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. **Fé e Escolarização de Negros Protestantes em Salvador (1882-1920)**. In: Sacrelegens, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 264-274, jan-jun/2019, p.264; Ibid. p.269; Ibid. p.270; Ibid. p.272.

DIAS, Everaldo Medeiros. **Importantes lutas no combate ao racismo**. In: Cotas para negros em universidades – Função social do Estado contemporâneo e o princípio da proporcionalidade. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2017, p.146. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=iD2SDgAAQBAJ&pg=PT80&lpg=PT80&dq=rosa+parks+era+ligada+ao+movimento+protestante&source=bl&ots=dEi3zz9h3-&sig=ACfU3U0t-YL2fSC9OwLRBBkYrMmOS_nJwA&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjyfrQv6rnAhXCD7kGHRjgAN0Q6AEwD3oECAsQAQ#v=onepage&q=rosa%20parks%20era%20ligada%20ao%20movimen to%20protestante&f=false Acesso em: 15 set. 2019.

DIFERENÇA. **Protestantes e evangélicos: Qual a diferença entre protestantes e evangélicos?** Disponível em: <https://www.diferenca.com/protestantes-e-evangelicos/> Acesso em: 1 set. 2020.

DOWLEY, Tim. **Os cristãos: uma história ilustrada**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. SP: Martins Fontes, 2009, p.18.

FERREIRA, Odair Soares. **Pietismo e filosofia da religião em Kant. 2006**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. **História geral e do Brasil: O fim da escravidão**. São Paulo: HARGRA, 2006, p.514-515.

FREITAS. Sandro Soares de. **“Saber ser homem”**: A construção da masculinidade entre jovens presbiterianos. Ashbel Green Simonton e a chegada da Igreja Presbiteriana no Brasil. Recife – PE: UFPE, 2016, p.31.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma: vida pública e vida privada. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade...** Constantino e as transformações do Império Romano no século IV. 2nd ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.143. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2011%20-%20artigo%202.pdf> Acesso em: 10 dez. 2019.

HANKO, Herman. **Retratos de Santos fiéis**. Wycliffe, o patriota. Firelandi - 2013, p.115; Ibid. p.117; Ibid. p.118; Ibid. p.121; Ibid. p.124-125. Disponível em: https://issuu.com/fireland/docs/retratos_de_santos_fi_is_-_herman_/124 Acesso em: 01 Dez. 2019.

HENDRIX. Instituto Metodista Izabela. **Martha Watts: uma vida em prol da educação**. Educação Metodista. Belo Horizonte – MG: 2018. Disponível em: <http://izabelahendrix.edu.br/museu/especial/martha-watts> Acesso em: 15 Out. 2019.

IMPrensa EVANGÉLICA. O abolicionismo. Homeroteca Digital Brasil. Biblioteca Nacional Digital Brasil. 24 mai. 1884, p. 73. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/376582/per376582_1884_00010.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

LEBRE, Ana Carolina dos Santos. **A construção do livro didático no Brasil, uso e transformações.** Lemad (Laboratório de Ensino e Material Didático), São Paulo - USP: 2014, p.1. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/node/5279> Acesso em: 02 nov. 2019.

LESSA, Vicente Themudo. **Subsídios para a história do presbiterianismo.** Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo - 1863-1903. Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p.265-268.

LIMA, Marinalva Silveira de. **Reflexões sobre a plenitude do poder papal.** Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009, p.3, *ibid.* p.5. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_ce7acb24da Acesso em: 10 dez. 2019.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia.** Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p.205–228.

LUCA, Tânia Regina de. **Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.167-168.

MARABLE, William Manning. **Religious and Black Protest Thought in African American History,** 1989, p.333.

MARX, Karl. **O Capital: para a crítica da economia política: A chamada acumulação primitiva.** MARX, Karl. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013, p.821-836, *Ibid.* 1985, p.108.

MATOS, Alderi de Souza. **Breve História do Protestantismo no Brasil.** Vox Faifae. Florianópolis. v. 3, n. 1, 2011, p.7.

MATOS, Júlia Silveira. **A história nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico.** Rio Grande do Sul. *Historiæ*, 2012, p. 51-73. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3152> Acesso em: 10 nov. 2019.

MATTOS, Hebe M. **Nossa História: A face negra da abolição.** Rio de Janeiro, ano 2, n.19, 2005, p.20 *apud* BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania. 8ª ano.** Movimento abolicionista; A Lei Áurea: 13 de maio de 1888. 3. ed. SP: FTD, 2015, p.249-250.

MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante De. **A questão Escravista e o presbiterianismo no Brasil Império.** In: XXIX Simpósio Nacional de História. RJ: UFRRJ. 2017 p.2.

MESQUIDA, P. Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil. São Bernardo do Campo, SP: EDITEO; Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF; 1994, p.103.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina. **O livro didático de história hoje: Um panorama a partir do PNL D.** São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 24, n. 48, p. 125, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006 Acesso em 10 Nov. 2019.

MODES, Josemar Valdir. **O gigante que dorme: A trajetória do missionário batista William Buck Bagby no Brasil.** Revista Batista Pioneira vol. 6 n. 2. Dezembro/2017, p.259; *Ibid.* p.273; *Ibid.* p.275-276.

MORRIS, Aldon D. **As origens do Movimento de Direitos Civis**: comunidades negras que organizam a mudança - (The Origins of the Civil Rights Movement), Nova York: The Free Press. 1984, p.78;94.

NETO, José Alves de Freitas; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo, SP: Editora Harbra. 2006, p.514-515.

OLIVEIRA, Wellington Douglas de. **Vertente abolicionista no século XIX**: Protestantes, sociedade abolicionista intelectual. Docplayer, 2009, p.2107. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9201511-Vertente-abolicionista-no-seculo-xix-protestantes-sociedade-abolicionista-intelectual.html> Acesso em 05 Dez. 2019.

PAIVA, Ângela Randolpho. **Católicos, protestantes, cidadãos**: Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, p.103-105; Ibid. p.107-109; Ibid. p.111. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3wsmq> Acesso em: 03 set. 2019.

PEREIRA, Cristina Kelly da Silva, 2010. **Religião e negritude: discursos e práticas no Protestantismo e nos Movimentos Pentecostais**. Revista Eletrônica Correlatio n. 18 – Dez. de 2010, p.97.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **A emancipação**. Imprensa Evangélica. 7 de junho de 1884, p. 81.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. **O Jornal "Imprensa Evangélica" e a Formação da Identidade Religiosa Presbiteriana no Brasil do Século XIX**. In: Congresso Internacional de História. Maringá – PR. UEM, 2011, p.2376-2378.

PORTAL G1. **Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE**. São Paulo, 29/06/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/umero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html> Acesso em 14 dez. 2019.

PRESTES FILHO, Ubirajara F.; XAVIER Edson. **História interativa 8º ano**. 2ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira. 2016, p.227-228.

RAMOS, Márcia Elisa Teté (Org.). **Pesquisa e Ensino na construção de uma Literância Histórica**: atividades do PIBID História da UEL. Londrina: UEL, 2014, p.18.

REILY, Duncan Alexander. **História Documental do Protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2003, p. 47-48; Ibid. p.109-110; Ibid. p.114-115; Ibid. p.117-119; Ibid. p.122.

ROSA, Wanderley Pereira da. **Implantação do Protestantismo no Brasil, aspectos sociais e políticos – parte 1**: Protestantismo de imigração. Vitória/ES: REFLEXUS - Revista de Teologia e Ciências das Religiões, Ano XI, n. 17, 2017/1, p.181; Ibid. p.184-185; Ibid. p.188.

ROSI, Bruno Gonçalves. **Esboço histórico da atuação presbiteriana no Brasil durante o século XIX**: Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países. RJ: PUC. 2009, p.64; Ibid. p.67-68.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: “Pragmática – A constituição do pensamento histórico na vida prática”. Razão histórica. Brasília - DF: UnB, 2001, p.54-55.

SANTANA, Ricardo. **A peste negra no século XIV em Inglaterra**: Impactos econômicos e sociais. Lisboa/Port. FLUL, 2017, p.31.

SANTORO, Kadu Santoro. **O movimento pietista alemão do século XVII**. In: Jornal Despertar, 2010. Disponível em: <https://jornaldespertar.blogspot.com/2010/04/o-movimento-pietista-alemao-do-seculo.html> Acesso em: 10 out. 2019.

SANTOS, Rosimeire. **A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX**. 2008, p.2. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/public/journals/27/cover_article_3834_pt_BR.doc Acesso em: 20 Ago. 2020.

SHAREAMÉRICA. **O que significa direito inalienável?** In: Bureau de Assuntos Públicos Globais do Departamento de Estado dos EUA, 2018. Disponível em <https://share.america.gov/pt-br/o-que-significa-direito-inalienavel/#:~:text=Um%20direito%20inalien%C3%A1vel%2C%20disse%20Richard,ou%20revogado%20pelas%20leis%20humanas%E2%80%9D.&text=Em%20vez%20disso%2C%20%C3%A9%20dever%20do%20governo%20proteger%20os%20direitos%20inalien%C3%A1veis> Acesso em: 28 ago. 2020.

SILVA, Hélio Oliveira. **A Igreja Presbiteriana do Brasil e a Escravidão**: Breve Análise Documental. FIDES REFORMATATA XV, Nº 2, 2010, p.44; *ibid.* p.47. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2020/01/3-A-Igreja-Presbiteriana-do-Brasil-e-a-escravid%C3%A3o-Breve-an%C3%A1lise-documental-H%C3%A9lio-de-Oliveira-Silva.pdf> Acesso em: 20 dez. 2019.

SILVA, Wilson Santana. **Memórias de uma Ausência**: História da Igreja – disciplina ausente nos manuais de História do Brasil. FIDES REFORMATATA X, Nº 2, DOCPLAYER, 2005, p.91; *ibid.* p.106; *ibid.* p.110. Disponível em: <https://docplayer.com.br/24864242-Memorias-de-uma-ausencia-historia-da-igreja-disciplina-ausente.html> Acesso em: 12 dez. 2019.

SIMONTON, Ashbel G. **O Diário de Simonton, 1852-1866**. 2ª ed. ampl. São Paulo: ECC, 2002, p.11-12; *ibid.* p.24-25; *ibid.* p.31; *ibid.* p.38-39; *ibid.* p.48; *ibid.* p.52; *ibid.* p.57; *ibid.* p.111.

SOBRINHO, Juliano Custódio. **“A escravidão está condenada pela religião”**: católicos e presbiterianos no contexto da abolição (Minas Gerais, 1886-1888). SP: Art. Universidade Nove de Julho, (UNINOVE), 2019, p.233. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/77629/75356> Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, Evandro André de; KLANOVICZ, Jó. **Reflexões sobre historiografia e o ensino de História – uma visão contemporânea**: Materialismo. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015. p.85; *ibid.* p.87. Disponível em: https://www.academia.edu/21885135/REFLEX%C3%95ES_SOBRE_A_HISTORIOGRAFIA_E_O_ENSINO_DA_HIST%C3%93RIA_Uma_Vis%C3%A3o_Contempor%C3%A2nea Acesso em: 05 nov. 2019.

TAYLOR. Keeanga-Yamahtta. **Raça, classe e marxismo**. In: Revista Outubro, n. 31, 2º semestre de 2018, p.183-184. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/raca-classe-e-marxismo/> Acesso em: 05 dez. 2019.

UNESCO, **Preâmbulo, art. 1 e art. 2**. In: Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNESDOC biblioteca digital. Brasília – DF: 1998, p.2-3. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423> Acesso em: 04 dez. 2019.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa**. Brasília: Editora UNB, 1980, p. 71-72. Ibid. p.121. Ibid; 124 -128.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral; MARTINS, Luiz Cândico; SARAT, Magda. **Educação protestante norte americana e processo civilizado**: contribuições para o debate. In: Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.7, n.19, p.124 - 136, jan./abr. 2017, p.125;

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara [s.d.]. 1982, p.356.



Universidade Estadual de
Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



GERSON LINARES MACARI

SEGUE O PRODUTO
(Em anexo)



MARINGÁ/PR
2020



Protestantes *versus* Escravidão: novas possibilidades de abordagens do abolicionismo na escola



Professor Me.
GERSON LINARES MACARI

Orientador Prof. Dr.
**JOSÉ HENRIQUE ROLLO
GONÇALVES**



Universidade Estadual de
Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eusébio de Queirós	4
Figura 2 – Três grandes abolicionistas brasileiros	4
Figura 3 – O abolicionismo lá e cá	5
Figura 4 – Padres abolicionistas	5
Figura 5 – Liberdade	6
Figura 6: - Eduardo Carlos Pereira	7
Figura 7 – 130 anos de Abolição em evento no RJ	8
Figura 8 – Robert Reid Kalley	9
Figura 9 – Negros não são descendentes de escravos	10
Figura 10 – Missionária Martha Hite Watts	10
Figura 11 – Centro Cultural Martha Watts de Piracicaba	11
Figura 12 – Universidade Metodista de Piracicaba	11
Figura 13 – James Cooley Fletcher	12
Figura 14 – O Brasil e os brasileiros – Fletcher	12
Figura 15 – Ashbel Green Simonton	13
Figura 16 – Joaquim Nabuco	13
Figura 17 – Jornal Imprensa Evangélica – O abolicionismo	14
Figura 18 – A Lei Áurea – 1888	15
Figura 19 – Rodrigo Augusto da Silva	15
Figura 20 – Jornal Gazetas de Notícias – 1888	15
Figura 21 - Casal William e Anne Bagby	16
Figura 22 – Joaquim Saldanha Marinho	16
Figura 23 – Zacarias Clay Taylor	17
Figura 24 – Júlio C. ribeiro Vaughan	17
Figura 25 – Amélia Dantas de Souza Melo Galvão – Dona Sinhá Galvão	17

SUMÁRIO

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS AO PROFESSOR	3
1. MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL NO SÉCULO XIX	4
1.1 Protestantes e irmandades negras católicas abolicionistas	5
2. O DISCURSO DO PROTESTANTE NA CAUSA ABOLICIONISTA	6
2.1 A indignação do Pr. Eduardo Carlos (1855-1923) sobre o silêncio nos púlpitos	7
2.2 Embate no Rio Grande do Sul - Reverendo Emanuel Vanorden (1836-1917)	8
2.3 Pr. Robert Reid Kalley e seu discurso no Rio de Janeiro (1809-1888)	9
2.4 Ações afirmativas da Martha H. Watts (1845-1910), em apoio ao abolicionismo	10
2.5 O progressista calvinista Pr. James Cooley Fletcher (1823-1901)	12
2.6 O Presbiteriano Reverendo Ashbel Green Simonton (1833-1867) e o Jornal Imprensa Evangélica do Rio de Janeiro	13
2.7 O Presbiteriano Rodrigo Augusta da Silva, propôs e assinou juntamente com a Princesa Isabel a Lei Áurea (1888)	15
2.8 A alfabetização de negros pelos protestantes batistas na Bahia	16
3. OUTROS IMPORTANTES PERSONAGENS PROTESTANTES ABOLICIONISTAS	16

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS AOS PROFESSORES

- É recomendado que o professor se familiarize com as principais distinções entre os grupos específicos de ideologia protestante, levando em consideração o fato das lideranças protestantes terem maior autonomia pastoral, comparado com a religião de origem católica, principalmente oriundos da Igreja Católica Apostólica Romana, instituição proeminente e hegemônica na formação cultural brasileira, visto que a mesma, principalmente no período relacionado ao abolicionismo do século XIX, obedecia uma hierarquia pré-determinada.

Uma de suas principais características é a falta de unidade estrutural e de uma autoridade humana central, como o papa. De acordo com o protestantismo, qualquer pessoa tem acesso a Deus por meio da oração. Os protestantes seguem os princípios das “**Cinco Solas**”, que são os pontos onde divergem da Igreja Católica Romana (DIFERENÇA, 2020).

- Também deve ser levado em consideração a necessidade de não ser anacrônico, pois no período abordado, predominava o protestantismo missionário em franco desenvolvimento e estabelecimento no Brasil, tendo em vista que o protestantismo atual, mesmo sendo herdeira de suas origens missionárias, contém diferenciações consideráveis, devendo este detalhe ser explícito durante a aplicação do conteúdo.
- Este conteúdo traz como proposta a ponderação da contribuição protestante no engrossamento do discurso abolicionista brasileiro do século XIX, com características heterogêneas em termos dos matizes ideológicos.
- Ainda se pondera aqui que a apresentação do assunto tratado neste paradidático não é comumente ensinado em sala de aula, portanto, o momento didático deve ser alinhado com a aplicação do conteúdo referente ao período abolicionista na transição do período imperial para o republicano brasileiro.
- Enfim, este produto tem como objetivo principal agregar conhecimento aos conteúdos já especificados no livro didático, sendo alternativa possível de gerar possibilidades para novas discussões por meio do resgate da historiográfica religiosa brasileira dentro do contexto prático social, despertando assim o senso crítico do aluno na sua interpretação e construção do conhecimento histórico.

Atenciosamente
Prof. Me. Gerson Linares Macari

1. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

A Revolução Industrial a partir da Inglaterra no século XVIII, mudou as relações de trabalho, valorizando o trabalho livre por meio do movimento operário. A proibição da comercialização de escravos, buscava ampliar seu mercado no continente americano, na perspectiva que os libertos, como assalariados, tornassem consumidores de seus produtos.

Figura 1: Eusébio de Queirós

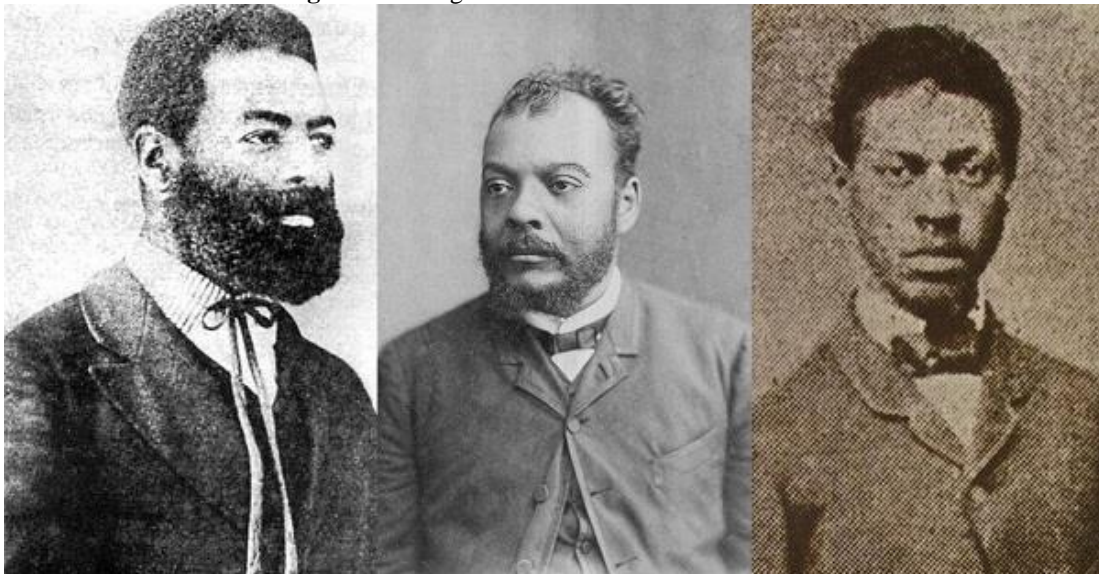


Fonte: Wikimedia Cammons¹

Um passo para a abolição dos escravos no Brasil foi a Lei Eusébio de Queirós, pondo fim ao tráfico negreiro em 1850.

O movimento abolicionista brasileiro no século XIX, contava com grandes expoentes, tais como Luiz Gama (1830-1882), o jornalista e político José do Patrocínio (1853-1905), ao lado de Joaquim Nabuco, fundando a “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão” em 1880, e André Rebouças, engenheiro com vasta cultura (1838-1898).

Figura 2: Três grandes abolicionistas brasileiros



Fonte: Brasil Escola²

¹Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eusebio_de_Quir%C3%B3s_Coentino_Mattozo_Camara_-_Litografia_\(cropped-2\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eusebio_de_Quir%C3%B3s_Coentino_Mattozo_Camara_-_Litografia_(cropped-2).jpg) Acesso em: jun. 2020.

²Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tres-grandes-abolicionistas-negros-brasileiros.htm> Acesso em: jun. 2020.

Figura 3: O abolicionismo lá e cá...

A escravidão no Brasil durou mais de três séculos, envolvendo escravos, senhores, pessoas livres, quilombolas, monarcas, políticos e intelectuais. O movimento abolicionista não era homogêneo em seus pensamentos, pois era formado por pessoas dos mais diversos matizes ideológicos. A ideia de libertação dos escravos não era simpática a todos, mas era comum a muitos.



Fonte: Almanaque Urupês³

Entre a década de 1870 e 1880, surgiram quase 230 organizações abolicionistas. Organizavam reuniões, panfletagens, comícios nas ruas, e ajuda na fuga de escravos.

1.1 Protestantes e irmandades negras católicas abolicionistas

O movimento protestante **não se isentou da discussão**, inclusive causando divisões entre as denominações. Tratar do assunto era um desafio, pois imigrantes batistas vindos do Sul dos EUA queriam reconstruir suas propriedades escravocratas no Brasil, contudo, os missionários e os batistas brasileiros condenavam essa prática como **incompatível a fé cristã**, pensamento compartilhado por uma minoria católica.

A religião como elemento **constitutivo da cultura** mantinha um diálogo dinâmico com os demais elementos culturais, neste sentido, as ações dos protestantes geravam muita influência social no século XIX, mas concorriam ideologicamente, com a linha de pensamento cristã tradicional já existente no país, porém, com suas exceções.

Figura 4: Padres abolicionistas

Quanto a necessidade da discussão sobre a ruptura do sistema escravagista, nos anos finais da escravidão, o discurso abolicionista também já havia influenciado membros do clero, a despeito da Igreja. Irmandades católicas negras acumulavam pecúlios para compras de alforrias.



Fonte: O Catequista⁴

³Disponível em: <http://almanaqueurupes.com.br/index.php/2020/02/06/o-que-foi-o-movimento-abolicionista/>
Acesso em: jun. 2020.

⁴Disponível em: <https://ocatequista.com.br/historia-da-igreja/item/18249-tres-padres-abolicionistas-no-brasil-colonia>
Acesso em: jun. 2020.

2. O DISCURSO PROTESTANTE NA CAUSA O ABOLICIONISTA

Ações missionárias, somadas ao discurso abolicionista contribuía para o rompimento com a escravidão, alegando não ser “natural” ou aceitável alguém nascer para ser escravizado por seu semelhante. Parte do protestantismo no Brasil já não admitia que um adepto sincero defensor da liberdade religiosa e de expressão fosse um escravocrata. Isso trazia esperança para muitos negros escravizados.

*Lideranças protestantes influenciaram a adesão da maioria dos seus adeptos no discurso abolicionista, com argumentos de **contexto humanitário e da questão do pecado**. Ganhavam corpo e ressonância em meio a outros grupos atuantes na causa. O melhor deveria ser feito dentro do possível de cada um por meio de ações favoráveis à liberdade. Assim, pensamentos dos diversos matizes do movimento abolicionista eram apoiados pelos protestantes advindos de variadas vertentes.*

Figura 5: liberdade



Fonte: Kairós⁵

No século XVII, na Inglaterra e nos Estados Unidos já tinham protestantes favoráveis à abolição com um discurso **menos economicista e mais humanitário**. O apelo era moral supostamente dado por Deus à humanidade. Desde então a perspectiva de combater a escravidão passou a ser uma missão evangélica, com forte institucionalização civil, intervindo por meio da mobilização da sociedade.

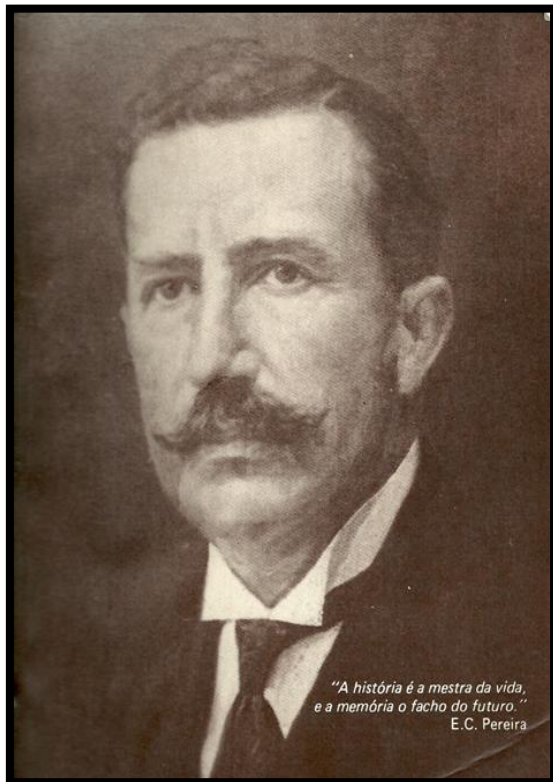
Pensamento refletido no meio intelectual protestante brasileiro, diante dos movimentos nas ruas e no parlamento a favor da abolição no século XIX, inspirados na Declaração da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos de 1818, **condenando a escravidão** em nome do progresso e dos ideais civilizatórios.

⁵Disponível em: <https://www.kairosministeriomissionario.com/2013/01/verdadeira-liberdade.html> Acesso em: jun. 2020.

2.1 A indignação do Pr. Eduardo Carlos (1855-1923) sobre o silêncio nos púlpitos

Chamava à responsabilidade aqueles cuja neutralidade de posicionamento diante da sociedade feria o princípio de liberdade e dignidade humana, certo de que não fazia sentido ser cristão e não apoiar claramente ações contra o sistema escravocrata. Chamava a neutralidade de infidelidade, pregando que a humanidade deveria **se libertar do grande mal da escravidão**. Via com alegria a propaganda abolicionista se firmando no terreno seguro da consciência cristã.

Figura 6: Eduardo Carlos Pereira



Pastor e intelectual presbiteriano, militante abolicionista, afirmava que o atraso do progresso brasileiro era a escravidão. Desaprovava essa prática, considerado por ele, um “crime” contra Deus. Em 1886 lançou a obra “A religião cristã e suas relações com a escravidão”. Mostrava que a Igreja não se omitia, mas contribuía com a sociedade brasileira, sugerindo respostas para os seus problemas. Nessa época o problema da libertação dos escravos era o tema em discussão.

Fonte: Instituto Aletheia⁶

Buscou convencer seus fiéis e leitores por meio de escritos e sermões, deixando claro que **“lamentava o fato de que muitos cristãos se entregavam ao ‘sacrilégio’ de defender a propriedade escrava, utilizando para isso a ‘palavra de Deus**. Para ele, tratava-se de um pecado gravíssimo contra tudo o que fosse sagrado, ferindo a dignidade humana e denegria a religião divulgadora do direito à liberdade. Escravidão era sinônimo de “roubo”, pois a liberdade era um presente de a humanidade.

O enfrentamento de oposições dentro de grupos protestantes era o grande desafio, contudo, não ficou em silêncio nos púlpitos, ao contrário, o tornou mais forte.

⁶Disponível em: <https://medium.com/@grupoaletheia0/sobre-eduardo-carlos-pereira-c67b45dbe069> Acesso em: jun. 2020.

2.2 Embate no Rio Grande do Sul - Reverendo Emanuel Vanorden (1836-1917)

Fundou a Primeira Igreja Presbiteriana na cidade de Rio Grande - RS em 1878, **não aceitando nenhum proprietário de escravos como membro da igreja a menos que os alforriasse**. Discursava que a escravidão era “**um pecado contra Deus e contra o homem**”.

Enviou, em 24 de outubro de 1877, uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Rutherford B. Hayes (1822-1893), **denunciando o transporte de escravos para o Brasil em navios norte-americanos e pedia providências**.

Como membro correspondente da **Sociedade Antiescravista de Londres**, correspondeu com o imperador D. Pedro II **congratulado-o pela abolição da escravidão** na província do Ceará, demonstrando **sua esperança de ver a inteira abolição da escravidão no Brasil**.

Figura 7: 130 anos da Abolição em evento no RJ



Fonte: Nova Raiz⁷

⁸Disponível em: <http://raiz.art.br/2018/05/04/130-anos-da-abolicao-em-exposicao-no-rj/> Acesso em: jun. 2020.

2.3 Pr. Robert Reid Kalley e seu discurso no Rio de Janeiro (1809-1888)

Figura 8: Robert Reid Kalley



Fonte: Hinologia Cristã⁸

*Escocês, fundou a primeira igreja evangélica no Rio de Janeiro com trabalhos em língua portuguesa. Demonstrava que todos necessitam do serviço de outros. Sobre o direito de propriedade afirmou que cada um tem direito ao seu corpo dispendo dele conforme sua vontade. Para ele a **escravidão era um roubo violento**. O senhor deveria amar o escravo como sendo seu próximo, essa era a **lei do cristianismo**. O senhor de escravos é **ladrão da liberdade alheia, portanto, inimigo de Cristo e não poderia ser membro da Igreja de Jesus**.*

Vinte e três anos antes da abolição, Kalley proferia **argumentação contra a escravidão**, sendo chamada **Pastoral da Liberdade**.

No Brasil Império, havia dois partidos: um escravocrata e o outro abolicionista e com a necessidade de uma posição, Kalley utilizou sua razão e a Bíblia para dar a resposta.

Uma das ênfases da igreja kalleyana era a doutrina do sacerdócio universal dos crentes em Cristo. A Igreja Evangélica Fluminense, coerente com esta doutrina, possibilitava a todos os membros de sua igreja o ofício sacerdotal e pastoral. Sendo sua igreja conhecida como igreja dos portugueses e dos negros.

As questões propostas por Kalley não eram para satisfazer a simples curiosidade de um dos membros da igreja, mas propunham uma definição da ética a ser seguida pelo cristão em sociedade. A última questão – Qual a vontade de Jesus a esse respeito? – A resposta deveria ser apresentada como doutrina oficial a ser definida pela assembleia de membros

⁸Disponível em: <http://www.hinologia.org/robert-kalley/> Acesso em: jun. 2020.

*O relacionamento do protestantismo com o discurso abolicionista, somavam forças para que a **libertação dos escravos se tornasse uma realidade no Brasil** e com a intensificação de missionários protestantes no Brasil aumenta sua participação no processo de construção historiográfica da identidade do país, sem hegemonia de ideias, mas com objetivos claros, promover em primeiro plano a **abolição e o fim do sistema escravocrata**, o discurso tinha que ser **humanitário***

Figura 9: Negros não são descendentes de escravos.



Fonte: geleledes.org.br⁹

2.4 Ações afirmativas da Martha H. Watts (1845-1910), em apoio ao abolicionismo

Educadora e missionária metodista estadunidense que ajudou a fundar quatro escolas metodistas no Brasil, dentre estas, o Colégio Piracicabano. A respeito da escravidão no Brasil, vale muito ressaltar a compra da escrava Flora Maria Blumer de Toledo apenas para, em seguida, dar-lhe a carta de alforria e empregá-la como cozinheira no Colégio Piracicabano.

Figura 10: Missionária Martha Hite Watts



Fonte: Câmara de vereadores de Piracicaba⁹

*Ao criar o Colégio Piracicabano, Miss Martha precisou de uma “despenseira” para dirigir a cozinha da escola. Amiga da família Blumer, alemães luteranos, a missionária conheceu Flora Maria, escrava que Pedro Blumer adquirira e levava o nome de seus donos, Flora Maria Blumer de Toledo. Convidada a trabalhar no colégio, Flora aceitou. Miss Martha, antes de levá-la, **quis que Flora Maria fosse alforriada**. Prudente de Moraes foi o advogado que tratou da sua alforria.*

⁹ Disponível em: <https://www.pinterest.co.kr/pin/514817801138859956/> Acesso em: 20 jun. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://m.camarapiracicaba.sp.gov.br/nasce-martha-watts-29753#lg=1&slide=0>

A liberdade de Flora foi concedida ao preço de 400 mil réis. Tornou-se verdadeiro ídolo das missionárias e dos alunos, aprendeu o inglês, sendo levada, pelo pastor metodista William Koger, a conhecer os EUA. Ela era, no Colégio, a Tia Flora.

Foi muito marcante a missionária americana abastada vir ao Brasil e libertar a pobre amiga escrava, mas a beleza da relação entre essas duas mulheres está no fato de uma mulher ver outra mulher **como pessoa**, não apenas como um ser inferior a ser explorada.

Figura 11: Centro Cultural Martha Watts de Piracicaba



Fonte: G1-Foto: Rafael Bitencourt/Arquivo pessoal¹¹

Figura 12: Um dos muitos resultados do trabalho de Martha Watts como educadora. Entrada principal da Universidade Metodista de Piracicaba.



Fonte: SBN notícia¹²

¹¹Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2020/05/20/centro-cultural-de-piracicaba-vai-divulgar-obras-produzidas-durante-o-isolamento-social.ghtml> Acesso em: jun. 2020.

¹²Disponível em: <https://www.sbnoticias.com.br/noticia/Unimep-promove-Feira-de-Estagios-nesta-2a-feira/170932> Acesso em: jun. 2020.

2.5 O progressista calvinista Pr. James Cooley Fletcher (1823-1901)

Figura 13: James Cooley Fletcher



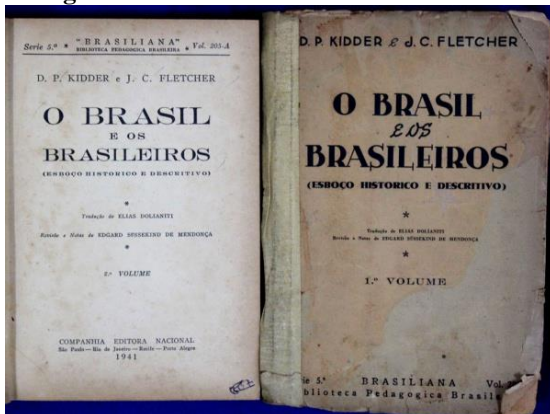
Fonte: Cortina do passado¹³

*Entusiasta, acreditava que a prosperidade para o povo brasileiro viria pela equalização do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, engrossando o discurso, a partir das sociedades antiescravagistas da Inglaterra em **apoio ao movimento abolicionista brasileiro** quanto a necessidade de **dar cabo a escravidão** no*

Como primeiro-secretário da Legação Americana no Brasil, foi um grande propagandista das coisas do Brasil nos Estados Unidos sempre se posicionando diante de temas importantes tais como: a Guerra do Paraguai, a abertura do Amazonas no comércio e navegações internacionais, relações entre Nova York e Rio de Janeiro, mineração, transportes, e dentre tantos temas relevantes destaca-se a escravidão no Brasil.

*Convicto antiescravocrata, e em vários momentos de sua obra “O Brasil e os brasileiros” defende a **abolição e a emancipação**. Acreditava que os negros no Brasil possuíam melhores oportunidades e, se libertos, estavam em **equivalência legal com os brancos**, alegava que vários mulatos e negros libertos se destacavam socialmente, era preciso **dar oportunidades** para os escravos, **libertando-os**.*

Figura 14: O Brasil e os brasileiros – Fletcher



Fonte: Alberto Lopes¹⁴

Sempre simpático ao nosso país e aos brasileiros suas informações positivas quanto ao Brasil chegaram mesmo à Europa e à Índia. Em decorrência disso, sociedades antiescravagistas da Inglaterra escreveram ao Imperador, motivando-o a **pôr fim a escravidão no Brasil**. Essa carta recebeu resposta do próprio **D. Pedro II** e deu **novo alento aos abolicionistas** brasileiros.

¹³Disponível em: <https://cortinadopassado.com.br/2019/10/15/james-cooley-fletcher-um-missionario-na-colonia-dona-francisca/>Acesso em: jun. 2020.

¹⁴Disponível em: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=7197456>Acesso em: jun. 2020.

2.6 Ashbel Green Simonton (1833-1867) e o Jornal Imprensa Evangélica do Rio de Janeiro

Figura 15: Ashbel G. Simonton



Fonte: Wikipédia¹⁵

*Os grandes dramas sociais e políticos de seus país foram objetos de muitas de suas observações, e notadamente a **escravidão** e as tensões entre o Norte e o Sul durante a **Guerra da Secessão** (1861-1865), fizeram com que tudo o que **contemplou e rechaçou em termos de escravatura** nos Estados Unidos, trouxesse como bagagem de experiência para*

Ao chegar ao Brasil (1859), além de fundar igrejas (Presbiterianas), também cuidou de propiciar meios de divulgar suas ideias fundando o **Jornal Imprensa Evangélica** (1864-1892). Foi muito útil na difusão do posicionamento presbiteriano **a favor do fim da escravidão** no Brasil com **artigos publicados a favor do projeto abolicionista** brasileiro, enaltecendo, por exemplo, a Lei do Ventre Livre em 1871.

Comungando e empenhando apoio à causa abolicionista, defendida por abolicionistas como **Joaquim Nabuco**, denunciava a necessidade de **se livrar das amarras da escravidão**.

O Jornal, foi o grande legado do Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867). Mesmo com tantas oposições e neutralidades, principalmente por obstáculos advindos da Igreja oficial no Brasil, conseguiu contribuir, dando voz ao discurso abolicionista para os rumos do Brasil.

*Em 1884, jornal publica a matéria “**O abolicionismo**”. Faz críticas públicas àqueles que defendem a escravidão e faz votos para que as palavras do **abolicionista Joaquim Nabuco**, tenha efeito entre todas as classes leitores, formando uma opinião pública favorável que leve o governo tomar medidas plausíveis quanto a escravidão. Alegava que a **força capaz de destruir a escravidão, seria pressionar o Governo, e os políticos, mencionando que o sucesso em 1871, se repetirá quanto a abolição.***

Figura 16: Joaquim Nabuco



Fonte: Pernambuco: História e pesongens¹⁶

¹⁵Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ashbel_Green_Simonton Acesso em: jun. 2020.

¹⁶Disponível em: <https://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/11/14/joaquim-nabuco-generoso-aristocratico-e-brilhante/> Acesso em: jun. 2020.

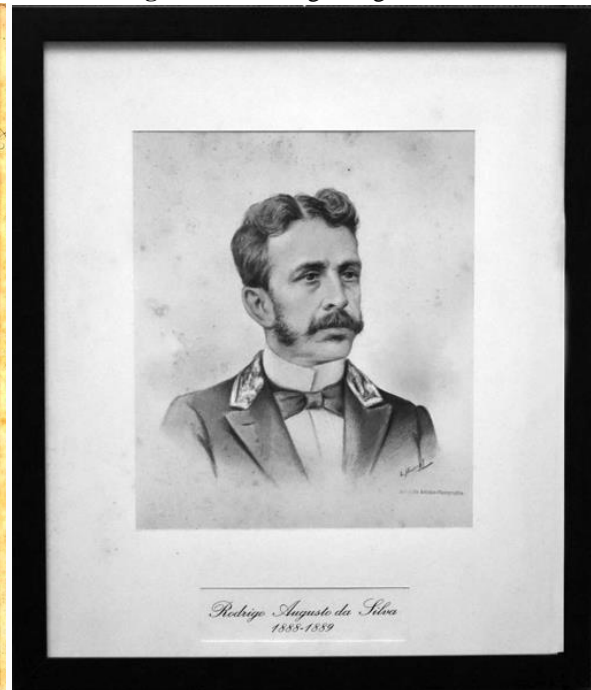
2.7 O Presbiteriano Rodrigo Augusto da Silva, propôs e assinou juntamente com a Princesa Isabel a Lei Áurea (1888)

Figura 18: A Lei Áurea – 1888



Fonte: Infoescola¹⁸

Figura 19: Rodrigo Augusto da Silva

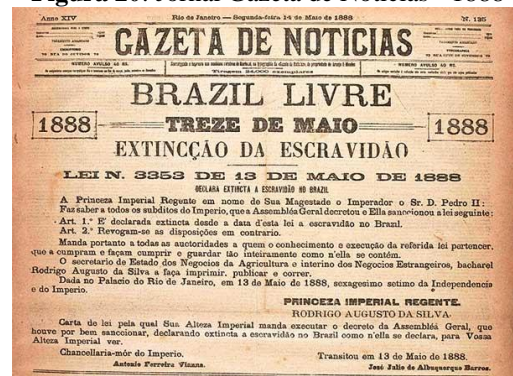


Fonte: Centro de História e Documentação Diplomática¹⁹

Direta ou indiretamente, muitos protestantes protagonizaram a História do Brasil. Uma. É o caso do Presbiteriano Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro da Agricultura do Gabinete de Ministros do Partido Conservador e chamado de "Gabinete de 10 de março".

No Governo de D. Pedro II, sob a égide da Princesa Regente Isabel, em 8 de Maio de 1888, no Palácio do Rio de Janeiro, leu e apresentou o projeto com a **proposta da declaração da extinção da escravidão no Brasil**. O projeto foi debatido e aprovado pela Câmara e pelo Senado e no dia 13 de maio de 1888, e **assinado** as três horas da tarde pela Princesa Regente Isabel juntamente com **Rodrigo Augusto da Silva**.

Figura 20: Jornal Gazeta de Notícias - 1888



Fonte: Enem Game²⁰

A tão sonhada lei, conhecida como a “Lei Áurea”, colocava fim a escravidão no Brasil.

¹⁸Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-aurea/> Acesso em: jun. 2020.

¹⁹Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/433-rodrigo-augusto-da-silva> Acesso em: jun. 2020.

²⁰Disponível em: <https://enemgame.com.br/blog/31-assinatura-da-lei-aurea> Acesso em: jun. 2020.

2.8 A alfabetização de negros pelos protestantes batistas na Bahia

O protestantismo sempre se relacionou positivamente com a educação no contexto da escolarização, entende-se aqui, as primeiras letras. Por conta de seus conversos frequentarem semanalmente as chamadas Escolas Bíblicas Dominicais, para fazer sentido às frequências nessas reuniões de estudos bíblicos no novo credo. Ler e interpretar a Bíblia é regra básica para o fortalecimento da fé protestante. Um dos grandes legados do protestantismo foi sem dúvida a questão educacional de negros convertidos, aumentando as possibilidades de algum tipo de ascensão social.

*O casal norte-americano William Buck Bagby e Ana Luther Bagby, que desde 1884, **compravam escravos e os alforriavam**, e por isso tiveram sua casa apedrejada várias vezes, além de serem perseguidos, no entanto, estimularam a alegria dos membros da Primeira Igreja Batista do Brasil, em Salvador, que também passaram a comprar alforriar escravos **com a oferta da comunidade**.*

*Segundo Cruz e Souza (2019), a frequência de negros na **Escola Bíblica Dominical da Primeira Igreja Batista do Brasil**, em Salvador organizada pelos missionários Bagby, marcou os recém convertidos, já que o negro, assim como padres e pastores, podia ler e interpretar a Bíblia e ainda falar com Deus sem a intermediação dos brancos.*

Figura 21: Casal William e Ana Bagby



Fonte: Embaixada William B. Bagby²¹

3. OUTROS IMPORTANTES PERSONAGENS PROTESTANTEABOLICIONISTAS

Como se vê, muitos protestantes protagonizaram de forma direta ou indireta na questão abolicionista, poderia citar ainda como exemplo:

A importante participação foi do presbiteriano Senador Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), advogado, sociólogo e escritor com várias publicações em jornais. Instruiu publicamente a causa pela abolição da escravatura e pela República, assinou o manifesto republicano de 1870 e em 1891, foi um dos autores do anteprojeto da primeira Constituição republicana.

Figura 22: Saldanha Marinho



Fonte: Wikipédia²²

²¹Disponível em: <https://embaixadawilliambuckbagby.webnode.com/nosso-patrono/> Acesso em: jun. 2020.

²²Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Saldanha_Marinho_\(1816-1895\).png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Saldanha_Marinho_(1816-1895).png) Acesso em: jun. 2020.

A voz do Pastor batista estadunidense **Zacarias Clay Taylor** (1851-1919), um dos fundadores da Igreja Batista em Salvador, que acusava a Igreja oficial do Império como neutra para aliviar as dores dos escravos ou para redimi-los. Ele dizia: Os dois grandes inimigos do progresso do evangelho desapareceram no Brasil, a escravidão e o Império. Defendia a República e a Liberdade em que suas sementes teriam melhores condições de prosperar.

Figura 23: Zacarias Taylor



Fonte: Igrejas de Salvador²³

Figura 24: Júlio C. Ribeiro Vaughan



Fonte: Academia Brasileira²⁴

O Romancista presbiteriano **Júlio César Ribeiro Vaughan**, escritor e gramático brasileiro. Polêmico, abolicionista, **Alforriou e batizou a primeira criança negra juntamente com sua mãe**. Criou a bandeira do estado de São Paulo, propondo-a em 1888, logo após a para ser a bandeira do Brasil, sendo parte da sua campanha pela República.

Figura 25: Dona Sinhá Galvão



Fonte: Afrokut²⁵

Amélia Dantas de Souza Melo Galvão ou Dona Sinhá Galvão, como era mais conhecida. Presbiteriana, teve papel de destaque no **movimento abolicionista** no Brasil. Com suas amigas, saía às casas dos senhores possuidores de escravos, tentando convencê-los a alforriarem seus escravos, o que não era fácil visto que a escravidão era garantida por lei. Era filha do também abolicionista e poeta José Damião de Souza Melo. Morreu com tuberculose, mas graças ao seu trabalho, Mossoró no Rio Grande do Norte foi a primeira cidade do Brasil a acabar com a escravidão, muito antes da Abolição dos escravos.

Muitos outros protestantes trabalharam em favor da abolição da escravatura no Brasil, mostrando que em grande parte contribuíram para a conscientização mesmo dentro do movimento, e, embora diante de muitos desafios em todos os sentidos, fizeram valer sua voz engrossando o discurso abolicionista no Brasil, e não se limitaram apenas à esta questão, mas em muitas outras questões sociais, podendo ser contatada com uma séria pesquisa.

²³Disponível em: <https://embaixadawilliambuckbagby.webnode.com/nosso-patrono/> Acesso em: jun. 2020.

²⁴Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/julio-ribeiro/biografia> Acesso em: jun. 2020.

²⁵Disponível em: <https://afrokut.com.br/blog/10-fatos-que-voce-nao-sabia-sobre-a-abolicao-da-escravatura-nas-igrejas-evangelicas-no-brasil/> Acesso em: jun. 2020.

Prof. Me. Gerson Linares Macari*

* Graduado em História pela Universidade estadual de Maringá - PR, esse PRODUTO PARADIDÁTICO foi elaborado como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História – ProfHistória/UEM, a partir da pesquisa científica com o título: “Protestantes *versus* escravidão: Novas possibilidades de abordagens do abolicionismo na escola”, tendo como orientador o Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves – IFCS/UFRJ.